

1 9 6 6

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

DO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DOCUMENTOS SETORIAIS

ENTIDADES PROMOTORAS:

Confederação Nacional da Indústria

SESI - Departamento Nacional

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

SESI - Departamento Regional

JANEIRO DE 1967

1. INTRODUÇÃO

A P R E S E N T A Ç Ã O

Em março de 1965 o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, ex-Governador do Estado do Rio, atual Presidente da Confederação Nacional da Indústria e Diretor do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI - e o Marechal Paulo Francisco Tôrres, Governador da "Velha Província", convencionaram realizar o "Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro".

O "Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro" tem sua doutrina de trabalho e ação consubstanciada no que realizamos e transmitimos sob o título de:

"ANÁLISE DA PATOLOGIA SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA FLUMINENSE, SEU DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA E OS CAMINHOS INDUZIDOS E NÃO DEDUZIDOS NA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, DO BEM-ESTAR SOCIAL, DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA PRODUTIVIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

Escrevemos analógicamente com termos médicos, não pelo fato de sermos profissionais da medicina, mas sim como especialista de Patologia Social, a qual definimos como: o estudo das causas mesológicas e individuais - físicas, psíquicas ou patológicas-, entrelaçadas ou não, incidindo sobre os que produzem por seu trabalho, de modo a modificar a Produção.

Produção definimos como:

o instrumento da Sociedade para melhorar as condições da Pessoa Humana.

Pela nossa vivência, estudos realizados nesses últimos 35 anos, vividos intensamente, desde a gloriosa Revolução Tenentista de 1930, quando participamos, em Recife, daquele movimento com a tomada do Quartel da Soledade, até a vitória final, verificamos estar o mundo dividido em nações de povos associativos e gregários e de povos individualistas e personalistas e algumas vezes contemplativistas.

Coincidentemente, onde há associativismo e gregarismo, as nações são ricas, seus povos são livres e poderosos, e, onde há individualismo e personalismo, há pobreza, miséria, lutas sociais e políticas. Há, enfim, insegurança social. Onde há associativismo e gregarismo, existe a configuração dos Grupos Sociais e de Comunidades bem definidas.

Onde há Individualismo e Personalismo, a atividade desenvolvida em prol dos Grupos Sociais e das Comunidades perdem sua importância na medida em que o elemento catalizador - ou Agente Social - deixa de dinamizar o Processo Social de Trabalho.

Em vez de Serviço Social, faz-se Assistencialismo, nova forma de "Coronelismo" do Século XX.

A constatação desses fatos levou-nos a criar a metodologia de pesquisar, analisar, diagnosticar, indicar e aplicar a terapêutica, utilizado com êxito em outras regiões do Brasil e visa a eliminar os óbices que têm que vencer os Produtores para produzir o melhor, o mais barato e de melhor qualidade. Óbices que em patologia geral social, econômica e política, assemelham-se a enfermidades e doenças, quando no organismo humano.

Os Produtores de Bens de Produção, de Bens de Consumo e Bens de Serviço, projetam-se na sociedade quando, pelo seu trabalho, realizam como Pessoa Humana aqueles bens como:

Individualidade,

Grupo Social ou Profissional e

Comunidade.

Os eventos, óbices, dificuldades e obstáculos que se antepõem, no Brasil, ao trabalho dos produtores, se estudados, como o fazemos, isto é, sob o ponto de vista da Patologia Social, onde obtivemos a história do Produtor ou a anamnese do doente e a história daquelas dificuldades ou anamnese da sua doença. Os técnicos de planejamento formados em escolas cuja doutrina baseia-se na educação e formação associativa, se adotassem o nosso método, verificariam, quando diagnosticassem e planejassem as soluções melhores, que seus planos ou terapêutica estavam sendo aceitas pelos enfermos.

O Encontro Zonal realizou-se a fim de que os Produtores pudessem dialogar com os Técnicos para dizer-lhes primeiro onde não estão de acordo com o diagnóstico sintomatológico apresentado e, em seguida, responderem às perguntas formuladas, esclarecendo as dúvidas suscitadas.

O Encontro Zonal lembrou a cada um dos Produtores presentes quando, como pacientes, diriam ao médico no caso de sua patologia, quais as suas próprias observações na evolução da mesma. O encontro entre o Produtor e o Técnico permitiu, pelo diálogo, que é totalmente gravado, verificar-se, quando de sua tradução pela Secretaria Técnica, quais os fatos que, sociografica-

mente, interpenetram-se entre as várias Zonas, Regiões e, globalmente, no Estado. Depois da realização dos Encontros Zonais e dessa análise pela Sociometria, verificou-se quais os fatos que pesaram no desenvolvimento do Bem-Estar Social, do Econômico e da Produtividade fluminense. Af, então, os Técnicos fizeram o planejamento setorial que é, realmente, o diagnóstico clínico da situação enfocada.

O planejamento setorial será discutido, em encontros regionais, entre Técnicos e Produtores, de maneira diferente do Encontro Zonal.

No Encontro Regional os Produtores que comparecerem serão aqueles ligados ao fato enfocada, através das suas atividades econômicas e profissionais. Receberão com antecipação o Planejamento Setorial para dizerem, quando do Encontro Regional, onde estão de acôrdo, onde não estão de acôrdo e o que sugerem para acordar. Os Técnicos e Produtores, ao final deste encontro, saberão existir meios e linhas de ação que lhes são comuns em sua vivência e conhecimento. O diagnóstico clínico ou Planejamento será aceito e consentido por todos os Produtores, Técnicos e Administradores.

Com a realização dos Encontros Regionais a sócio-economia e administração fluminense, por seus dirigentes, saberão onde, como, quando e porque dar prioridade à realização dos objetivos visados.

Os nossos enfermos, - os Produtores - e os nossos clínicos - os Técnicos - embora já entre si identificados, sabem que muito da terapêutica indicada depende de recursos extra-territoriais fluminenses. Esse fato leva-nos a fazer o Encontro Final em Niterói para, através de um diagnóstico diferencial, ou Planejamento Opcional elaborado por técnicos do mais alto gabarito, pertencentes a organizações nacionais ou internacionais que, estudando como especialistas de um grande centro médico, recebem o enfermo oriundo de centros médicos de recursos menores, procuram tomar conhecimento de toda a história progressiva do diagnóstico e da terapêutica aplicada. Assim, ao ser escolhido aquele Técnico, quer brasileiro, quer estrangeiro, ser-lhe-á solicitado tome conhecimento de todos os fatos e eventos impeditivos do progresso daquele setor de atividades econômica e profissional e dos sinais clínicos apurados e diagnosticados e a avaliação dos meios e linhas de ação a que se chegou para a erradicação daque-

la patologia. O Técnico, nacional ou estrangeiro, ao cientifi-
car-se, pela leitura dos dados levantados e concluídos através
dos dois Encontros - o Zonal e o Setorial - ficará impregnado de
fluminensismo, isto é, ao assenhorear-se da anamnese realizada
nos vários escalões daquela patologia, êle, qual o clínico de re
ursos e técnica superior, sentir-se-á humanizado com as dificul-
dades dos Produtores e Técnicos fluminenses.

Ver-se-á na obrigação de fazer o máximo pelo seu
paciente - a Sócio-Economia e administração setorial fluminense
que lhe é apresentada.

O Diagnóstico Diferencial ou o Planejamento Op-
cional por êle apresentado, será o documento de discussão para
que êle, como planejador, seja o relator do Grupo de Trabalho, on
de, com os Técnicos e Produtores fluminenses, possam chegar a con
clusões que os identifiquem em definitivo com os meios e linhas
de ação comuns à redenção da pessoa fluminense.

JACY MONTENEGRO MAGALHÃES
Coordenador Regional

1.1. Finalidades do Levantamento:

Através do conhecimento sistematizado de informações, obtidas diretamente em todas as camadas sociais da comunidade fluminense e concernentes ao trabalho para produzir Bens de Produção, Bens de Consumo e Bens de Serviço, o Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro (LSE-RJ) tem por finalidade possibilitar:

- 1.1.1. o equacionamento dos problemas sócio-econômicos e administrativos das comunidades de cada município fluminense e do Estado do Rio de Janeiro;
- 1.1.2. o estudo e a proposição de soluções adequadas e pertinentes a cada problema equacionado;
- 1.1.3. o estímulo e a implantação das idéias e dos objetivos do desenvolvimento sócio-econômico no município integrado na comunidade fluminense;
- 1.1.4. a programação de obras e empreendimentos de base, nos vários setores sócio-econômicos da comunidade, seja municipal seja estadual, pelos respectivos governos ou entidades empresariais;
- 1.1.5. melhor coordenação de ações entre a iniciativa particular e os governos municipais, estadual e federal, de modo a atender aos anseios e interesses da comunidade fluminense.

1.2. Entidades Promotoras:

- 1.2.1. Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- 1.2.2. Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional - (SESI-DN);
- 1.2.3. Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- 1.2.4. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - (FIERJ);
- 1.2.5. Departamento Regional do SESI do Estado do Rio de Janeiro - (SESI-RJ).

1.3. Metodologia adotada:

Para que fôsses cumpridas as finalidades do Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro descritas no item 1.1, adotou-se uma metodologia de pesquisa social, já experimentada com apreciável êxito em outras Unidades da Federação. Os resultados obtidos, com a aplicação dessa metodologia de pesquisa social, foram tão objetivos, que os planos elaborados e apresentados tiveram aproveitamento integral como pro-

gramas de base de Entidades Empresariais ou Governamentais das Unidades da Federação onde foi feito o Levantamento Sócio-Econômico. O processo aplicado, por ser racional e executável, provoca realmente uma mudança de atitude, tanto do indivíduo como dos vários grupos sócio-econômicos integrantes da comunidade, visualizados em sua mesologia e nos seus próprios setores de trabalho e de produção.

1.3.1. A estrutura orgânica adotada para planejamento e execução dos trabalhos, bem como para obtenção, colecionamento e interpretação dos dados procurados, foi a seguinte:

1.3.1.1. Coordenadoria Geral Regional: Exercida pelo Coordenador Geral Regional, a quem cabe a responsabilidade executiva do LSE-RJ;

1.3.1.2. Coordenadorias Setoriais - Superintendência Técnica - exercida por um Superintendente Técnico e constituída de:

- Assessoria Técnica
- Secretaria Técnica
- Grupos Técnicos de Trabalho (G.T.T.)
- Serviço de Estudos e Pesquisa
- Serviço de Documentação e Estatística;

Superintendência Administrativa - exercida pelo Superintendente Administrativo, a quem cabe a responsabilidade financeira e contábil do LSE-RJ. A essa Superintendência cabe ainda todos encargos referentes a:

- Pessoal
- Material
- Mecanografia
- Transportes.

1.3.2. Áreas de Trabalho: A fim de executar os trabalhos previstos para o Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro, os municípios fluminenses foram agrupados em 21 Zonas de Encontro e estas em 4 Setores de Pesquisa.

1.3.3. Temas Programados: Para elaborar o Diagnóstico Sintomatológico Sócio-Econômico, foram fixados os seguintes temas:

No setor do Bem-Estar Social:

- Assistência Social
- Previdência Social
- Saúde Pública
- Educação.

No setor do Desenvolvimento Econômico:

- Crédito, Financiamento e Cooperativismo
- Comercialização e Abastecimento
- Agro-Pecuária
- Energia Elétrica
- Produção Extrativa
- Produção Industrial
- Política Fiscal
- Telecomunicações
- Transportes
- Turismo.

No setor dos Assuntos Administrativos:

- Interior e Municipalismo
- Justiça
- Relações Públicas
- Segurança Pública.

1.3.4. Pesquisa e Apuração:

1.3.4.1. A pesquisa social, orientada sôbre os dezoi-
to temas acima, foi feita através de três do-
cumentos básicos:

- Questionário
- Opiniário
- Documento de Busca de Informações (DBI).

No primeiro foram feitas perguntas precisas
para serem respondidas concisamente.

No segundo foram estabelecidos quesitos pa-
ra obter do inquirido o seu ponto de vista sô-
bre o assunto indagado.

1.3.4.2. Em cada distrito municipal, por zona rural e
urbana, a escolha dos elementos a serem pes-
quisados obedeceu ao critério de:

1. pesquisa por amostragem, estatisticamente
calculada;
2. seleção dos grupos de produtores de Bens
de Produção e Consumo e de Serviços;

3. seleção, em cada um desses grupos de produtores, dos elementos mais significativos, pertencentes às três camadas sociais que os compõem.
- 1.3.4.3. Por fim, elaborou-se o D.B.I., documento destinado a responder, por pesquisa direta junto às fontes de informação, as demais perguntas feitas pelos técnicos e que não foram equacionadas através dos dois documentos supra mencionados.
- 1.3.4.4. Todos os dados colhidos através da pesquisa foram devidamente coordenados, colecionados por município, segundo a sistemática dos temas codificados.
- 1.3.5. Análise e Interpretação dos Dados Obtidos: Uma vez terminada a apuração dos dados de cada município, toda a documentação, classificada por tema, foi enviada à Superintendência Técnica. Cada parte específica foi encaminhada ao Grupo Técnico de Trabalho correspondente que, após análise dos elementos fornecidos, equacionou o problema existente e apresentou as conclusões iniciais sobre o assunto na área estudada.
- 1.3.6. Documento Municipal (DM): Colecionados todos os relatórios elaborados pelos GTTs, juntamente com dados informativos de natureza histórica, fisiográfica e estatística, foi organizado o Documento Municipal. Esse documento tem por finalidade dar a conhecer aos elementos representativos da comunidade municipal, autoridades estaduais e federais, entidades empresariais e demais pessoas interessadas, os aspectos reais e atuais dos dezoito temas sócio-econômicos da comunidade, na área considerada.
- 1.3.7. Documento Zonal (DZ): Reunidos os DMs dos municípios integrantes de uma Zona, é elaborado o Documento Zonal, com a finalidade de:
- 1.3.7.1. apresentar às pessoas interessadas e, principalmente, àquelas que irão participar dos Encontros Zonais, os primeiros resultados oferecidos pelo LSE-RJ;

1.3.8. Documento Setorial (DS):

Colecionada tãda documentaçãõ relativa aos Encontros Zonais, constituída de:

- Documentaçãõ Estatística atualizada nos Encontros Zonais;
- Documentos Municipais, já retificados e complementados;
- Relatórios de tãdas as Comissões Municipais;
- Notas taquigrafadas das Sessões Plenárias dos Encontros Zonais;
- Quadros sociométricos de todos os temas debatidos nos Encontros Zonais;

foram elaborados os Documentos Setoriais, relativos aos temas e sub-temas sócio-econômicos, definidos pela Coordenadoria Regional do Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Esses Documentos Setoriais têm por finalidade:

- proporcionar às autoridades municipais, estaduais e federais, bem como a todos os participantes dos Encontros Zonais e Setoriais, pleno conhecimento dos vários aspectos sociais e econômicos da comunidade fluminense configurados através dos elementos obtidos pelo LSE-RJ;
- apreciar e debater o contexto desses documentos;
- servir de fundamento para a formulação definitiva das Recomendações Básicas, correspondentes a cada tema e sub-tema, tendo em vista o planejamento estadual.

1.4. Execuçãõ dos trabalhos: Os trabalhos programados foram executados dentro dos cronogramas elaborados e comportaram 2 (duas) fases:

- Preparatória
- Trabalho de Campo.

1.4.1. 1ª fase - Preparatória: Os Estudos Iniciais começaram em 5.5.65 e terminaram em 30.8.65.

Nesse período foram executados todos os trabalhos concernentes à:

- Elaboração do Projeto e do Regulamento Interno do LSE-RJ;
- contatos com Entidades e autoridades interessadas;

- demarcação da Área de Trabalho;
- levantamento de dados estatísticos;
- cálculo da amostragem;
- elaboração do Questionário, Opiniário e DBI;
- seleção e preparação dos "Entrevistadores";
- execução de testes dos Questionários e Opiniários.

1.4.2. 2ª fase - Trabalho de Campo: O Trabalho de Campo e todos os demais com êle relacionados tiveram início em 1º.10.65 e terminaram em 31.07.66. Nesse período foram executados todos os trabalhos pertinentes à:

- precursão
- pesquisa
- apuração de dados
- relatórios dos GTTs sobre os temas programados;
- 63 Documentos Municipais;
- 21 Documentos Zonais.

1.4.3. 3ª fase - Encontros Zonais: Segundo a programação e laborada foram realizados 21 Encontros Zonais nos locais e datas abaixo discriminadas:

- 11.6.66..... Três Rios
- 12.6.66..... Teresópolis
- 8.7.66..... Barra Mansa
- 9.7.66..... Vassouras
- 31.7.66..... Santo Antônio de Pádua
- 1.8.66..... Itaperuna
- 27.8.66..... Cantagalo
- 17.9.66..... Macaé
- 18.9.66..... Araruama
- 1.10.66..... Valença
- 2.10.66..... Nova Iguaçu
- 15.10.66..... São Fidelis
- 16.10.66..... Campos
- 25.10.66..... Duque de Caxias
- 12.11.66..... Nova Friburgo
- 13.11.66..... Rio Bonito
- 26.11.66..... São João de Meriti
- 27.11.66..... Petrópolis
- 4.12.66..... Angra dos Reis
- 18.12.66..... São Gonçalo
- 20.12.66..... Niterói

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA

SUGESTÕES PARA O ESTUDO DO DOCUMENTO SETORIAL

TEMA (SUB-TEMA): _____

1. - Análise

- 1.1 - Analisar os dados constantes do Cap. II - Desenvolvimento - e evidenciar aqueles que estão em desacôrdo com os que possui.
- 1.2 - Verificar as omissões existentes nesse capítulo.
- 1.3 - Analisar o Capítulo III - Conclusões - e evidenciar aquelas que estão em desacôrdo com as conclusões que tirou, à vista dos dados expostos no capítulo anterior.
- 1.4 - Verificar as omissões existentes nesse capítulo.

2. - Sugestões

- 2.1 - Alinhar inicialmente os dados divergentes e omissões, decorrentes da análise do Cap. II - Desenvolvimento.
- 2.2 - Discriminar as conclusões que sugere para serem incluídas no Documento Setorial, da seguinte maneira:
 - 1º - Conclusões que estão em desacôrdo.
 - 2º - Conclusões que não constam do documento.

-O-O-

-O-

-

1.0 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

II - Desenvolvimento

2.0.- Posição do tema:

A Assistência Social na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio se impõe como supletivo necessário às distorções da estrutura e funções do grupo familiar.

De unidade econômica e social mais ou menos autônoma e estável, passou a família a depender do exterior para bens e serviços necessários à sua subsistência, sofrendo uma ação violenta por parte da sociedade em transformação, passando suas funções materiais e culturais a serem dirigidas e exercidas pela sociedade.

O levantamento sócio-econômico realizado do Estado do Rio, focalizando o tema Assistência Social, colheu por um lado a conscientização dos munícipes em relação aos problemas sociais que os afligem, e, por outro lado, a verificação "in loco", e análise dos dados por parte da equipe técnica.

2.1.- Dados Estatísticos:

2.1.1 - Radicação:

Os vários Documentos da pesquisa acusam um fluxo emigratório razoável, cujo maior senão é ser desorganizado e sem planejamento, trazendo certo agravamento aos problemas da comunidade, pois, em muitos casos, priva-a de seus autênticos líderes, desfaz grupos formais ou informais de grande influência no meio; o percentual desse êxodo, porém, no Estado do Rio, não se revela alarmante ou grave.

Ao contrário, o índice de radicação é relativamente bom e estável, não aparecendo em nenhum município o fator migratório como causa de um problema específico.

Alguns municípios como Nova Iguaçu, Itaguaí, São João de Meriti, apresentam ao invés um processo e fluxo contrário, de imigração, êste sim agravando a situação de promiscuidade e das péssimas condições de habitabilidade desses municípios.

São as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói e Volta Redonda as mais procuradas pela população emigrante.

2.1.2 - Habitação:

As respostas obtidas no questionário sobre o item habitação, parecem não terem sido de porte a constituírem da dos objetivos de informação da realidade do fato. Elas são otimistas demais, reportam casas de 5 e mais cômodos como índice médio de moradia, casas próprias em sua maioria, de alvenaria em mais de 80%, isoladas, suficientes e, até, em não poucos dados, gratuitas. Entretanto, encontram-se nos Relatórios das Comissões Mistas dados mais consentâneos em que se afirma: "embora a maioria dos entrevistados esteja satisfeito com o tamanho de sua residência, a maioria das casas é insuficiente para as famílias. Muitas casas grandes são parcialmente subalugadas". Dêsse mesmo contacto com as comissões municipais reporta a Profª Hilda El-Jaick: "as casas citadas como gratuitas pelos entrevistados na maioria não o são. Pagam aluguel irrisório enquanto trabalham, devendo sair quando despedidos ou aposentados."

Importante é ainda de se notar o índice baixo ou quase nulo de casas em construção ou de pessoas que estão adquirindo casa própria. Esse dado consta a estagnação social com repercussões imprevisíveis sobre o desalento social, gerando a passividade, a falta de esperança, ou a revolta.

2.1.3 - Problemas Sociais sentidos:

Analisando-se as respostas dadas aos itens desemprego, menor abandonado, velhice desamparada, alcoolismo, vadiagem, mãe solteira, delinqüência, criminalidade juvenil, prostituição e outros, observa-se como as comunidades parecem absorver com muito bom senso, e até indulgência, os problemas que lhes pareceram secundários, tais como: a mendicância, a mãe solteira, a delinqüência juvenil, a prostituição, o alcoolismo, apontando, porém, como graves e fundamentais o desemprego, o menor abandonado e a velhice desamparada.

Essa ponderação de prioridades dos problemas sociais por parte da população indica a sensibilidade dos grupamentos humanos em descobrir na complexidade do problema social uma seqüência lógica. Os três problemas apontados como fundamentais: desemprego, abandono do menor e velhice desamparada englobam os outros, contém a marginalização da população ativa e da não ativa.

2.1.4 - Sugestões:

Convocado para opinar sobre soluções a serem dadas aos problemas sociais existentes, a Pesquisa reporta: Criação de indústrias e criação de Patronatos como as sugestões mais válidas para sanar a situação; a seguir indicam a criação de asilos para velhos e, somente dois municípios propõe a criação de Escolas Agrícolas.

A Indústria é para o povo na conjuntura atual, a única fonte de um ganho certo, ou de enriquecimento local; não importa o desamparo, a desqualificação para o trabalho em que se encontra a maioria. O Eldorado foi constituído em sua imaginação: a Indústria.

O campo é o filho desamparado, a criação de Escolas Agrícolas não o sensibiliza. Convém atentar para o desprestígio da agricultura na mentalidade do povo do Estado do Rio. A Comissão de Financiamento à Produção, C.F.P., autarquia federal, ligada à SUNAB, talvez possa agir neste sentido, como tão bem vem atuando no nordeste, o mesmo se diga quanto ao Ministério de Agricultura e as Secretarias de Agricultura locais.

2.2.- Análise, interpretação e comparação dos dados.

Dos dados acima tratados conclui-se que o problema social é fruto do rápido desenvolvimento das indústrias, do progresso científico e técnico em geral e dos fatores psicossociais ocasionados pelas mudanças que tal desenvolvimento acarreta. Some-se a isto o crescimento demográfico, o advento de calamidades, etc., e tem-se um quadro um tanto simples dos fatores causa desse problema.

Quanto ao povo, com seus processos tradicionais, seus este réotipos, é lamentável que não tenha sido preparado e nem convocado para tomar parte no processo de evolução. Ficou entregue a uma economia de consumo, semi-marginalizado.

Os organismos assistenciais, SESI, e outros, pouco ou nada deram à comunidade como participação nas soluções dos problemas e por isto a pesquisa responde com uma quase insensibilidade às perguntas: si o SESI funciona bem ou mal. A maioria absoluta não tem resposta.

O desemprego e o desamor ao campo têm conotações de causa e efeito, o mesmo devendo ser dito quanto ao desemprego - desamor ao campo - êxodo.

A implantação de indústrias no Estado do Rio é indiscutivelmente um fator de riqueza, mas não necessariamente um fator de progresso Social. Tendendo a agricultura a ser industrializada não seria este um caminho mais correspondente à geo-política fluminense?

III - CONCLUSÃO.

3.1.- Do levantamento realizado, um primeiro e grande fruto já foi obtido: a inclusão da comunidade na descoberta de seus problemas e na solução dos mesmos.

3.2.- Toda solução em um regime democrático envolve a comunidade.

Mobilização da Comunidade, formação de responsabilidade comunitária, estímulo à organização de grupos, criação de Conselhos inter-grupais, desenvolvendo o associativismo, o cooperativismo, através da Organização de Centros Comunitários; eis a solução!

Então, sim, poderão os grupos locais orientados pelo técnico, desenvolver seu programa de ação, com adestramento rápido de mão-de-obra atingindo a faixa do sub-empregado, e tudo o mais que dentro da comunidade surgir como necessário e exequível.

Quanto ao menor abandonado que se diga: só em caso de desespero, o internamento. O menor abandonado deve ser tratado em casa, onde os valores comuns a seu grupo social lhes proporcionem uma base de partida e de equilíbrio a sua aculturação.

Se ele não tem casa, que se procure uma tia, uma avó, um parente, um alguém, subvencionado, se fôr o caso, mas que só em inevitável instância seja ele internado.

A aplicação da moderna psico-pedagogia em relação ao menor pôsto em um internato requer pessoal de alta qualificação, prédios concebidos de acôrdo, verbas altíssimas, e, assim mesmo, não é fácil concluir com êxito uma tal educação. Ou seja: cuide-se da família que faz o menor abandonado; é a única solução para o problema.

-o-o-

-o-

-

2.0 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

II - Desenvolvimento

2.2.0 - A análise, interpretação e comparação dos dados estatísticos e informativos obtidos possibilitam a configuração de dois fatos sociais que sintetizam toda a realidade previdenciária da comunidade, nos meios rurais e nos centros urbanos, constituindo problemas que afetam diretamente a conjuntura sócio-econômica com os seus efeitos negativos. São eles: o desamparo e insegurança social dos trabalhadores rurais e a situação de deficiência previdenciária dos trabalhadores urbanos.

2.2.1 - Desamparo social dos trabalhadores rurais.

Problema social dos mais graves no Estado é, evidentemente, o que decorre da situação de desamparo a que continua relegada à quase totalidade dos trabalhadores rurais, - o que também ocorre nos demais Estados, - daí resultando em cadeia uma série de fatores desfavoráveis para o desenvolvimento econômico da comunidade.

A ação da previdência social não se estendeu ainda às zonas agrárias, apesar de ser pacífico o entendimento que reconhece residir no bem-estar da pessoa humana a base principal onde, a par de um complexo de outros fatores, assentam o desenvolvimento do País e a própria segurança nacional.

Assim também o entenderam os legisladores patrícios, e tivemos aprovada em 1963 a Lei nº 4.214, o "Estatuto do Trabalhador Rural", um conjunto de normas de direito do tra-

balho e de legislação previdenciária. Criou-se o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural e foi instituído um plano de benefícios e serviços assistenciais. Não obstante, decorridos mais de três anos, a implantação da Previdência Social Rural não foi sequer iniciada, perdurando a situação descrita em 1960, na justificação daquela lei:

"Já comparamos certa vez o homem do campo ao animal de carga velho e cansado, que é solto nas estradas e campos para morrer à míngua. Se o homem do campo não economiza por si mesmo algum dinheiro durante sua longa e árdua vida para com êle enfrentar os dias negros da velhice ou da doença, estará perdido, pois quando êstes lhe baterem à porta não terá nenhuma assistência e encontrar-se-á diante de um dilema: socorrer-se dos parentes, dos amigos, ou morrer de inanição, ou entregar-se à morte pela míngua, pelo abandono."

Nada mudou, e assim continua a vida nos meios agrários. A grande maioria dos trabalhadores rurais, como se constatou, mal sabe o que é aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-doença. Mas não ignoram que êsses benefícios não são para êles, os lavradores, mas tão somente para os operários das fábricas, os trabalhadores das cidades. Quanto à assistência médica, o homem do campo só pode contar com a caridade do hospital mais próximo, na dependência de haver uma vaga na enfermaria.

A população rural continua marginalizada, desassistida pelos poderes públicos, decepcionada e descrente de dias melhores. Êsses são os fatos incontestáveis.

Além do aspecto humano dêsse problema social que se agrava a cada dia, e na medida em que aumenta a população, há que considerar também suas conseqüências negativas na conjuntura econômica da comunidade. Como pensar na presente necessidade de aumentar a produtividade agrícola-pastoril se essa grande massa de trabalhadores vive em tão precárias condições? E essa situação tem ainda implicações mui-

to sérias na área político-social, podendo mesmo vir a afetar a própria segurança nacional, pois apresenta flancos muito sensíveis a explorações de toda ordem.

2.2.2 - Situação de deficiência previdenciária dos trabalhadores urbanos.

Revestido embora de menor gravidade, vem em seguida o problema representado pela situação em que se encontram os trabalhadores urbanos, prejudicados pelas falhas de organização e pelas deficiências que se verificam no funcionamento do seu sistema previdenciário, sendo que muitas localidades não dispõem de qualquer órgão previdenciário, apesar do considerável número de segurados ali residentes, e que são forçados a se deslocarem para a cidade mais próxima onde possam ser atendidos. Há ainda cidades onde somente um Instituto mantém serviços e atende, evidentemente, apenas aos seus próprios segurados, ficando os outros, os filiados aos demais Institutos, sem qualquer assistência previdenciária. Essa desigualdade de tratamento, como é natural, provoca uma justa reação de descontentamento dos segurados prejudicados, pois contribuem da mesma forma para a previdência social.

O número de localidades em que a previdência social funciona de maneira satisfatória é muito reduzido. Em geral, constata-se que os serviços previdenciários na comunidade apresentam falhas de organização e muitas deficiências na execução do plano de benefícios e serviços assistenciais. A excessiva demora no processamento e concessão dos benefícios (aposentadorias, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-natalidade, etc.) é a falha mais freqüente e a que provoca maior número de reclamações dos segurados.

Os serviços assistenciais (assistência médica, principalmente), nas cidades onde são prestados, não possuem a necessária capacidade de atendimento, notadamente no que se refere ao setor médico-cirúrgico, o que determina a adoção de um critério de prioridades segundo a urgência de cada caso, daí resultando as listas de espera onde os segurados ou seus dependentes ficam aguardando a vez de serem atendidos. E essa espera às vezes se prolonga por me-

ses, levando o segurando a desistir e recorrer a outra solução.

A grande maioria dos trabalhadores urbanos não conhece todo o plano de benefícios e serviços assistenciais de seu sistema previdenciário, sendo também limitados os seus conhecimentos a respeito das condições exigidas para sua concessão, a documentação necessária e o procedimento a seguir para a obtenção daquelas prestações. Somente alguns desses benefícios e serviços, justamente os mais comuns e antigos, tais como as aposentadorias, pensão por morte e a assistência médica, são conhecidos pela maioria dos segurados. E disso decorre que muitas vezes deixam eles de usufruir benefícios e serviços assistenciais a que têm direito, mas que não os requerem apenas por ignorância.

Registram-se ainda os casos de retenção ilegal das contribuições previdenciárias, inclusive das descontadas dos salários dos empregados, o que importa em diminuição da receita prevista com efeitos prejudiciais na execução dos serviços previdenciários.

III - CONCLUSÃO

- 3.1.0 - Estão aí enumerados os problemas que se configuram no setor de previdência social da comunidade. O primeiro deles, o que se situa nos meios agrários e se caracteriza pelo desamparo e insegurança social em que se encontra a quase totalidade de sua população, é inegavelmente o de maior gravidade e amplitude, sob todos os aspectos. Quanto ao outro fato social, o da situação de deficiência previdenciária em que vivem os trabalhadores urbanos, este, obviamente, não apresenta a mesma seriedade, pois envolve apenas uma questão que requer correções no funcionamento do seu sistema de previdência social e a ampliação de sua área de ação, de maneira a cobrir todas as localidades. Contudo, ambos os problemas, dadas as suas implicações negativas na evolução da comunidade, conforme se constatou nas pesquisas realizadas, merecem imediata e especial atenção das autoridades responsáveis.

3.2.0 - E as soluções para êsses problemas, as únicas capazes de produzir os resultados que se desejam, consistem evidentemente na implantação da previdência social rural e na unificação dos órgãos executivos do atual sistema previdenciário, seguida imediatamente por uma série de medidas complementares visando a correção dos serviços, a sua descentralização e ampliação.

3.2.1 - Implantação da previdência social rural.

No que se relaciona com a situação de desamparo e insegurança social em que vive a quase totalidade dos trabalhadores rurais fluminenses, a solução indicada para esse problema social já se encontra consubstanciada na Lei 4.214, de 2 de março de 1963, o "Estatuto do Trabalhador Rural", regulamentado na parte da previdência social rural pelo Decreto nº 53.154, de 10 de dezembro do mesmo ano. O que se tem a fazer, portanto, é dar início à implantação do sistema de previdência rural instituído nessa lei.

Não importa que a lei contenha imperfeições e sejam mesmo de difícil aplicação algumas de suas disposições em determinadas áreas, pois tudo isso poderá ser corrigido oportunamente e da maneira mais adequada. O importante é começar, fazer alguma coisa desde logo. Ainda que não seja possível de início efetivar todo o plano de benefícios e serviços assistenciais estabelecidos no "Estatuto do Trabalhador Rural", urge assegurar de imediato pelo menos as prestações essenciais à vida do trabalhador agrícola, como seja a assistência médica, notadamente no setor da assistência à maternidade, E também os serviços sociais, que proporcionarão aos lavradores e a sua família a orientação e os ensinamentos que lhes possibilitarão melhorar as suas condições de vida e saúde, com o aproveitamento mais racional de seus próprios recursos.

Essa primeira etapa da grande e complexa tarefa poderá ser realizada em curto prazo, bastando que se dê execução à Portaria nº 859, de 7 de dezembro último, do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social (Diário Oficial de 14-12-66), onde a prestação da assistência médica foi equacionada em termos objetivos, adotando-se a solução mais

condizente com a realidade nas zonas rurais e os recursos já arrecadados.

Os demais benefícios previstos na previdência social rural, i.e., a aposentadoria por velhice, a aposentadoria por invalidez, a pensão por morte e o auxílio funeral, estes viriam mais tarde, gradativamente, na medida que as disponibilidades do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural os permitissem, e na forma ditada pela experiência que fôr sendo adquirida nos meios rurais.

3.2.2 - Unificação da previdência social.

Quanto à situação dos trabalhadores urbanos face às deficiências e falhas que se verificam na organização e no ~~funcionamento~~ funcionamento da previdência social, bem como a ausência dêsse sistema em muitas localidades, a solução para êsse problema está contida também na execução de outra lei, esta já em vigência desde o dia 1º de janeiro, o Decreto - lei nº 72, de 21 de dezembro de 1966, que determinou a unificação de todos os órgãos da previdência social e adotou outras medidas.

É isso exatamente porque a incorporação dos extintos Institutos, SAMDU e SAPS num único órgão previdenciário, o Instituto Nacional de Previdência Social, vem assegurar as condições básicas que permitirão um completo e mais racional aproveitamento dos recursos disponíveis em todos os setores do pessoal, material, instalações administrativas e dos serviços assistenciais, ambulatoriais, sanatórios e hospitais. Poderá então ser realizada radical reestruturação do sistema previdenciário, visando a correção das falhas e a eliminação das deficiências em seu funcionamento, assim como a ampliação dos serviços.

Dessa medida, - que há muito se esperava e reclamava, - surgirá um órgão executivo atualizado com os ensinamentos colhidos no decorrer dos anos e dispendo de uma concentração total dos recursos que até então se dispersavam em ações paralelas, autônomas e que não observavam qualquer entrosamento.

Com a unificação irá desaparecer em curto prazo aquela injusta situação de desigualdade de tratamento entre segurados radicados numa mesma localidade, pois todos ôles passarão a ter igual atendimento da previdência social, através do seu único órgão, o INPS, sejam bancários ou industriários, comerciários ou marítimos.

O pessoal administrativo e os quadros técnicos dos serviços assistenciais, todo o material e as instalações existentes numa localidade, integrados num só conjunto previdenciário, terão aproveitamento integral sob todos os aspectos, sem desperdícios de material, de tempo e sem dispersão de esforços, o que inegavelmente só poderá reverter em maior produtividade e melhores padrões de atendimento, beneficiando indistintamente a todos os segurados ali residentes.

As novas condições proporcionadas pela unificação possibilitarão ao INPS ampliar, de maneira considerável, a rede de Agências, Postos, Representantes e Correspondentes, bem como levar a efeito a necessária descentralização dos setores concessórios dos benefícios, medida imprescindível para que o atendimento dos segurados e de seus dependentes se faça com eficiência e no momento oportuno, sem as injustificadas e prejudiciais demoras. E a divulgação da previdência social poderá ser feita com maior eficiência e amplitude, de maneira direta e permanente junto aos segurados, orientando-os nas suas residências ou nos locais de trabalho através dos serviços sociais, evitando-se destarte os casos de segurados que deixam de requerer as prestações a que têm direito apenas porque não conhecem o plano de benefícios e de serviços assistenciais, ou não sabem como proceder para obtê-los.

A reestruturação administrativa, reunindo num só grupo todos os quadros de fiscalização e arrecadação dos Institutos, possibilitará uma ação mais ampla e eficaz nesse setor, no sentido de eliminar ou, pelo menos, reduzir consideravelmente a incidência de infração dos dispositivos legais, inclusive a retenção das contribuições previdenciárias.

3.3.0 - São estas as soluções indicadas para os problemas sociais que se configuram no setor previdenciário da comunidade, e ambas já se acham consubstanciadas nas leis acima mencionadas, cuja execução caberá exclusivamente ao recém-criado Instituto Nacional de Previdência Social em todo o País, nos meios rurais e nos centros urbanos, como único órgão executivo que é da previdência social.

É oportuno sugerir, todavia, com respeito à implantação da previdência social rural, dada a maior complexidade e extensão do problema, que o INPS promova um entendimento com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária no sentido de obter d'êste um plano de colaboração, o qual muito poderá concorrer para facilitar e apressar o desenvolvimento da grande tarefa. Efetivamente, se a previdência rural e a reforma agrária constituem empreendimentos paralelos e que se completam para uma mais alta finalidade, nada mais lógico e aconselhável, portanto, que se estabeleça um entrosamento das respectivas atividades em tudo aquilo que fôr cabível.

Como se sabe, o IBRA já se encontra em condições de prestar valiosa cooperação com o seu imenso acervo de informações e dados estatísticos colhidos no levantamento cadastral que vem de concluir, elementos êsses que serão da maior utilidade nos trabalhos iniciais para a implantação da previdência social rural.

Neste levantamento sócio-econômico não se poderia deixar de focalizar, no setor de previdência social, o que atualmente ocorre com os funcionários do Estado, dos Municípios e das respectivas autarquias, em relação aos regimes previdenciários especiais a que se acham obrigatoriamente vinculados por sua condição de servidores públicos,

Como se sabe, o Govêrno do Estado mantém o Instituto de Previdência dos Servidores - IPS, que tem a finalidade de proporcionar ao funcionalismo estadual os benefícios e os serviços assistenciais estabelecidos em lei, e o mesmo se verifica com algumas Prefeituras, que também possuem seus próprios regimes e instituições previdenciárias. Nos demais Municípios, desprovidos daquelas instituições, a assistência previdenciária devida aos seus funcionários é

transferida ao IPS por meio de convênios celebrados com a entidade estadual. E, finalmente, vinculam-se ao sistema geral de previdência social, estabelecido na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, por intermédio do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, os servidores estaduais e municipais que, nos termos das leis pertinentes, não são abrangidos pelos regimes próprios de previdência.

Todavia, tanto o IPS quanto as instituições congêneres municipais, principalmente estas, devido a diversos fatores, sobretudo as dificuldades de ordem financeira, não se encontram em condições de prestar aos seus segurados todos os benefícios e serviços assistenciais previstos, notadamente estes últimos, que na maioria dos Municípios são deficientíssimos, praticamente inexistentes. Essa situação, que prejudica seriamente a maior parte dos funcionários estaduais e municipais, conforme se constatou nas pesquisas realizadas, é inegavelmente tão merecedora da atenção dos poderes públicos quanto a dos demais trabalhadores da comunidade.

Mas a atual conjuntura financeira do Estado, e sua direta repercussão negativa em todos os setores da administração pública, não permitem ao Governo Estadual, e muito menos às Prefeituras Municipais, cogitarem da adoção de medidas imediatas no sentido do aperfeiçoamento e ampliação dos seus serviços previdenciários. Há que procurar, portanto, outra solução para o problema.

Esta é a melhor oportunidade para se tratar do assunto, e exatamente agora quando se inicia uma radical reformulação da previdência social no País. De qualquer maneira, o fato é que deve ser estudada a questão desde logo, pois não se pode admitir que essa injusta situação, tão prejudicial àqueles servidores públicos, perdure indefinidamente. Acham-se eles excluídos do sistema geral de previdência social por força do disposto na Lei nº 3.807/60, que determina:

"Art. 3º - São excluídos do regime desta lei:

- I - os servidores civis e militares da União, dos Estados, Municípios e dos Territórios,

bem como os das respectivas autarquias, que estiverem sujeitos a regimes próprios de previdência;"

Assim excluídos do sistema geral de previdência social, por outro lado, êsses servidores não se encontram integralmente amparados pelos seus regimes próprios de previdência. Desfrutam apenas de alguns poucos benefícios do seguro social a que têm direito e de que tanto necessitam. Nessas circunstâncias, a solução para a emergência consistiria, evidentemente, na extensão do sistema geral da previdência social, estabelecido na citada Lei nº 3.807/60, aos servidores estaduais e municipais que se encontrassem nessa situação de deficiência previdenciária.

Obviamente, se vier a merecer a acolhida das partes interessadas, ou sejam os setores competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Governo Estadual e Prefeituras Municipais, a presente recomendação terá de ser submetida a um grupo de trabalho integrado por representantes daquelas entidades, que a estudará sob todos os aspectos e suas implicações, a fim de estabelecer as condições e a forma pela qual se processará a inclusão daqueles servidores no sistema da Lei nº 3.807/60, que poderá ser quanto às prestações previdenciárias em geral ou simplesmente em relação aos serviços assistenciais, mantendo-se a responsabilidade das entidades administrativas quanto aos benefícios (aposentadorias e pensão), na conformidade das respectivas leis.

-O-O-

-O-

-

3.0 - SAÚDE PÚBLICA:

II - DESENVOLVIMENTO

Mediante a análise das informações constantes dos Documentos Municipais, o Grupo Técnico da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, constituído de Médico, Enfermeira, Engenheiro e Dentista, chegou, em conjunto, às seguintes conclusões:

1. DA ESTRUTURA MÉDICO-SANITÁRIA:

O Estado do Rio de Janeiro conta com uma rede assistencial aparentemente satisfatória no que diz respeito ao número e distribuição das instituições existentes, entre as quais se incluem não apenas organizações de cunho oficial, representadas por Centros de Saúde, Postos, Sub-Postos e Hospitais, Estaduais e Federais, como também outras instituições mantidas por entidades particulares.

2. DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA:

Cabendo ao Estado a responsabilidade da execução das atividades de medicina preventiva, verifica-se que com este objetivo tem sido obedecido o critério de dotar cada município de Unidade Sanitária, de tal sorte que as sedes municipais, em sua maioria, acham-se providas com esse recurso. Constata-se a existência de Centros de Saúde nas localidades de população de maior vulto e de Postos de Saúde nas demais,

Quanto ao meio rural, entretanto, a solução Sub-Postos, praticamente a única alternativa para levar, se bem que periodicamente, as medidas médico-assistenciais e sanitárias ao encontro da população, é ainda pouco utilizada. Como consequência, o inevitável deslocamento, em certas áreas, de grande número de indivíduos para os centros urbanos dotados de maior concentração de recursos.

2.1. DO PESSOAL E DAS ATIVIDADES:

Apesar de se constatar a existência de Unidade Sanitária em praticamente cada sede municipal, de modo geral, a população considera os serviços de saúde regulares ou maus, e pede melhorias sob a forma de ampliação de leitos hospitalares, dotação de postos nos

distritos, maior número de atendimentos por médicos e fornecimento de medicamentos, não se observando nenhuma expectativa por parte da população quanto ao desenvolvimento das atividades preventivas.

Isto evidencia o tipo de serviços que a população espera das unidades, ou que possivelmente lhe é oferecido por estas, predominantemente de caráter assistencial imediato e, assim, sem a penetração que incumbe às organizações de saúde pública, cuja característica principal é o dinamismo, amplitude e pluralidade de ação. Verifica-se, pelos quadros de pessoal, que, embora a presença do médico seja uma constante, há grande carência de pessoal auxiliar, indispensável às atividades de saúde pública. Nota-se, em certas áreas, que o número de médicos chega a ser mesmo bastante elevado, contrastando flagrantemente com a quase total inexistência de outros elementos (enfermeiras, visitadoras, inspetores e auxiliares de saneamento) que, necessariamente, devem integrar a equipe de saúde pública para o desenvolvimento de uma ação dinâmica, plural e ampla.

A própria assistência médica, que à luz do atual quadro de pessoal parece constituir a principal atividade de desempenhada por essas unidades, não pode ser considerada satisfatória, uma vez que se constata um elevado percentual de óbitos "sem assistência médica". Verifica-se, por outro lado, que essa atividade assistencial a cargo das unidades sanitárias nem mesmo goza de preferência da população, valendo-se esta, com maior frequência, dos recursos oferecidos por outras instituições.

Não há referência, no Documento Municipal, ao desenvolvimento de determinadas atividades de promoção da saúde, como as de assistência à gestante e à criança, que pela sua importância se devem sempre incluir nos programas de saúde pública, em caráter prioritário e em forma sistemática. Vale referir o elevado percentual de óbitos de menores de 1 ano e as informações sobre a assistência ao parto, prestada predominantemente por curiosas que não recebem, ao que se pode presumir, nenhuma orientação e controle.

No tocante ao combate às doenças transmissíveis, ressaltam as informações a precariedade das medidas adotadas. Não há referência à manutenção regular de serviços que visam, pelo tratamento, à anulação das fontes de infecção (única medida adaptável, hoje, ao controle de determinadas doenças transmissíveis) e tampouco se pode concluir pela adequação de um "Programa de Imunizações", já que este parece não assumir o indispensável caráter sistemático (dir-se-ia que a vacinação contra a difteria, coqueluche e tétano, cujo emprêgo exige sistematização, não é feita pelas Unidades Sanitárias em nenhum município), e nem se conta com pessoal auxiliar em número suficiente para a sua execução na amplitude necessária ao controle (vale afirmar que a tentativa de cobertura da população mediante o sistema de campanhas de imunização esporádicas, além de onerosas e difíceis, não ensejam resultados que, em termos de controle, se possam considerar compensadores).

No que se refere ao Saneamento, constata-se que todas as sedes municipais e, bem assim, um apreciável número de sedes distritais, contam com rede de abastecimento público de água, embora em certas áreas a quantidade de água disponível já não atenda às necessidades da população. Quanto ao destino dos dejetos, a situação pode ser considerada como ainda não satisfatória, seja pela inexistência de rede de esgotos em certo número de localidades, pela remoção inadequada em outras, ou pela falta de um tratamento final, ou pelas grandes deficiências que ainda se observam no meio rural, cuja correção depende de soluções individuais.

Finalmente, cumpre apreciar outro tipo de atividade que hoje se exerce em saúde pública com reais proveitos, e que é a Odontologia Sanitária. Neste particular, a situação do Estado pode ser resumida no seguinte:

- Há em todos os quatro setores grande carência de assistência odontológica à população;
- os municípios, quando dispõem de assistência, a mesma está restrita à sede municipal;

- existem municípios como: Saquarema, Bom Jesus, Cambuci, Silva Jardim, São Fidelis e Itaocara com proporções de 23.000, 22.000, 18.000, 17.000, 15.000 e 13.000 habitantes, respectivamente, por 0 (zero) cirurgião-dentista em saúde pública, enquanto no Brasil tal proporção é de 3.300 habitantes por profissional;
- no município de Silva Jardim, com 18.000 habitantes, não há cirurgião-dentista em atividade;
- nota-se a presença de "práticos" em grande número de localidades da zona rural;
- não há critério estabelecido para lotação de odontólogos, pois o município de Campos, com cerca de 332 mil habitantes, dispõe apenas de três profissionais em saúde pública, enquanto São Fidelis, com 45 mil habitantes, tem dois cirurgiões-dentistas e Niterói, com 148, tendo uma população de 301.610 habitantes;
- não utiliza a atual estrutura administrativa pessoal auxiliar em odontologia, para desenvolvimento de programas preventivos e aumento da capacidade de mão-de-obra profissional, com real prejuízo para as comunidades;
- apenas a cidade de Macaé vem empregando método preventivo contra a cárie dental (fluoretação de águas). Os demais, apesar de contarem em sua grande maioria com abastecimento d'água tecnicamente de bom padrão, nada fizeram ainda para prevenir e controlar a cárie dental, através da fluoretação das águas de abastecimento público;
- os escolares de 6 a 14 anos de idade, grupo etário onde há maior incidência da cárie dental, de grande importância para a Odontologia Sanitária, estão totalmente sem assistência. As atividades odontológicas estão restritas a extrações dentárias e atendimento de emergência, nas sedes das Unidades Sanitárias;
- o único município com mão-de-obra profissional capaz de tratar e controlar a cárie dental no grupo de 6 a 14 anos de idade é Niterói, que, com base em estimativas nacionais, deve possuir 42.225 crianças naquelas idades;

- igual número de crianças deve registrar um total de necessidades (dentes cariados + indicados para extração) equivalente a 253.350 unidades de trabalho;
- com 148 profissionais trabalhando 3 horas, temos um total de 444 dentistas-horas por dia;
- tomando-se como base 20 dias úteis por mês e 11 meses de trabalho por ano, temos 97.680 dentistas-horas por ano;
- com produção de 1.5 unidades de trabalho por hora clínica, necessita-se de 168.900 horas para tratamento e controle de cárie dental nas 42.225 crianças em idade escolar (Niterói) num período de 24 meses com margem de segurança de 5 meses. Tal trabalho será realizável se forem dados: condições de equipamento, material, pessoal auxiliar e técnicas de planejamento para as condições atuais.

Para os demais municípios faz-se necessário um estudo da situação em particular de cada um, para que sejam implantadas medidas de Odontologia Sanitária e Preventiva, de acordo com as disponibilidades orçamentárias do Estado.

3. RECOMENDAÇÕES:

- a)- Reestudo geral da rede de Unidades Sanitárias, no que diz respeito à sua área de jurisdição, desenvolvimento de atividades e, principalmente, lotação com pessoal necessário à execução de um programa global de saúde pública que, em seus aspectos essenciais, atenda inclusive à população rural.
No que se refere a pessoal, recomenda-se incrementar a utilização de elementos auxiliares de enfermagem, odontologia e saneamento, previamente treinados e devidamente supervisionados;
- b)- padronização e provisão adequada de equipamento e material necessário ao pleno desenvolvimento das atividades programadas;
- c)- estabelecimento de uma estrutura, central e regional, com atribuições normativas, de coordenação e supervisão, indispensável à manutenção de um padrão técnico adequado, tanto no desenvolvimento das atividades médicas, quanto de enfermagem, saneamento e odontologia sanitária;
- d)- revisão e atualização da legislação sanitária.

3.2. Organização Hospitalar:

Limitando-nos à análise dos capítulos pertinentes a Saúde Pública e Assistência vimos registrar um fator que se constitui em tônica, dada a frequência com que vem de ser acusado na grande maioria dos entrevistados, qual seja a pouca ou nenhuma consistência dos serviços médico-assistenciais.

A investigação processada retrata uma estrutura assistencial arcaica, distoante e distante do real sistema assistencial reclamado pela coletividade que, antes de ser determinado ou regido por princípios doutrinários, o é por imperativo indiscutível resultante de uma evolução social, tanto quanto reclamado pelo aperfeiçoamento técnico e progresso científico.

O registro do comportamento da opinião das coletividades entrevistadas representa uma afirmação do que vimos, em trabalhos exaustivos, demonstrando e alertando, visto que a situação panorâmica de fato existente é incompatível com os reclamos de uma sociedade moderna além de apoiar-se em uma estrutura anti-econômica resultante de total descoordenação e hierarquização carreando uma pulverização de recursos, pela multiplicação anárquica de instituições assistenciais que, embora geradas de princípios humanitários, objetivando o socorro para os momentos dramáticos da vida, mostram-se montadas em estruturas frágeis de manutenção, enfrentando graves problemas de custeio dos serviços que, em consequência da ação anemizante da falta de recursos adequados, acaba por serem dispensados em bases de qualidade discutível.

Em verdade, perfunctòriamente, a aparência é de abundância de serviços assistenciais pois que registramos - iniciativas das mais variadas e oriundas das mais diferentes origens. Não é raro, em uma mesma localidade, constataremos intentos federais, estaduais e municipais paralelamente a iniciativas privadas filantrópicas, de beneficência e de finalidade lucrativa. Na própria esfera governamental existe o fatiamento assistencial promovendo a constituição de castas e grupos que desfrutam de maiores ou menores vantagens segundo o poderio de seu respectivo órgão mantenedor. Explica-se tal estado de cousas, mas, de fato, não se justifica que, patenteados os malefícios na permanência de uma prática que, além de inoperante em seus desígnios sociais, é inexecuível na dispensa de adequada qualidade de serviços, decorrente da falta de recursos suficientes.

A explicação repousa na razão fundamental de que, sem nenhu-

ma orientação oficial traçada no sentido de definir uma política assistencial, sem ressonância à evidente necessidade de melhor atenção e maiores recursos serem dispensados à saúde da comunidade, sentindo que não era levada em conta a evolução social que mais reclamamos exige para a consecução da segurança e da paz social, verificou-se a ação da iniciativa comunitária, como explosão natural do mais antigo e permanente sentimento do homem, qual o da solidariedade a serviço do sofrimento humano. Compreensível na magnitude de seus propósitos trouxeram, todavia, tais iniciativas, a marca do isolacionismo, da descoordenação e do alheamento à prática assistencial como um todo, sem atentar para uma integração de serviços quer no que tange à concentração de recursos quer quanto à conjugação dos objetivos de propiciar ampla proteção ao indivíduo. Dirigidas no sentido curativo, essas iniciativas armaram-se exclusivamente para enfrentar o evento mórbido alijando de suas preocupações e objetivos qualquer ação de ordem preventiva, de saúde pública e de reabilitação visto que tais atividades seriam da competência governamental exclusiva.

Valendo-se, pois, de terreno pobre de "humus" orientador e disciplinador, sem atentar para encargos decorrentes de manutenção de pessoal e adoção de equipamento adequado com sua respectiva renovação e atualização, germinaram e cresceram essas iniciativas, acabando por apresentar os frutos em cuja polpa vinham cristalizados os sofrimentos de uma conquista arrancada à custa de querelas financeiras, de persistência e perseverança, de denôdo e grandeza de solidariedade mas de pequeno valor nutritivo em relação às necessidades calóricas de um organismo social que reclama, para sua saúde, razão equilibrada e em cuja composição, harmônicamente, se somam as atividades de saúde pública, medicina preventiva, medicina curativa e reabilitação.

A proliferação desordenada das unidades assistenciais, sem nenhum sentido de coordenação e hierarquização, acarretou pela multiplicação de iniciativas a pulverização de recursos representada pela concessão de auxílios que, reclamados por muitos, para cada um se mostram insubsistentes para que viesse a ser cumprido o verdadeiro objetivo.

Na maioria, "malformadas" fisicamente, apciando-se em estruturas orgânicas defeituosas, enfrentando orçamentos de manutenção a nemizados por inadequada programação de custeio, desaparelhadas de equipamento adequado, mostram-se grande parte das instituições nacionais claudicantes em seus objetivos primordiais, oferecendo pa-

drões assistenciais aquém do razoavelmente aceitável.

É êsse o panorama geral que vem de ter sua confirmação no cuidadoso levantamento levado a têrmo por tão denodada quanto valerosa equipe.

Urge que se atente de imediato para tal estado de cousas visto que não há como escamotear do rol das medidas que enriquecem um povo aquela providência de maior atenção à saúde, como meio de consecução da paz, da segurança e do progresso de uma Nação.

Não mais se justifica a permanência de um sistema assistencial incompatível com o princípio de que a saúde constitui um direito fundamental de todo o sêr humano.

Há que se atentar, outrossim, para as condições brasileiras, onde a extensão de país continental com seus 8 milhões e meio de quilômetros quadrados e seus 85 milhões de habitantes, nos oferece os mais variados meios físicos e sociais. Onde a rarefação de meios assistenciais se pronuncia mais vigorosamente à medida que nos afastamos da janela do Atlântico, em direção ao ... "hinterland" distante e esquecido, onde a distância incumbe-se de abafar os apelos angustiantes dos que sofrem, padecem e morrem à míngua de recursos. Onde, lamentavelmente, existe ainda a detenção na liderança de determinadas endemias só consignadas em povos primitivos. Onde, por fim, a mortalidade infantil age, por si, como argumento de que não nos precisamos preocupar com métodos anti-concepcionais como meio de contrôle das "explosões demográficas".

É, pois, diante de tal realidade que se impõe uma reformulação do sistema assistencial onde, em condição preliminar, assumo o Governo da República, pelo seu órgão competente - o MINISTÉRIO DA SAÚDE - a tutela normativa de definição de uma política assistencial pela qual, em dinâmica executiva descentralizada, venha de ser dispensada uma assistência em têrmos de serviços integrados de saúde, concebidos em estrutura racionalmente calçada em bases de ação coordenada e atividades hierarquizadas.

Que nessa reformulação se processe a arregimentação dos necessários meios de custeio onde govêrno e povo dêles participem, já que, os fatos o confirmam, é inexequível a manutenção de um sistema paternalístico que, em razão dos meios que dispõe, acaba por funcionar como padroão.

Que pela reformulação objetivada corrija-se a utilização dos leitos hospitalares e avalie-se sua real deficiência em função de

uma maior amplitude de disponibilidades de unidades de serviços externos, de programação de educação sanitária, de unidades especializadas, de unidades para internação de pacientes de curta e longa permanência, de unidades de apoio para crônicos e convalescentes e, sobretudo, em decorrência dos meios disponíveis de pessoal adequado e equipamento existente para o rápido restabelecimento do paciente.

Que ainda na reformulação intentada fomento-se e promova-se a formação de pessoal profissional e técnico a fim de propiciar cobertura adequada dos serviços assistenciais.

Que na reformulação pretendida objetive-se a integração do médico ao sistema e ao hospital oferecendo-lhe condições satisfatórias quer em seu ambiente físico de trabalho como no que concerne à sua remuneração objetivando tranqüilidade financeira.

Que a doutrina a presidir dita reformulação promova a reproximação de Higéia e Panacéia, em uma atitude histórica que ponha ponto final ao fato mitológico, mas que é, na verdade, presente em plena idade moderna.

Dêse modo, sem atitudes doutrinárias enfáticas, sem filosofias esvasiadas de objetivo social, é de clamar-se para que os altos intuitos das administrações pública e privada, conscientes da grave responsabilidade que, no momento, assumem perante as gerações futuras, conjugem-se e entendam-se para promover a redenção sanitária do país.

Que se capacitem os vacilantes ou acomodados, que o problema advindo da ação assistencial anárquica, difundida em horizontalidade, metropolizada em função de razões óbvias, comprometida em sua dinâmica por fatores diversos entre os quais estão enfatizados, a estrutura financeira, a falta de pessoal profissional e técnico, a carência de recursos de aparelhagem para diagnóstico e tratamento, vem de se constituir em preocupação de segurança nacional pelas implicações que dêle, por certo, decorrem.

É necessário promover-se a conscientização sanitária orientada na razão indiscutível de adotar uma atitude pela qual, na previsão do mal, proceda-se a efetividade do bem.

Para melhor entender-se o arrazoado feito e no sentido de compreender-se o imperativo da reformulação intentada, será suficiente atentar-se para os seguintes dados:

1. Leitos hospitalares por mil habitantes:

a) Norte:	
a.1: Capital	5.2
a.2: Interior	1.1
b) Nordeste:	
b.1: Capital	6.2
b.2: Interior	0.8
c) Centro-Oeste:	
c.1: Capital	7.0
c.2: Interior	1.2
d) Sudeste:	
d.1: Capital	6.5
d.2: Interior	2.8
e) Sul:	
e.1: Capital	10.1
e.2: Interior	3.1

Esses percentuais aplicados aos 236.930 leitos existentes fornecem os seguintes resultados totais:

média/capitais	6,7
média/interior	2.1

2. Percentagem de população hospitalizada em um ano (1964):

2.1: Hospitais Gerais	2.627.011
2.2: Hospital da Criança	44.867
2.3: Unidades Integradas de Saúde ...	27.073
2.4: Hospitais Especializados	538.829
2.5: Hospitais de Ensino	85.390

Com um total de 3.323.170 internações verifica-se que a utilização de leitos hospitalares foi feita por 4,15% de uma população de 80 milhões de habitantes.

3. Leitos de curta Permanência:

(curto prazo): Clínicas Médica, Cirúrgica, Obstétrica e Pediátrica.

Entidade	Total de leitos		Leitos de curta permanência	
	nº	%	nº	%
Governo Federal	17,141	7,2	5,161	3,3
Governos Estaduais	70,083	29,5	17,433	11,3
Governos Municipais	3.201	1,3	2.825	1,8
Entidades Para-Estatais	4.315	1,8	3.986	2,7
Entidades Particulares	142.190	60,2	124.864	80,9
B R A S I L	236.930	100,0	154.269	100,0

4. Leitos de longa permanência (longo prazo):
Tuberculose, lepra, neuropsiquiatria.

Entidade	Total de leitos		Leitos de longa permanência.	
	nº	%	nº	%
Govêrno Federal	17.141	7,2	11.980	14,6
Governos Estaduais	70.083	29,3	52.650	63,6
Governos Municipais	3.201	1,3	376	0,5
Entidades Para-Estatais	4.315	60,2	17.326	20,9
B R A S I L	236.930	100,0	82.661	100,0

Do total de leitos há que se registrar que 40% são mantidos pelos diferentes níveis de Govêrno, contra 60% pertencentes a entidades privadas.

Examinando separadamente os leitos para enfermidades de curta e de longa permanência hospitalar, verifica-se que estão a cargo dos governos 79% dos leitos destinados à tuberculose, lepra e neuropsiquiatria, contra 21% sob administração privada. No tocante aos leitos para casos que exigem curta permanência no hospital, a predominância é nitidamente do setor privado, que administra cerca de 81% desses leitos.

5. Custo de Serviços:

5.1. A origem de recursos para cuidados com a saúde e manutenção de hospitais provém dos respectivos órgãos mantenedores. Assim, para os hospitais governamentais (federais, estaduais e municipais) os recursos são consignados em orçamento - Para as instituições filantrópicas (Santas Casas) além de doações e possível renda provenientes de serviços pagos (pensionistas) têm elas auxílios governamentais consignados em orçamentos.

5.2. Para registro inicial é de ser consignado que os gastos com saúde assim se apresentaram pelo último levantamento (1964):

Govêrno	Gastos totais em milhões de Cr\$	Gastos com saúde	
		em milhões de Cr\$	%
União	2.775.080	131.482	4,7
Estados	1.491.535	103.566	6,9
Municípios	300.000	12.000	4,6
T O T A L	4.566.615	247.048	5,4

É justo e oportuno salientar que no ano assinalado, do montante de 247 bilhões e 48 milhões de cruzeiros gastos com saúde pelos três níveis de governo, a maior parcela - 53% - coube à União, contra 42% dos Estados e apenas 5% dos municípios.

O custo "per capita" levantado no nível federal (F. SESP) em 1964 e resultante de pesquisa efetuada em 9 estados e 24 municípios nos revelou um custo médio de Cr\$ 6.560 com um mínimo de Cr\$ 3.568 e um máximo de Cr\$ 12.918.

No referente à Previdência Social (Seguro Social) cabe assinalar que de uma arrecadação de Cr\$ 589.181.932.000 correspondente à contribuição de empregados e empregadores houve um gasto de Cr\$ 128.768.000.000 com assistência médica o que representa 22% da arrecadação mencionada.

A média do custo "per capita" levantado para um segurado da Previdência Social é de Cr\$ 20.415,3 contra Cr\$ 7.665,0 relativo ao beneficiário.

Nesse terreno os atendimentos domiciliares de urgência ... (SAMDU) nos dão um custo médio por pessoa atendida de Cr\$ 4.000.

5.3. Nos hospitais mantidos pelo governo federal (1964) o custo médio por paciente hospitalizado, como já foi consignado atrás, foi de Cr\$ 6.560.

Na Previdência Social o custo médio do paciente hospitalizado foi de Cr\$ 5.435 cabendo assinalar as sensíveis variações havidas, tais como:

- a) Comunidade de Serviços (São Luiz-Maranhão)
custo médio - Cr\$ 16.658.
- b) Comerciantes (Guanabara)
custo médio - Cr\$ 13.652.
- c) Comerciantes (São Paulo)
custo médio - Cr\$ 7.368.
- d) Média do IAPC para o grupo de cirurgia e maternidade ..
Cr\$ 8.983.
- e) Hospitais de Doenças Mentais
custo médio - Cr\$ 2.819.
- f) Hospitais de Doenças Pulmonares
custo médio - Cr\$ 3.783.

6. Pessoal:

6.1. Número de médicos em 1963:

- a) Norte 578 - 2 por 10 mil habitantes
- b) Nordeste 4.572 - 2,1 por 10 mil habitantes
- c) Centro-Oeste..... 795 - 2,3 por 10 mil habitantes
- d) Sudeste..... 24.353 - 7,3 por 10 mil habitantes
- e) Sul..... 4.715 - 3,5 por 10 mil habitantes.

Relação de pessoal auxiliar por médico:

Regiões	Assistência hospitalar	Assistência para-hosp.	Saúde Pública	T o t a l
Norte	2,7	0,9	8,9	6,5
Nordeste	1,6	1,5	6,5	2,4
Centro-Oeste	1,4	0,7	8,7	1,9
Sudeste	1,2	1,1	4,4	1,5
Sul	1,7	1,2	5,1	2,0
Total	1,4	1,1	5,2	1,8

Terminado o bosquejo de algumas condições que, por certo, terão desempenho fundamental no traçado da política assistencial brasileira damos, a seguir, alguns coeficientes e indicadores de saúde, pelos quais, infelizmente, detém nosso País algumas lideranças:

- a) taxa de mortalidade de 112/120 por mil, bem superior à do México, da Dinamarca e dos Estados Unidos;
- b) taxa de mortalidade por doenças transmissíveis de 506 por mil, igualmente acima da dos países mencionados em "a".
- c) taxa de mortalidade por diarreias infecciosas entre crianças de menos de 5 anos, de 1.245 por cem mil, contra 748 do México, 6,8 da Dinamarca e 13,7 dos Estados Unidos;
- d) taxa de mortalidade por tétano de 17 por cem mil, contra 7,1 no México e 0,1 na Dinamarca e nos Estados Unidos.

Em função de apurações recentes, sabe-se que a taxa de mortalidade geral no Brasil adquire significado especial, se fôr considerado o fato de que apenas 10% de seus habitantes têm 50 anos e mais de idade, ao passo que êsse valor é de 23% nos Estados Unidos e na Dinamarca. Nessas condições, a taxa brasileira de mortalidade geral revela que o País não conseguiu ainda exercer sôbre determinadas doenças, o grau de contrôle desejado e que constitui apanágio de povos mais desenvolvidos.

3.3.- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR GERAL, DE DIREITO PRIVADO E DE CARÁTER FILANTRÓPICO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. - 1966/1967 -

A tradicional estrutura administrativa das instituições hospitalares de caráter filantrópico, dedicadas à assistência pública e caritativa, vem decaindo de produtividade, em razão do alto custo de operação, observando-se, rotineiramente, baixa rentabilidade técnica dos serviços assistenciais e sub-utilização da capacidade instalada.

A ocorrência desses fatos reflete, como fator preponderante, o desajustamento econômico dessas entidades aos suportes da estrutura da comunidade a que servem, bem como a carência de pessoal técnico profissional.

Sobreleva em primeiro plano, a escassez de recursos financeiros, sendo o financiamento do custeio dos serviços médico-assistenciais prestados por êsses hospitais, baseados em auxílios e subvenções oficiais; em pagamentos por contra-prestação de serviços, seja diretamente pelo interessado ou seu responsável, seja indiretamente por um organismo de seguro social; em ajudas voluntárias da comunidade; em alguma renda que se obtém por pacientes gratuitos, por meio de uma classificação econômico-social; e, finalmente, em outros rendimentos próprios.

Os auxílios e subvenções oficiais constituem grande parte da receita dessas instituições, somando-se as contribuições de vários órgãos federais e estaduais, além das taxas de assistência médica, de âmbito municipal.

Essas contribuições são distribuídas de forma descentralizada, sem qualquer coordenação para o seu emprego eficiente, face a uma programação global de assistência médico-social no Estado.

Verifica-se, então, a dispersão dos recursos governamentais ou mesmo a sua pulverização, a ponto de não corresponderem socialmente ao vulto do capital investido.

Por outro lado, a distribuição desses auxílios e subvenções sofre, freqüente ou quase sistematicamente, um processamento moroso, refletindo negativamente na manutenção regular das atividades assistenciais e na limitação do funcionamento das instituições, pela restrição de sua capacidade de compra e crédito.

A comunidade, que poderia ser uma fonte de receita, mantém ainda mentalidade de que o hospital é uma instituição assistencial que oferece os seus serviços e deve dá-los gratuitamente.

Destarte, a colaboração pelo pagamento dos serviços prestados, de acôrdo com a capacidade econômica do assistido, se torna bastante difícil, e muitas vêzes, motivo de críticas acerbas à instituição.

No que diz respeito a doações voluntárias, apenas se conseguem episódicamente pequenas parcelas, na maioria das vêzes não correspondentes às necessidades reais.

Resta, finalmente, a receita proveniente da Previdência Social que, despontando como a maior fonte pagadora de assistência médica no País, vem se utilizando, cada vez mais, dêsses estabelecimentos.

Constata-se, então, a absorção pela Previdência Social, dos leitos destinados a pacientes que não dispõem de recursos para prover a sua hospitalização, e, que deveriam ser mantidos pelo esforço conjugado da comunidade e órgãos governamentais.

Entretanto, têm se verificado algumas distorções no financiamento dêsse sistema, observando-se, de um lado, a atrofia das disponibilidades oferecidas à população de baixo nível de renda e sem seguro social, e, por outro lado, o atendimento de previdenciários como "indigentes", quando o seu Instituto não dispõe dos meios administrativos na localidade ou região onde residem, para credenciamento de um hospital.

Mas, em tal ou qual situação, a soma das subvenções oficiais e a renda auferida por contratos com os órgãos da Previdência Social retiram de muitos hospitais a sua classificação de entidades particulares. Realmente são administrados por particulares, mas mantidos pelo Govêrno, pois grande parte de sua capacidade está constituída de leitos oficiais - estatais e para-estatais.

No que diz respeito ao corpo de pessoal técnico e profissional, observa-se a sua progressiva inadequação aos progressos científicos, técnicos, sociais e econômicos da organização hospitalar e ao desenvolvimento das comunidades. Tal se refere não somente ao volume numérico em que se constata sistemáticamente uma desproporção funcionários/doen -

tes-dia, muito aquém da relação ideal, como também, e principalmente, a carência de pessoal capacitado, tecnicamente preparado, com o fim de se obter uma melhor utilização dos recursos hospitalares.

As principais deficiências são de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, técnicos de laboratório e de radiologia, bem como de pessoal administrativo bem preparado para as atividades hospitalares.

Neste aspecto também tem-se verificado algumas distorções no funcionamento dessas instituições, por um conceito errôneo sobre o atendimento aos pacientes "indigentes", como ato de caridade, benemerência ou filantropia, porém à custa de sacrifício do seu pessoal, que geralmente não percebe os mesmos salários e contribuições sociais concedidos por outras entidades congêneres de fins lucrativos.

Freqüentemente, observa-se a saída de pessoal preparado e treinado nessas instituições, para vincular-se a hospitais particulares, economicamente mais estáveis e dispostos a conceder melhor remuneração.

Como consequência dessa situação, devido à falta de pessoal habilitado - a utilização dos recursos hospitalares se faz de maneira inadequada, com desgaste inútil de material e equipamentos, além de pôr em risco a segurança dos pacientes.

A aquisição e reposição de equipamento e materiais é extremamente dificultada pelo desequilíbrio econômico-financeiro já referido.

Considerando que a demanda de assistência médica progressivamente se avulta, bastando citar apenas um dos fatores que concorrem para tal, como se ser o incremento populacional, verifica-se que o esforço do pessoal médico e auxiliar em querer dar atenção a um desproporcionado número de pacientes traz como resultado o seu esgotamento e fadiga, condicionando, às vezes, má atenção aos pacientes e, além disso propiciando um mau conceito da instituição perante a comunidade e o público, como se lhe negasse o serviço, quando na realidade, lhe falta capacidade para realizá-lo em nível mais apropriado.

Pelo exposto e,

Considerando que, apesar do interesse até então demonstrado pelos órgãos governamentais na cooperação com essas ins

tituições, êsse sistema tem sido insuficiente para atender à demanda de hospitalização;

Considerando que a participação do Govêrno, pelo interêss e de ordem social, política e econômica de preservar a saúde da população, deverá ser mais eficiente, com aproveitamento racional dos recursos, já considerados parcos pelos próprios organismos oficiais;

Considerando ser indispensável cobrir convenientemente o risco de intercorrências clínico-cirúrgico-obstétrico-pediátricas em tôda a população, sem discriminação de classes;

Torna-se necessário corrigir essas distorções, através de ação conjugada, harmônica e entrosada dos Govêrnos Federal e Estadual com o Instituto Nacional da Previdência Social, no Estado, excluindo os funcionários públicos, civis e militares, da União e do Estado, já amparados por instituições próprias.

Destarte, sugerimos a transferência de atribuições ora governamentais à Previdência Social, que passaria a atender não só aos segurados e beneficiários, como também à parcela da população ainda não incluída no seguro social.

Esta parcela tende, gradativamente, a diminuir, uma vez que já se estendem ao trabalhador rural e seus dependentes os benefícios da Previdência Social.

Tal sugestão prende-se ao fato de que as Instituições de Previdência Social já mantêm sistema implantado e operante de credenciações e contratos para assistência hospitalar, atingindo a todo o território fluminense.

Se o Govêrno do Estado viesse a manter, paralelamente, um sistema semelhante, isto significaria dispersão de recursos, além de necessitar de u'a máquina administrativa dispendiosa, já existente em outro órgão para-estatal.

Assim, os Governos Federal e Estadual que, até a presente data, vêm distribuindo a cada instituição dotações orçamentárias sob a forma de auxílios e subvenções, as reuniram de maneira a constituir uma só parcela, denominada, por exemplo, como Fundo de Assistência Hospitalar.

Esta importância global seria creditada, então, ao Instituto Nacional da Previdência Social, no Estado, e o pagamento empenhado por serviços prestados, com os mesmos níveis aceitos atualmente pela Administração Previdenciária.

Os pacientes não segurados seriam encaminhados pelas unida-

des médico-sanitárias locais, segundo normas técnico-administrativas a serem regulamentadas e adotadas.

Este sistema, que ora resumidamente relatamos, deve ser objeto de estudos, para análise de sua viabilidade, por parte de uma Comissão de técnicos federais, estaduais e previdenciários e aprovação dos Conselhos Regionais Profissionais. A solução proposta, estabilizando o equilíbrio orçamentário das instituições hospitalares gerais, de direito privado e caráter filantrópico, no Estado, além de estimular o aprimoramento dos serviços médicos, pela remuneração equivalente às atividades profissionais, propiciaria a melhoria das condições técnico-operacionais dos serviços, carreando recursos suficientes e adequados à conservação e ampliação da infra-estrutura das instalações físicas, aquisição e renovação de equipamentos e materiais e, aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar.

3.4.- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ESPECIALIZADA - LEPRA, TUBERCULOSE E DOENÇAS MENTAIS - DE RESPONSABILIDADE DIRETA DO GOVÊRNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

- 1966/1967 -

No Estado do Rio de Janeiro, para o tratamento de pacientes de tuberculose, lepra, doenças mentais e doenças transmissíveis agudas, existem 6.652 leitos, sendo 3.932 oficiais, dos quais 2.862 estaduais e 2.720 particulares. Analisando separadamente:

- a) - neuropsiquiatria: 3.035 leitos, sendo 1.430 oficiais, todos mantidos pelo Govêrno do Estado e, 1.605 particulares;
- b) - tuberculose: 3.117 leitos, sendo 2.002 oficiais, dos quais 932 mantidos pelo Govêrno do Estado e 1.115 particulares;
- c) - lepra: 500 leitos, todos mantidos pelo Govêrno do Estado.

Pelos dados supra-referidos, observa-se que, ao contrário da estrutura assistencial geral, na sua expressiva maioria constituída por instituições de direito privado, a organização hospitalar especializada predomina sobre a administração governamental.

A intervenção mais direta e pronunciada do Govêrno nessa área da assistência hospitalar se explica por tratar-se de doenças crônicas, altamente desajustadoras da situação só -

cio-econômica dos pacientes e de sua família, de reabilitação nem sempre fácil, obrigando a longo período de hospitalização.

Na realidade, todavia, em quaisquer sistemas da assistência hospitalar, quer geral, quer especializada, o que se verifica é a intervenção oficial na organização particular, através do poder econômico, seja por meio de subvenções e auxílios, seja por locação de leitos à Previdência Social e outras autarquias. Destarte, muitos leitos, embora administrados por entidades de direito privado, são praticamente mantidos pelo Poder Público.

No exame da situação hospitalar oficial do Estado depreende-se que, apesar do elevado investimento de capital dispendido para manutenção das atividades assistenciais, inúmeras falhas e distorções são observadas e, não sendo corrigidas, levam à cronicidade os problemas criados, condicionando-os a uma falsa impressão de insolubilidade.

Em síntese, tudo gira em torno da falta de autonomia administrativa e financeira dos órgãos estaduais de saúde, repousando as unidades hospitalares sobre uma estrutura funcional inadequada, anacrônica e ineficiente.

Enquanto que as instituições hospitalares particulares recebem do Governo e da comunidade os meios para resolver as suas dificuldades, as oficiais só contam com seus recursos ordinários, previstos nas leis orçamentárias e que, geralmente não são aplicados na íntegra, nem liberados em tempo hábil, com a continuidade indispensável ao cumprimento de qualquer programa de trabalho.

Destarte, constata-se que, inversamente ao que seria de se esperar, as condições físicas e operacionais das instituições assistenciais estaduais são altamente deficientes, em comparação com as mantidas por entidades particulares.

De longa data, não se fez mais inversões de capital no sentido de ampliação da capacidade hospitalar especializada, havendo nítida desproporção entre as disponibilidades e a demanda, mormente no que diz respeito à assistência psiquiátrica.

Há necessidade de se programar, com seriedade e sem mais de longas, a recuperação dos hospitais estaduais, através de um planejamento adequado, com fixação de prioridades, previsão de recursos suficientes à sua completa realização e fi-

xação prévia de cronograma para distribuição desses recursos e a execução dos diversos serviços.

O interesse demonstrado na realização dessas obras não é só para preservar o patrimônio estadual, mas, e principalmente, no sentido de assegurar aos pacientes internados, segurança assistencial - condições técnicas de hospitalização - base para o exercício da profissão médica, indispensável ao cumprimento das atribuições de proteção e recuperação da saúde.

A expansão da capacidade instalada só deveria ser incentivada após recuperação das unidades existentes.

A escassez de pessoal é outro fator da má produtividade funcional das unidades hospitalares: a carência de pessoal habilitado é um mal crônico de nossos hospitais, mas considerado intimamente ligado à desorganização administrativa já referida, quer na área das instalações físicas, quer na área de suprimento de material e equipamentos, não favorecendo a formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal profissional e auxiliar, antes, porém, servindo de desajustamento dos profissionais qualificados.

As mesmas conseqüências observadas na assistência hospitalar geral pelo emprego de mão-de-obra não habilitada se verificam na área de ação governamental: as inversões de capital são excessivas, face ao desgaste inútil de material e equipamentos, além de exigir um esforço acentuado do pessoal médico e profissional, para suprir as deficiências dos auxiliares e subalternos, deixando algumas vezes de cumprir o que lhes é atribuído.

Quanto à organização técnico-administrativa dos hospitais oficiais observa-se uma falha primordial para controle e avaliação das atividades hospitalares e assistenciais, no que se refere à colheita e apuração dos dados nosológicos e dos relacionados ao movimento de doentes-dia, tempo de permanência, média de ocupação, etc., assim como sobre os elementos estatísticos econômico-financeiros.

Pelo exposto, depreende-se da necessidade imperiosa e inadiável de que o Governo do Estado tome as seguintes providências:

- 1 - Conceda autonomia administrativa e financeira aos órgãos estaduais de saúde, a fim de que possam auferir recursos extra-orçamentários, indispensáveis à execução, com

- eficiência de suas atribuições;
- 2 - Dê cumprimento rigoroso às disponibilidades orçamentárias, sem quaisquer protelações;
 - 3 - Determine o planejamento e execução das obras de recuperação e ampliação da rede hospitalar do Estado, com absoluta prioridade;
 - 4 - Concomitantemente, determine a programação e aquisição de equipamentos e materiais diversos, para a sua reposição em termos adequados;
 - 5 - Da mesma forma, determine a programação de cursos de treinamento em serviço para o pessoal auxiliar e, de formação e aperfeiçoamento de técnicos, concedendo prerrogativas aos funcionários que melhorarem sua condição profissional;
 - 6 - Idem, determine a elaboração e adoção de normas e rotinas para padronização da contabilidade hospitalar e nosocomial, visando à avaliação das atividades e controle dos custos operacionais;
 - 7 - Reformule a sua política de aquisição de mercadorias, pagando à vista aos fornecedores;
 - 8 - Na reforma da Secretaria de Saúde e Assistência, faça o desmembramento do Setor de Engenharia da Divisão de Organização Hospitalar, criando um órgão próprio e suficiente para a programação e execução das obras de interesse da Secretaria;
 - 9 - Incentive a formação de profissionais em organização e administração hospitalares - técnicos e leigos - a fim de melhorar o padrão administrativo das unidades.
 - 10 - Finalmente, determine a integração dos órgãos que atuam no campo da saúde, quer do Departamento Médico-Sanitário, quer do Hospitalar, em perfeita consonância e conjugação de esforços entre a ação dispensarial e hospitalar, evitando-se a multiplicidade de comando e atividades isoladas na política médico-assistencial.

3.3. Fiscalização das condições de higiene nos locais de trabalho:

II - DESENVOLVIMENTO

2.0. POSICÃO DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A fiscalização das condições de higiene nos locais de trabalho é assunto dos mais importantes e dignos de atenção na conjuntura sócio-econômica do Estado do Rio de Janeiro, de vez que preocupa-se em proporcionar bons e sadios ambientes aos que contribuem com o seu trabalho e o seu esforço para o maior aumento da produção e a maior prosperidade da comunidade fluminense.

O trabalhador somente poderá produzir bem se dispuzer, no seu local de trabalho, de condições que permitam executar suas tarefas com o mínimo de desgaste físico, sem estar sujeito a contrair doenças ocupacionais e exposto aos riscos de acidentes que venham a afastá-lo, temporária ou definitivamente, do serviço, deixando de produzir, reduzindo a sua capacidade laborativa ou invalidando-o para o desempenho de suas funções.

O assunto está, por conseguinte, intimamente relacionado aos deveres e à economia do Estado, seja por que é de seu dever proporcionar ambientes higiênicos e seguros de trabalho aos que, em seus diferentes municípios, contribuem para o maior desenvolvimento da sua indústria, comércio e agricultura, seja porque, assim procedendo, estará contribuindo para que o trabalhador possa, por mais longo tempo, manter-se em atividade, aliviando os encargos da aposentadoria dos institutos de previdência social, aumentando a produtividade da mão-de-obra do Estado.

Sabemos, pela vivência que temos do assunto, que ainda não é bem compreendido pelos empregadores (industriais, comerciantes e agricultores), o que representa de economia e de aumento de produção, proporcionar aos que emprestam o seu concurso às suas empresas, casas comerciais e propriedades agrícolas, um ambiente de trabalho dotado de boas condições higiênicas. A maioria considera contingências próprias das ocupações e ofícios as precárias condições de higiene em que certos trabalhos se realizam, principalmente nas indústrias consideradas insalubres onde o trabalhador

fica exposto a emanações de gases, vapores, fumos e poeiras tóxicas, a temperaturas elevadas (frio e calor), a más condições de iluminação, a ambientes mal ventilados, a umidade e insolação excessiva, etc.

E porque não nos referirmos também à falta de rudimentares medidas de segurança e de proteção, visando prevenir os acidentes do trabalho, como o fornecimento de equipamento de proteção individual conveniente, proteção das partes móveis e perigosas das máquinas, proteção contra os riscos de incêndio e acidentes em serviços de eletricidade. E a organização de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) como determina o art. 82 do Decreto-lei nº ... 7.036, de 10 de novembro de 1944 - Lei de Acidentes do Trabalho, sua fiscalização e perfeito funcionamento.

São tôdas condições mínimas de higiene e segurança que devem existir em qualquer ambiente de trabalho, seja uma pequena oficina, seja uma indústria de grande porte.

É, por conseguinte, do mais alto valor sócio-econômico e do maior interêsse do Govêrno promover a higienização dos locais de trabalho do parque manufatureiro do Estado. Assim como incentivar as iniciativas dos que a isso se propõem, coadjuvando a ação das autoridades federais, através da Delegacia Regional do Trabalho, para que sejam cumpridas as disposições contidas no Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), portarias e resoluções referentes à higiene e segurança dos locais de trabalho e à prevenção dos infortúnios ocupacionais.

O reduzido prazo que nos foi dado para a apreciação das informações colhidas através dos DBI, DM, Relatórios das Comissões Municipais e outras fontes de informações, não nos permite ilustrar êste curto relatório com elementos estatísticos que iriam mostrar o número de dias perdidos por acidentes, doenças e intoxicações ocupacionais, causados pelas más condições higiênicas dos locais de trabalho.

O trato diário, entretanto, que temos com o assunto, autoriza-nos a declarar que êsse número é dos mais consideráveis.

2.1. Dados estatísticos e informativos referentes ao sub-tema em estudo, obtidos através de DBI, DM, Relatórios das Comissões Municipais, Notas Taquigráficas dos EZ e outras informações fidedignas:

Responderam pela inexistência de fiscalização das condições de higiene nos locais de trabalho quarenta e três municípios: Araruama, Angra dos Reis, Bom Jesus de Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Cambuci, Conceição de Macabu, Duas Barras, Itaocara, Itaguaí, Lage do Muriaé, Mangaratiba, Maricá, Miracema, Macaé, Natividade do Carangola, Nova Iguaçu, Nilópolis, Parati, Porciúncula, Paulo de Frontin, Pirai, Rio das Flores, Rio Claro, Rio Bonito, São João de Meriti, Silva Jardim, Sumidouro, Saquarema, Sapucaia, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Gonçalo, São João da Barra, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Teresópolis e Vassouras.

Responderam de maneira a não permitir conclusão cinco municípios: Bom Jardim, Duque de Caxias, Itaboraí, São Pedro d'Aldeia e Mendes.

Com respostas afirmativas e negativas, oito municípios: Barra do Pirai, Itaperuna, Miguel Pereira, Magé, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Valença e Três Rios.

Responderam afirmativamente dois municípios: Niterói (por discreta maioria) e Petrópolis (com a maioria das respostas).

Sem referência ao quesito, um município: Volta Redonda.

Não foram fornecidos dados para apuração de quatro municípios: Barra Mansa, Casimiro de Abreu, Paracambi e Resende.

2.2. Análise, interpretação e comparação dos dados acima para configurar, concisa e precisamente, o fato social e/ou econômico existente, bem como definir-lhe a amplitude e o grau de importância que apresenta na evolução da comunidade fluminense:

Os dados estatísticos apurados demonstram que em quarenta e três dos sessenta e três municípios do Estado não há fiscalização das condições de higiene dos locais de trabalho e que somente em dois municípios - Niterói e Petrópolis - é feita essa fiscalização.

Quanto ao Município de Bom Jesus a fiscalização é feita apenas na zona urbana; não é feita na zona rural.

Em Duque de Caxias o opinonário informa serem boas as condições higiênicas nos locais de trabalho, considerando-se, entretanto, que as perguntas formuladas sobre o assunto não foram bem compreendidas pelos inquiridos.

No que diz respeito ao Município de Itaboraí, os inquiridos, numa proporção que varia de 57% a 59% declararam que somente há fiscalização das condições higiênicas dos ambientes de trabalho no 1º Distrito do Município.

Em São Pedro d'Aldeia os dados consultados informam que há fiscalização no 2º Distrito do Município, variando as respostas "sim" e "não" quanto aos demais.

Em Mendes são igualmente dúbias as respostas.

Em Barra do Pirai, Itaperuna, Magé, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Valença e Três Rios, há equilíbrio nas respostas afirmativas e negativas.

Não encontramos resposta ao quesito quanto ao Município de Volta Redonda.

Deixaram de ser computadas as informações de Barra Mansa, Casimiro de Abreu, Paracambi e Resende por não terem sido concluídos os documentos, a tempo de nos serem fornecidos para a elaboração deste Relatório.

III - CONCLUSÃO

3.0. Enumeração dos fatos configurados, segundo a amplitude e o grau de importância que lhe foram atribuídos:

Situa-se a higienização (e também a segurança) dos locais de trabalho, com a sua conseqüente fiscalização, como um dos assuntos básicos e de grande interêsse a ser cogitado pelas autoridades do Governo do Estado, ligado que está, intimamente, à produção e ao bem-estar dos trabalhadores, em seus sessenta e três municípios.

Os elementos estatísticos que nos foram dados a examinar, no que se refere ao quesito em aprêço, levam-nos a participar da opinião de que a maioria dos muncíipes inquiridos não alcançou o objetivo da pergunta sobre a fiscalização das condições higiênicas nos locais de trabalho e desconhecem do que ela se ocupa.

E assim concluimos porque não compreendemos como no Município de Niterói, apenas por discreta maioria, afirmam que a

fiscalização existe e em Itaboraí, município muito menos adiantado e desenvolvido, encontramos respostas afirmativas quanto ao 1º Distrito; que no Município de São Pedro d'Aldeia tenham sido dadas respostas afirmativas quanto ao 2º Distrito e afirmativas e negativas quanto aos demais; que nos Municípios de Barra do Piraí, Itaperuna, Magé, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Valença e Três Rios encontremos respostas afirmativas e negativas.

As condições higiênicas dos locais de trabalho só podem ser fiscalizadas de modo eficiente por técnicos especializados no assunto, preferentemente médicos do trabalho e engenheiros de segurança ou, quando muito, por inspetores de segurança ou, inspetores do trabalho que tenham feito Cursos de Especialização sôbre a materia e conheçam a legislação pertinente.

Sabemos do reduzido número de profissionais que, em nosso meio, estão capacitados a realizar uma inspeção ou fiscalização das condições higiênicas de um local de trabalho, de modo correto e eficiente.

O Estado não possui elementos habilitados, em número suficiente, que possam desincumbir-se destas tarefas em seus vários municípios.

A mesma deficiência verifica-se quanto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Pelas razões expostas chegamos à conclusão de que a fiscalização das condições higiênicas nos locais de trabalho não é feita no Estado, ressaltando-se o Município de Niterói e adjacências.

O que se faz presentemente, segundo é do nosso conhecimento, são inspeções para instruir processos de denúncia e multas da competência da D.R.T. do Estado do Rio de Janeiro, não por falta de interesse dos servidores ali lotados, mas pela falta de técnicos em maior número, habilitados, que possam realizar tais inspeções como trabalho de rotina e por falta de aparelhagem e instalações.

O que há sôbre higiene e segurança do trabalho no Estado é fruto da compreensão e do interesse de algumas empresas industriais que, por iniciativa própria, cuidam da higienização das suas indústrias e fazem a prevenção dos acidentes do trabalho e das doenças ocupacionais.

Compreendemos que a tarefa é de grande envergadura e o trabalho, de longa duração. Por isso mesmo deve ser logo iniciado para que os seus resultados sejam colhidos em breve tempo, levando-se também ao homem do campo, nos municípios onde as atividades agro-pastoris sejam as predominantes, os benefícios da higiene, visando a melhoria das suas condições de trabalho.

Seria o Estado do Rio de Janeiro o pioneiro dessa iniciativa, se decidisse, sem tardança, cogitar do assunto.

3.1. Soluções possíveis (que eliminem os problemas sociais e/ou econômicos enumerados acima):

Como solução para atender às necessidades do Estado em matéria de fiscalização e higienização dos locais de trabalho, entendemos que devem ser adotadas as seguintes medidas:

- a) criação de uma repartição (seja na Secretaria do Trabalho, seja na de Saúde) que tenha por encargo cuidar dos assuntos relacionados com a higiene e a segurança do trabalho e à prevenção de acidentes ou dos infortúnios ocupacionais. Esta repartição deveria ser dotada de instalações e provida de aparelhagem necessária ao desempenho de suas atribuições e suplementaria as da Delegacia Regional do Trabalho, onde se fizesse necessária;
- b) recrutamento ou formação de pessoal técnico especializado (médicos do trabalho, engenheiros de segurança, inspetores de segurança) habilitados ao desempenho de suas funções;
- c) Organização de uma Campanha permanente e eficiente junto às empresas por meio de publicações, cartazes, folhetos, filmes, palestras e outros meios de divulgação, visando despertar o interesse pela higienização e segurança do trabalho e a prevenção dos infortúnios ocupacionais;
- d) incentivo à instalação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) que têm por atribuição também cuidar e zelar pela higiene dos locais de trabalho (vide art. 1º da Portaria do sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social nº 155, de 27 de novembro de 1953), com o acompanhamento de suas atividades e a prestação da ajuda necessá -

- ria ao seu perfeito e regular funcionamento;
- e) fiscalização permanente da legislação pertinente ao assunto pelas autoridades do Estado, secundando a ação da Delegacia Regional do Trabalho;
 - f) colaboração com a Delegacia Regional do Trabalho no Estado, no sentido de beneficiar o maior número de municípios.

3.2. Sugestão sôbre a melhor solução a ser adotada:

As soluções apontadas acima devem ser adotadas em conjunto para que se possa alcançar os objetivos visados.

3.4. Fiscalização Sanitária Geral:

II - DESENVOLVIMENTO

A fiscalização sanitária, sob o ponto de vista prático, pode ser avaliada pela atuação do poder administrativo de polícia sanitária, que se exerce em tudo que possa interessar à salubridade pública. Contudo, a amplitude do campo de atuação da mesma aconselha medidas conjuntas da União, do Estado e dos municípios, o que ocorre na realidade, dificultando qualquer trabalho global de avaliação das atividades desenvolvidas. Detendo-nos, porém, no estudo específico do que ocorre nos municípios fluminenses, verificamos que a maioria das atividades sistemáticas de policiamento sanitário cabe às autoridades estaduais, que dispõem de 295 agentes específicos distribuídos em todo o território do Estado, designados por "guardas sanitários", variando em número por município, indo de um máximo de 65 (em Niterói), até um mínimo de 1, em 18 outros municípios (*). A ineficiência desse sistema de fiscalização sanitária sistemática é demonstrada pelos próprios Relatórios Anuais, através dos dados referentes aos anos de 1964 e 1965, que nos foi permitido consultar. Assim, com o trabalho diário desses agentes em todo o Estado, apenas foram pagas multas num total geral de Cr\$ 74.000 em 1964 e Cr\$ 76.000 em 1965! ...

A polícia sanitária estadual desenvolve atividades de fiscalização de rotina em domicílios, cinemas e teatros, piscinas, barbearias, estabelecimentos industriais, comerciais e outros;; em visitas a casas vazias (para o "habite-se") a inspeção de fossas e de poços; na higiene da alimentação, particularmente na visitaçãõ a açougues, quitandas, armazéns, bares, restaurantes, padarias e ambulantes. A complexidade dessas atividades exige o concurso de meios técnicos e de pessoal qualificado, de que a Secretaria de Saúde, na quase totalidade dos municípios, infelizmente não dispõe. Bastaria lembrar que falta ao conjunto de órgãos estaduais um Laboratório Bromatológico, sem o qual torna-se impossível um traba -

(*) Dados fornecidos pela DOS da SSA do Estado do Rio de Janeiro.

lho profícuo no contrôlo dos gêneros alimentícios. Tanto assim que o exame das águas é realizado, geralmente, pelo Serviço de Águas e Esgotos, órgão independente e sem gerência fiscalizadora, e o exame do leite, nos Entrepostos, faz-se mediante os recursos laboratoriais do próprio estabelecimento interessado... Por outro lado, o grau de preparo técnico do pessoal auxiliar de polícia sanitária é muito baixo, parte em virtude da carência da formação profissional, parte por falta de normas atualizadas e de revisões periódicas dos conhecimentos indispensáveis às suas atividades. Não é de se estranhar, portanto, que seja confundida, na maioria dêesses agentes sanitários, a indispensabilidade da salubridade pública com a exigência de limpeza pública, com aquêle mesmo primarismo da tradicional dona de casa, que se esforça em limpar diàriamente a residência sem se preocupar com a qualidade da água de que se serve... Eis um dos motivos porque elevado percentual de respostas ao questionário geral demonstra, no seio da comunidade, completa ignorância às condições sanitárias reais em que vive. Os problemas de saúde não são motivados como deviam pelas organizações sanitárias locais. Em tais condições, que crédito poderemos dar às respostas dos Opinionários, com respeito ao mérito do trabalho de Polícia Sanitária especificamente ou no valor dos serviços de saúde do município, de maneira global?

Contudo, de acôrdo com os dados oficiais da Secretaria de Saúde, é na 6ª Região Médico-Sanitária (compreendendo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Itaguaí, Paracambi e Mangaratiba), com uma área de .. 2.291 km² e uma população aproximada de 1.160.000 habitantes, que mais intensamente se faz sentir a atuação da fiscalização sanitária estadual, possivelmente por influências demografo-geográficas específicas, exigindo maior contrôlo permanente das condições de higiene pública.

É exatamente nesta área que também se observa maior duplicidade de fiscalização sanitária, pela ação de elementos federais, particularmente do Ministério da Agricultura, e de municipais, especialmente no contrôlo dos gêneros alimentícios de origem animal. Problemas de natureza legal, em virtude das diferentes regulamentações em vigor nos vários níveis de fiscalização administrativa, costumam perturbar as rotinas da

polícia sanitária, singularmente nas áreas territoriais estaduais onde a duplicidade de fiscalização é mais intensa. Daí a necessidade imperiosa de atualização dos instrumentos legais para a fiscalização sanitária estadual.

No bôjo da conjuntura geral sanitária, a fiscalização também se retrata numa densidade proporcionalmente menor à medida que as atividades se afastam dos centros urbanos, para se mostrar quase nula nas áreas rurais, onde, por vêzes, torna-se periódica, assemelhando-se a verdadeiras "batidas", nem sempre dissociada de episódios sensacionalísticos, fugindo às suas verdadeiras finalidades.

Com tal fato relacionam-se, de outra parte, as peculiaridades regionais dos problemas sanitários. Assim, os ambientes citadinos exigem mais acurada fiscalização, sem falarmos nos aspectos particularíssimos das grandes indústrias, do comércio e da complexidade dos assuntos ligados ao saneamento, onde a fiscalização das prefeituras interfere na maioria dos municípios com variada profundidade e extensão.

A acentuada carência das técnicas de educação sanitária em geral por parte dos órgãos sanitários no território fluminense, nos diversos níveis administrativos, contribui para dificultar as atividades de fiscalização. Por outro lado, a absorção das autoridades administrativas fiscalizadoras pelos interesses comunitários de vária natureza determina o enfraquecimento da ação coercitiva, condicionando por parte da "maioria da população" a declaração de "inexistência de fiscalização das condições de higiene nos ambientes de trabalho e nos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios", na quase totalidade dos municípios do interior fluminense. A falta de um real planejamento no campo da saúde pública, de cunho dinâmico e com a participação das lideranças comunitárias, talvez possa explicar a grande soma de sugestões desconexas e evasivas de sentimentos imediatistas que figura nos questionários, traduzindo, apenas, desconhecimento profundo da problemática sanitária no âmbito estadual.

Ainda deveríamos assinalar certos pontos relacionados à fiscalização sanitária que invade a área de estabelecimentos comerciais de produtos farmacêuticos, de hospitais, do exercício ilegal da medicina, de profissionais afins às atividades médicas, que fica na dependência de agentes especiais de ór-

gãos centrais, cuja ineficiência, em virtude dos poucos recursos disponíveis, do pequeno número de elementos integrantes da equipe e de outros fatores fáceis de recordar, antes de coibir, até favorece a persistência da situação vexatória em que se encontra a prática médica e para-médica em alguns municípios do Estado do Rio.

SUGESTÕES:

1. Utilização de Laboratório Bromatológico pelas autoridades sanitárias.
2. Atualização do pessoal encarregado da fiscalização através de cursos de formação e de revisão periódica.
3. Incrementar os métodos e técnicas de Educação Sanitária.
4. Transformação da atividade do pessoal de fiscalização para a realização de um trabalho predominantemente educativo.

oooOooo

27/1 - Educaç, Saúde, Turismo. 8:00hs
no Sítio Nilo Pecanha

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1.0 - COORDENADOR REGIONAL:

Dr. JACY MONTENEGRO MAGALHÃES

2.0 - SUPERINTENDENTE TÉCNICO:

Dr. AMAURY SADOCK DE FREITAS FILHO

3.0 - SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO:

Sr. MANOEL DE SOUZA NUNES

4.0 - SECRETÁRIO TÉCNICO DO GRUPAMENTO TÉCNICO DE TRABALHO:

Gen. Div. OSCAR J. BANDEIRA DE MELLO

5.0 - GRUPAMENTO TÉCNICO DE TRABALHO:

5.1 - Assistência Social.

Profª. Hilda El-Jaick - Coordenadora

Sr. Ronaldo El-Jaick Soares - Técnico

Dr. João Camaru de Araujo - Técnico-elaborador
do D.S.

5.2 - Previdência Social

Dr. Raymundo Luiz de Araujo Filho - Coordenador

Dr. João Nepomuceno Menezes Autran - Técnico

Dr. Heitor Corrêa Gomes de Souza - Técnico

Dr. Nelson Fagundes de Mello - Técnico

Dr. Garcia Bueno Brandão - Técnico - elaborador
do D.S.

5.3 - Saúde Pública

Dr. Heitor dos Santos Braga - Coordenador

Dr. Odemar de Almeida Franco - Técnico

Dr. Waldenir Bragança - Técnico

Dr. Wilson Lopes Fontoura - Técnico

Dr. José Matos Pitombo - Técnico

Dr. Henrique Bandeira de Mello - Técnico - elabo-
rador do D.S.

Dr. Daniel Luiz Brandão Reis - Técnico - elabora-
dor do D.S.

Dr. Délio da Câmara da Costa Alemão - Técnico -
elaborador
do D.S.

Dr. Nilo de Brito Bastos - Técnico - elaborador
do D.S.

Dr. Emerson Ferreira - Técnico - elaborador do
D.S.

Dr. Luiz Solyon - Técnico - elaborador do D.S.

5.4 - Educação

- Profª. Austa Gurgel - Coordenadora
Profª. Magaly L. Balchior da Motta - Técnica
Profª. Malca Dvoira Beider - Técnica
Dr. Manoel Barreto Netto - Técnico - elaborador de D.S.
Dra. Angela Maria Xavier de Brito - Técnica - elaboradora de D.S.
Profª. Zenaide Cardoso Schultz - Técnica - elaboradora de D.S.
Prof. Wilson Hudson Pinto - Técnico - elaborador de D.S.
Prof. Ney Fabiano de Castro - Técnico - elaborador de D.S.
Prof. Harry White - Técnico - elaborador de D.S.
Prof. Nelson França da Silva - Técnico - elaborador de D.S.
Prof. Hélio Zaghetto Gama - Técnico - elaborador de D.S.
Prof. Jamil El-Jaick - Técnico - elaborador de D.S.

5.5 - Crédito, Financiamento e Cooperativismo

- Sr. Humberto Paesler - Coordenador
Dr. Ademar Moura de Azevedo - Técnico
Dr. Fernando Oiticica Luis Filho - Técnico - elaborador de D.S.
Dr. Raul Fernandez Garcia - Técnico - elaborador de D.S.
Dr. Sergio Alexandre Fagundes - Técnico - elaborador de D.S.

5.6 - Comercialização e Abastecimento

- Dr. José João Barbosa - Coordenador
Dr. Antônio Coutinho Moreira - Técnico
Cel. Walter J. Santos - Técnico - elaborador de D.S.

5.7 - Agro-Pecuária

- Dr. Eurico de Oliveira - Coordenador
Dr. Dael Pires Lima - Técnico
Dr. Marcelo Pimenta Velloso - Técnico
Dr. Landivaldo Mello Motta - Técnico
Dr. Celso Monerat Araujo - Técnico - elaborador de D.S.
Dr. Carlos Conceição - Técnico - elaborador de D.S.
Dr. Rômulo Peltier Gonçalves - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Galeno Coutinho Soares - Técnico - elaborador do D.S.

Dr. João Eliziário de Magalhães - Técnico - elaborador do D.S.

Dr. Miguel de Azevedo Maia - Técnico - elaborador do D.S.

Dr. Marcílio Machado - Técnico - elaborador do D.S.

5.8 - Energia Elétrica

Dr. João Baptista Gonçalves Henriques - Coordenador

Dr. Sérgio Gomes - Técnico

Dr. Alvaro Amarante da Silva - Técnico

Dr. Luiz Fernando Willcox - Técnico

Cap. João Guedes de Campos Barros - Técnico - elaborador do D.S.

5.9 - Produção Extrativa

Dr. José Murilo Montello Paraiso - Coordenador

Cap. Jackson Brognoli Guedes - Técnico

Dr. Henrique Pimenta Velloso - Técnico - elaborador do D.S.

Dr. Clélio Cordoville - Técnico - elaborador do D.S.

5.10- Produção Industrial

Dr. João de Lucena Neiva - Coordenador

Dr. Paulo Salgado - Técnico

Dr. Dalmiro de Almeida - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Laerte Penschol - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. George Sista - Técnico - elaborador de D.S.

Cmt. Paulo Domingos Ribas Ferreira - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Hélio Rocha - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. João Henrique Francisco dos Santos - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. William Maia -

5.11- Política Fiscal

Dr. Marcílio Almeida Costa Lima - Coordenador

Dr. Edmundo Joselli - Técnico - elaborador do D.S.

5.12- Telecomunicações

Cel. Josemar da Costa Vallim - Coordenador

Ten. Antônio J. Monteiro Pessoa - Técnico

Econ. Nilton Gonçalves - Técnico

Dr. Everest Monte Machado M.Castro - Técnico - elaborador de D.S.

Sr. João Francisco dos Santos Filho - Técnico - elaborador de D.S.

5.13- Transporte

Dr. Vicente Bezerra - Coordenador

Dr. Hélio Guanabara - Técnico

Dr. Tupy Corrêa Pôrto - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Paulo Cesar Furtado Diniz - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Basilo Accioly - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Joaquim Phyrro de Andrade - Técnico - elaborador de D.S.

5.14- Turismo

Sr. Waldemar Antas Fernandes - Coordenador

Sr. Ronald Hees - Técnico

5.15- Interior e Municipalismo

Prof. Jamil El-Jaick - Técnico e elaborador do D.S.

5.16- Justiça

Dr. Humberto Bruno de Martino - Coordenador

Dr. Leonel Homem da Costa - Técnico

Dr. João Baptista dos Santos - Técnico - elaborador de D.S.

5.17- Relações Públicas

Prof. Iberê de Souza Cardoso - Coordenador

Prof. José Sebastião Carneiro - Técnico

Prof. Márcio Affonso de Carvalho Carneiro - Técnico elaborador do D.S.

5.18- Segurança Pública

Dr. Ignácio Bagueira Leal - Coordenador

Dr. Péricles Gonçalves - Técnico

Dr. Bernardino P. Fonseca - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Wilson Netto dos Reis - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. José Gonzaga Marcão - Técnico - elaborador de D.S.

Dr. Silvio de Carvalho - Técnico - elaborador de D.S.

oooOooo
ooOoo
oOo
O

4.0. EDUCAÇÃO:

4.1. ENSINO PRIMÁRIO:

II - DESENVOLVIMENTO

Analisando o que nos pareceram as aspirações dos munícipes e as conclusões do Grupo Técnico de Trabalho, decorrentes dos assuntos apresentados e discutidos nos Encontros Regionais, verificamos que as várias sugestões apresentadas para a adaptação, aperfeiçoamento e maior rendimento da educação primária podem ser assim sintetizadas:

1. Redistribuição das escolas primárias e aumento de seu número, de acôrdo com a demanda de matrícula de cada localidade ;
2. aperfeiçoamento e radicalização dos professores às comunidades das escolas e aumento do seu número com preparação adequada para sua missão de educar, isto é, fazer com que os conhecimentos programados resultem na modificação dos padrões de conduta daqueles que os adquirem, em função mesmo dos novos horizontes e perspectivas previstos;
3. distribuição de merenda e material escolar;
4. aperfeiçoamento da mão-de-obra da comunidade mediante cursos rápidos de aprendizagem profissional (agrícolas, industriais, comerciais, etc.), com vistas ao desenvolvimento econômico e social da comunidade e à adaptação da fôrça de trabalho ao próprio meio;
5. campanhas de motivação, desenvolvimento do interêsse e esclarecimento das comunidades menos favorecidas sôbre os valores da educação e sua relação com o progresso e o bem-estar social.

A análise daqueles documentos nos proporcionou oportunidade de sentir, de alguma forma, os anseios das comunidades relativamente à educação, como são vistas suas falhas e como crêem possam ser solucionadas. Se algumas delas, menos desenvolvidas, demonstram ainda certa inconsciência do valor da educação e revelam-se satisfeitas com o baixo índice do "statu quo" existente, outras mais evoluídas apresentam reivindicações judiciosas como "aperfeiçoamento do professor", "aumento das horas do dia escolar", "material didático para as crianças", "residência do professor na localidade", "criação de variados cursos de aprendizagem profissional para a melhoria da mão-de-obra local", etc.

Examinando os dados genéricos referentes ao Estado do Rio de Janeiro, revelados pelo Censo Escolar de 1964 e pelas estatísticas publicadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC, parece verificar-se estreita afinidade entre as conclusões que a análise dessas estatísticas nos fornece e as que resultaram dos depoimentos, obtidos nas comunidades.

Não há dúvida de que os dados estatísticos fornecem elementos quantitativos básicos para uma reflexão e que a análise desses números permite deduções qualitativas, mas são as pesquisas gerais, de campo, de contatos com as realidades, que trazem os depoimentos esclarecedores que dinamizam e fundamentam aqueles índices, dando vida às expressões numéricas.

1. Rêde de escolas (redistribuição, ampliação):

Realmente, observando-se a tendência das conclusões reveladas nos documentos municipais, referente à redistribuição de escolas, podemos conjecturar, a grosso modo, com os dados estatísticos globais, que sua localização nem sempre teria sido programada segundo a maior demanda local de matrícula, pois a média de alunos (557.475 alunos) (\approx) por sala de aula (... 9.766 salas) (\approx), no Estado, é de 57, ou sejam, 28 alunos por sala, em dois turnos. Num estudo apenas estatístico, esta expressão numérica dilui-se como simples média, de significado sabidamente restrito. Mas quando as conclusões de que urge redistribuir as escolas resultaram de uma consulta "in loco", já temos uma vivência reveladora do fenômeno. Poderíamos daí inferir que estamos diante de uma situação de fato, que requer reformulação, planos de ação racionais e eficientes, continuidade de levantamentos zonais e locais para um trabalho programático seqüente, ano a ano, relativamente à localização das escolas, em termos de coerência com a respectiva demanda em cada comunidade, da melhor aplicação dos recursos que lhe são destinados, tendo em vista os vários aspectos do problema.

Sabemos que as construções escolares, localizadas apressadamente à base de "deficits" gerais, sem um levantamento local que determine a demanda real de matrícula, dentro do raio de alcance correspondente a cada prédio, resultarão frequentemente em surpresas que podem revelar ^{ou} espaço ocioso de ma -

(\approx) Dados do SEEC referentes ao ano de 1965.

trícula ou superlotação, fadada a três turnos, ambos os casos incidindo no desgaste improdutivo dos recursos.

É, portanto, imprescindível um trabalho preliminar, baseado em dados cuidadosamente colhidos, que preceda o planejamento educacional e das construções escolares. É um trabalho de campo, de pequenos setores geográficos, demarcados em mapas de cada cidade e demais concentrações populacionais, onde previamente foram localizadas tôdas as escolas existentes com sua capacidade de alunos, bem como o registro, pontilhado no mapa, da respectiva população infantil que demanda matrícula. A Secretaria de Educação de São Paulo realiza trabalhos dêste tipo, dignos de serem conhecidos.

Cada prédio escolar é construído para abrigar um programa educacional (rural ou urbano, com 4 ou 6 séries, com cursos de artes industriais ou não, etc.), devendo por isso ser planejado "de dentro para fora". A escola, sua planta, sua organização, no seu ideal, é considerada um instrumento para levar adiante, facilitar e tornar efetivo aquêle tipo de programa educacional necessário à comunidade, para seu desenvolvimento. O próprio prédio deverá conter em si mesmo uma lição, deverá ser o lugar onde o máximo desenvolvimento social é o mais importante objetivo, deverá servir não só aos alunos e professôres, mas também à comunidade, proporcionando harmonioso bem-estar e respeito.

Tudo isso não se faz improvisando. Só um planejamento por comunidade, harmônico na coordenação das diferentes órbitas administrativas (União, Estado, Município, Particular, SESI, .. SENAC, SENAI, etc.), que se inter-relacionam geograficamente e na atuação educacional, mediante convênios ou entendimentos, proporcionará meios para uma racional localização das escolas. Esta fase preliminar do planejamento trata, pois, das mudanças mensuráveis. Nela estão incluídos os seguintes itens:

1. Levantamento dos prédios escolares existentes (federais, estaduais, municipais e particulares), seu estado de conservação e suas condições pedagógicas de funcionamento, para se programarem os trabalhos de revisão e adaptações necessárias, ampliações e reconstrução ou transformação para outros fins, se mal localizados ou fechados. Este trabalho pode ser feito por pessoas entendidas da comunidade, mediante esquemas pré-estabelecidos partindo do fichário escolar do agente estatístico do município (IBGE).

2. Avaliação da população infantil em idade escolar, bem como os índices de crescimento da população, sua distribuição e tendência. Este conhecimento conduzirá à determinação dos melhores locais onde a escola deverá ser construída, o seu tamanho e as previsões para futuras ampliações. Pode ser feito pelo grupo planejador, por uma equipe especializada ou mesmo por alguma empresa particular de pesquisa. Neste item convém refletir que nem sempre a demanda de matrícula é expressa pela diferença entre a população em idade escolar e a matrícula local. Outros fatores interferem na população alterando este índice simplista: pobreza, ignorância, doença, necessidade de trabalhar e outros. O censo escolar acusou, no Brasil, que das crianças que não frequentavam escolas 65,49% não estavam matriculadas por motivos alheios à existência ou não de escola na localidade (**). A Comissão do Censo Escolar entregou às Prefeituras as fichas contendo os nomes e endereços, por famílias, de todas as crianças nascidas de 1950 a 1964, residentes em cada município, exatamente para a organização do cadastro da população em idade escolar. É um precioso subsídio a ser utilizado.
3. O clima local, orientação, ventos dominantes, índices pluviométricos, oscilação anual de temperatura e umidade constituem, também, dados importantes para o desenho do prédio escolar.

Este trabalho preliminar possibilita o desenvolvimento dos passos seguintes do processo do planejamento da rede escolar, que são: o estabelecimento dos critérios de prioridades, a seleção dos terrenos adequados a cada programa e a escolha dos materiais e processos de construções que reúnem a economia à solidiez.

Para as prioridades serão considerados a urgência da conservação, readaptação e manutenção da rede existente, os locais de escolas de três turnos, as comunidades em processo de franco desenvolvimento, as que oferecem colaboração, etc.

A equipe de planejadores, despertando o interesse das indústrias locais para a participação da busca de processamentos econômicos, poderá partir de uma modulação determinada dos prédios para permitir dimensões padronizadas de certas partes(es

(**) São motivos decorrentes do subdesenvolvimento e que só a longo prazo poderão ser superados.

quadrias, vidros, portas, certas paredes internas, divisões de sanitários, etc.) o que reduziria os custos pelo volume das necessidades, sem estandardizar os projetos.

Os investimentos, aplicados nos prédios escolares, só serão produtivos porém se resultarem da melhoria dos índices de educação. A função da escola é educar. Não pareceria racional aplicar os recursos sempre limitados em novos prédios, antes de uma total revisão na rede existente, do amplo aproveitamento de sua capacidade, do melhor aparelhamento pedagógico de suas instalações e recursos didáticos, da sua real adequação a seus fins e da introdução de procedimentos administrativos e didáticos que não se contradigam e sim que se completem e harmonizem na atuação educativa.

2. Magistério primário (aperfeiçoamento e radicalização):

Sobre a atuação do magistério primário é auspicioso constatar a aspiração das comunidades mais evoluídas por um professor mais "aperfeiçoado", mais qualificado e raído ao meio, conseqüentemente por uma escola mais eficiente. Também neste aspecto os números globais da estatística são expressivos, demonstrando o exíguo rendimento do ensino primário, confirmando e justificando aquêles anseios.

Nos dados do quadro abaixo, referentes às matrículas e aprovações da escola primária do Estado do Rio, verifica-se logo à primeira vista a acentuada desproporção na distribuição dos alunos pelas séries escolares, representando a 1ª série cêrca de 50% do total de alunos matriculados e quase 3 vêzes a matrícula da 2ª; e a 4ª apenas 9,5% do total. É a disposição da matrícula em pirâmide, acentuada em algumas unidades da Federação, e que resulta do impedimento do fluxo dos alunos, pelas séries, causado pela repetência e evasão. Como vimos, a 1ª série que era de 290 mil alunos chegou, no fim do ano, a 270 mil, sendo aprovados .. 221 mil e tendo saído da escola, durante o ano, 70 mil crianças,

Séries	1 9 6 4			1965
	Matrícula geral	Matrícula final	Aprovações	Matrícula inicial
6ª	1.782	1.617	1.424	838
5ª	27.417	25.199	23.349	24.829
4ª	52.844	49.330	45.715	53.044
3ª	78.424	73.395	67.228	80.071
2ª	105.031	98.179	90.305	110.342
1ª	290.314	270.498	221.736	288.346
TOTAL	555.812	518.218	449.757	557.475

provavelmente ainda analfabetas. Mas poderíamos pensar que voltariam para a escola no ano seguinte. Os números porém nos respondem negativamente, pois das 221 mil crianças aprovadas no fim do ano da 1ª série, não voltaram para cursar a 2ª mais de 50%, pois a matrícula desta série no ano seguinte foi de 110 mil alunos, inclusive os reprovados.

Se cotejarmos a percentagem geral de repetência, vemos que esta foi de 13,3%; a evasão, durante o ano, foi de 7%; mas a deserção ao longo do curso foi impressionante, pois de cada 100 alunos que ingressaram na 1ª série, apenas 14,7% alcançaram a 4ª, como vemos a seguir:

Séries	Reprovação
5ª	9,6
4ª	14,7
3ª	26,2
2ª	37,9
1ª	100,0

Esta percentagem (14,7%) é mais baixa que a média nacional (16%). Analisando-a podemos dizer que 85,3% (100,0 - 14,7) dos recursos gastos na educação primária estão sendo aplicados na escolaridade incompleta. Tomando-se como índice de produtividade da educação primária o custo aluno/ano e relacionando-o com o número dos que concluem o curso (4ª série), veremos que as poucas conclusões aumentariam excessivamente o custo/conclusão, em face das perdas havidas.

Assim, compreendemos porque as comunidades, que sentem de perto o reduzido rendimento do ensino de suas crianças, sugerem mais do que o aumento do número de professores, o seu aperfeiçoamento, acrescentando ainda a necessidade de material escolar e residência do professor no local do trabalho (fixação ao meio). É pois o enfoque direto - pelas próprias comunidades - do problema da educação dos educadores e das providências administrativas correlatas.

Examinemos então as condições de qualificação do magistério e das escolas formadoras dos mestres.

Segundo o SEED (**) , em 1965, havia no Estado do Rio, 105 Escolas Normais, tôdas de grau colegial, sendo 11 estaduais, 2

(**) Anuário Estatístico de 1966.

municipais e 92 particulares, com as matrículas respectivamente de 2.335, 187 e 12.303 alunos. As conclusões de curso atingiram, em 1964, o total de 3.382 diplomados, dos quais.. 564 das escolas estaduais, 27 das municipais e 2.791 das particulares. Como está evidente, são as escolas particulares que oferecem maior oportunidade de formação de professores. Os números nada nos dizem da eficiência das escolas normais fluminenses, mas os resultados da educação primária e as aspirações das comunidades sugerem reflexão sobre o assunto. Além disso, dos 20.427 docentes primários, em 1965, no Estado do Rio, 13.549 são normalistas e 6.878 são leigos, sem formação pedagógica. Este índice, 33% de leigos, é melhor que a média brasileira do mesmo ano, 42%.

Segundo as observações contidas no Diagnóstico Preliminar do EPEA (*), "há um apêlo, cada vez mais intenso ao professor leigo no Brasil (...). A ampliação do atendimento escolar no País - exigência do processo de desenvolvimento político e social - tem trazido como consequência uma queda de eficiência no ensino primário (...). É evidente que o baixo aproveitamento do ensino primário comum brasileiro está intimamente ligado, entre outras coisas (como currículos inadequados, horário diário insuficiente, falta de material didático, etc.) ao nível qualitativo do corpo docente, o que aconselha medidas urgentes...", como uma mudança radical nos princípios que norteiam a estrutura e as reais finalidades das escolas normais, o treinamento intensivo do professorado leigo, já em execução no País, etc. É preciso porém que este treinamento citado se estenda a grupos cada vez maiores, dentro de saudáveis critérios seletivos (os leigos efetivos, os que já têm ginásio completo, os que estão radicados a seu meio e, principalmente, a avaliação de sua conduta como mestres, etc.). Que procedimentos racionais administrativos desestimulem a ampliação dos quadros destes, paralelamente a medidas estimuladoras que atraiam os jovens dos municípios carentes para a formação pedagógica. Mediante bolsas, em selecionadas escolas próximas ou em Centros de Formação oficiais em regime de internato, com o compromisso de voltarem a seus locais de origem para lecionar, estes jovens radicalizados ao seu meio, aí permanecerão.

(*) Educação (II), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ano	Corpo Docente	Normalistas	Não normalistas	% de n/norm.
1962	14.561	8.821	5.740	32,6%
1963	17.415	10.029	7.386	42,4%
1964	19.752	11.814	7.938	40,1%
1965	20.427	13.549	6.878	33,6%

Dados do SEEC. Anuários Estatísticos de 1965 e 1966.

Do quadro acima, depreende-se que o Estado do Rio já vem alcançando a diminuição do quadro de professores leigos, o que representa por certo um esforço louvável, que trará as consequências benéficas ao rendimento da educação primária, como se deseja.

Parece porém, como já foi visto, que também a atuação das professoras normalistas não está dando a produtividade esperada, o que surpreende, porque todo o quadro se compõe de normalistas de grau colegial. Urge, pois, a par dos necessários cursos de aperfeiçoamento e especialização para o professorado em exercício, fazer-se uma investigação detida sobre: as estruturas das escolas normais existentes; condições de seu ensino; capacitação dos corpos docentes; currículos; consciência dos objetivos dessas escolas; sua filosofia em face da política e fins da educação primária; formação do espírito profissional nos professorandos pela vivência e conhecimento da personalidade infantil; ambiente de compreensão e participação dos graves problemas do ensino primário; e integração às fórmulas sugeridas para as superações desejáveis. Estes estudos poderão ser o impulso para um movimento geral das administrações públicas e privadas congregadas para, em harmonia, buscarem as normas básicas, visando uma transformação profunda dessas escolas, inclusive com a eliminação das inadequadas para este fim, que se transformariam em ótimas escolas de ensino médio geral.

As causas da mobilidade dos professores no sistema escolar primário, do Estado do Rio de Janeiro e de todo o País, da não fixação ao meio, bem como da falta de professores normalistas nas áreas do interior, se assentam, possivelmente, na história de nosso ensino seletivo, localizando as escolas normais nas capitais e, posteriormente, nos grandes centros, o que dá oportunidade de matrícula apenas aos jovens residentes no local. Ao mesmo tempo, os objetivos básicos dessas es

colas, primordialmente, das escolas oficiais, sempre gratuitas - "preparar professôres para as escolas primárias em franco crescimento" - parece terem sido totalmente obscurecidos. Excluídos os portadores de diplomas, assim obtidos, de qualquer obrigação de prestação de seus serviços aos sistemas escolares, para os quais foram preparados com dispêndio dos recursos públicos, prejudica-se com esta omissão o desenvolvimento regular daqueles sistemas, criando os problemas tão so bejamente conhecidos.

É evidente que as jovens que vão trabalhar em locais distantes de suas famílias, ou que se transportam de sua residência para as localidades onde trabalham, diária ou semanalmente, não se integram à comunidade de seus alunos, com os conseqüentes prejuízos educacionais. E empenham todo o seu esforço para transferirem-se para escola mais próxima, criando essa perniciosa mobilidade de todos conhecida.

Procedimentos administrativos, visando mudanças nesta situação vigente, que resultem na radicalização dos mestres à localidade da escola, seriam de tôda conveniência para a educação das crianças e sua melhor integração ao meio em que vivem. Possivelmente, medidas a curto prazo poderiam ser tentadas, como o contrôle das matrículas nas boas escolas normais, mediante a construção de internatos junto às mesmas e a convocação de candidatos de ginásio completo residentes nas localidades carentes, com a segurança da nomeação imediatamente após a sua diplomação, estímulo suficiente para atrair interessados, com os salários atuais do magistério.

3. Material escolar e merenda:

É interessante registrar que os munícipes sentiram a aridez do ensino, como geralmente é feito nas escolas, e citaram como uma aspiração a existência dêste indispensável recurso educativo. Mais do que êles mesmos, sabem os educadores o valor auxiliar que os materiais didáticos representam na tarefa diária para a aprendizagem da criança.

Geralmente, na distribuição proporcional dos recursos para a educação primária, muito pequena é a percentagem atribuída a êste fim, fazendo até parecer ao leigo que se trata de problema dispensável, de "perfumaria pedagógica" que não merece maiores esforços para garantir-lhe uma permanente busca e seleção acurada que venha a permitir seu uso amplo, adequado e produtivo.

Quanto à merenda escolar, principalmente nas escolas das comunidades menos favorecidas, sabemos dos valiosos resultados que sua distribuição acarreta, em benefício da saúde da criança subnutrida e de seu rendimento escolar. Usando o próprio "slogan" da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, podemos confirmar que "com fome não se aprende".

4. Campanhas de motivação:

Em contato com as comunidades dos municípios menos desenvolvidos, sentiu o Grupo Técnico de Trabalho, em alguns dêles, a ignorância referente aos assuntos e valores da educação e a inconsciência relativa aos problemas inerentes ao ensino, tanto na forma como vem se processando no meio, como na sua expressão quantitativa. Satisfeitos com o "statu quo" nada .. reivindicaram para melhorar a educação local, além da alusão genérica a "mais escolas".

Assim, nas conclusões propostas, sugeriram aquêles técnicos campanhas de motivação, de desenvolvimento do interêsse e esclarecimento às comunidades sôbre os valores da educação e sua relação com o progresso e o bem-estar social.

Realmente, um movimento voltado para a conscientização das populações que se mantêm apáticas em face dos grandes problemas que afetam o desenvolvimento do estado social em que se encontram, é de efeito altamente produtivo, abrindo novas fronteiras ao pensamento e despertando interêsses por rumos novos de ação.

Será uma provocação, um estímulo que tem fundamento não só para o caso das populações citadas, mas para quaisquer grupos sociais ou profissionais a que se pretenda levar a compreender a necessidade de grandes mudanças e transformações nos procedimentos tradicionais e rotineiros.

Pode-se, talvez, incluir neste programa de motivação, uma preparação psicológica do magistério em geral, das administrações de ensino e, mesmo, envolver os grupos de estudiosos dos problemas de educação, no sentido da divulgação e debate dos vários aspectos educacionais, analisados sob novos ângulos, costumeiramente omitidos nos estudos e exposições presentes, como: os índices de produtividade do ensino; os percentuais racionais da distribuição dos recursos; a análise das estatísticas do Estado, comparada com as nacionais, com os Estados mais desenvolvidos e com os países altamente industriais; as atuações individuais dos organismos e a harmonia da conju

gação dos esforços na solução de problemas inter-relacionados; etc.

5. Informação ocupacional e valorização do trabalho na escola primária:

O aperfeiçoamento da mão-de-obra, à primeira vista, escaparia ao âmbito do Setor Educação Primária, porquanto é assunto adstrito, quase que exclusivamente, à população adulta. Entretanto, as sugestões apresentadas, tanto nos depoimentos dos municipais, como nas conclusões finais do GTT, se definem ora pelos cursos de aprendizagem de nível elementar ("cursos rápidos de marcenaria, indústrias caseiras, atividades agrícolas"), ora pelas escolas industriais e técnicas, comerciais ou agrícolas, de nível médio.

Assim, podemos encarar o problema, considerando o nível e os recursos humanos de cada comunidade, dentro da nova concepção de educação, como criadora de riquezas. Educar para aumentar a produtividade, melhorando o homem, são os novos e dinâmicos objetivos visados pela educação em todos os níveis, desde o primário.

Faz parte mesmo das diretrizes gerais da Lei Básica da Educação Nacional (LDB), a introdução, nas 5ª e 6ª séries da escola primária, das oficinas de artes industriais, visando não profissionalizar a criança, mas proporcionar-lhe o enriquecimento das atividades curriculares, introduzindo-a no mundo das criações, de "fazer coisas", tão de seu agrado e, concomitantemente, proporcionando-lhe uma visão de algumas técnicas artesanais ligadas ao aproveitamento dos recursos naturais locais e um desenvolvimento socializante pela educação complementar af programada.

Os objetivos definidos destes cursos, sua problemática, sua filosofia, sua utilidade nas áreas desfavorecidas, sua articulação com o ensino médio, são temas que serão desenvolvidos e discutidos na "III Conferência Nacional de Educação" a realizar-se em Salvador, em março ou abril deste ano. De qualquer modo, estas duas séries primárias, nos locais desprovidos de ginásios, abririam uma nova perspectiva às comunidades desfavorecidas. Mas é exatamente nestas localidades que teriam de ser mais incrementadas as conclusões de 4ª série e previstos procedimentos preliminares para a preparação pré via de pessoas da localidade para formar o corpo docente ade quado. A passagem direta deste curso para o ginásio, se vies

se viesse a se concretizar, já encontraria um passo dado nos municípios carentes de ensino médio.

É evidente que a própria renovação do currículo da escola primária, comum ou supletiva, pode trazer um bafejo de melhoria social, se houver adequado preparo prévio dos professores para essa tarefa dinamizadora.

O programa de preservação da saúde, com informações e criação de situações para facilitar a formação dos bons hábitos alimentares, de higiene da habitação e referentes às doenças locais, poderia ser incluído em qualquer plano. De fato, a escola deve ser considerada como a fonte de divulgação das informações necessárias ou requeridas pelo povo da região, quer sobre agricultura, quer sobre saúde ou sobre técnicas de trabalhos elementares que venham a valorizar o homem e ajustá-lo à vida ambiente.

Na realidade, o Estado do Rio de Janeiro poderia, antes de mais nada, tentar melhorar suas escolas primárias de crianças ou supletivas, dando êste tipo de informações integralizantes aos alunos, pois realmente a maioria das crianças recebe somente dois e três anos de escolaridade. É claro que em tão pouco tempo não terá nem aprendido os conhecimentos básicos para uma utilização imediata no mercado de trabalho.

O esforço seria, pois, concentrado na melhoria do ensino, através da melhoria do magistério e da escola, visando um melhor rendimento na aprendizagem dos alunos e um incremento no sentido de maior número de conclusões de cursos.

A ampliação da rede para abrigar as crianças não escolarizadas poderá ser gradativa, para crescer dentro de um programa conjunto de aperfeiçoamento geral das condições que interferem na produtividade da educação.

III - CONCLUSÕES

Assim, podemos apresentar algumas sugestões de caráter geral que visem a melhoria do ensino de nível primário:

Quanto às instalações:

- a) antes de se estabelecer um plano para a criação de novas escolas, deve-se procurar atingir a plena utilização das escolas já existentes em cada município. Ver esquema anexo de melhor aproveitamento do espaço disponível;
- b) a conservação dos prédios escolares é essencial - quanto à pintura, limpeza, etc... Deve-se solicitar o auxílio das co

- munidade para esta conservação, despertando-lhe o espírito de colaboração e inteligência;
- c) os prédios escolares devem ser reequipados quando isto se faça necessário;
 - d) a construção de novas escolas deve obedecer a um esquema de prioridades traçado tendo como parâmetros as seguintes variáveis: índice de urbanização, densidade populacional, atividade principal e índice de atendimento escolar;
 - e) as escolas de uma sala de aula apenas devem ser ampliadas com a construção de pelo menos mais uma sala, para evitar a formação de turmas por demais heterogêneas;
 - f) deve-se providenciar a construção de cantinas, especialmente nas escolas sediadas em contexto urbano.

Quanto ao corpo docente:

- a) um dos objetivos fundamentais deve ser a formação de turmas mais homogêneas. Para tanto, recomenda-se tanto a ampliação das escolas de uma sala de aula apenas para escolas de pelo menos duas salas utilizadas em dois turnos, pelo menos; e a limitação das turmas a uma média máxima de 35 alunos por turma;
- b) emprêgo de métodos pedagógicos modernos, que permitam ao aluno estabelecer relações entre a realidade imediata em que vive e o ensino ministrado na escola;
- c) centralização dos esforços nas primeiras séries, onde o aproveitamento é mais baixo. Para tanto:
 - os professores mais experientes devem ocupar-se das primeiras séries;
 - o nível de conhecimentos exigidos para aprovação deve ser temporariamente diminuído na transição da 1ª para a 2ª série;
 - os repetentes devem ter oportunidade de se recuperarem nas férias mediante cursos intensivos ministrados por normalistas estagiárias sob a orientação de supervisores;
- d) os períodos de férias devem ser alterados, para que coincidam com os períodos em que os alunos normalmente se veriam com dificuldades para comparecer à escola; por exemplo, nos períodos de colheitas, nas zonas rurais, recomendar-se-ia esta alteração;
- e) introduzir, onde possível, o transporte escolar para professores e alunos;
- f) introdução da merenda ou refeição escolar.

Quanto aos currículos:

- a) o ensino primário deverá ser gratuito e obrigatório durante quatro anos;
- b) os currículos básicos para as zonas rurais e urbanas deverão ser homogeneizados, a fim de permitir a migração do rurícola sem que o mesmo se sinta marginalizado;
- c) utilização do programa de livros-texto MEC-USAID, que fornecerá manuais para professores e livros para os alunos; serão distribuídos livros num período de três anos.

Quanto ao corpo docente:

- a) melhor formação para os professores é requisito fundamental;
- b) deve-se visar um melhor aproveitamento dos professores formados pelas escolas locais no próprio local de origem. Para tanto:
 - sugere-se a instalação de concursos municipais, que evitariam inúteis deslocamentos do corpo docente;
 - aproveitamento do convênio da casa própria para o professor com o BNH e transporte para os que tenham que se deslocar;
 - cursos de treinamento para professores leigos com experiência a serem aproveitados especialmente em zonas rurais de demografia dispersa;
- c) formação de um maior número de supervisores (MEC) para fornecimento de orientação técnica ao professorado leigo;
- d) melhor remuneração para o corpo docente primário.

QUADRO Nº 2

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO POR ZONAS GEO-ECONÔMICAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ZONAS E MUNICÍP.	ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO				ENSINO PARTICULAR	TOTAL GERAL
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL PÚBLICO		
1. Campos	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Macacé	-	66 (7.827)	48 (2.411)	114 (10.238)	5 (459)	119 (10.697)
S. João da Barra	-	78 (742)	41 (1.383)	119 (2.125)	-	119 (2.125)
Conceição Macabu	-	12 (1.796)	10 (371)	22 (2.167)	-	22 (2.167)
T O T A L	-	156(10.365)	99 (4.165)	255 (14.530)	5 (459)	260 (14.989)
2. Duque de Caxias	-	24 (7.752)	58(10.663)	82 (18.415)	57 (14.207)	139 (32.622)
Itaguaí	5 (848)	21 (5.151)	20 (2.612)	46 (8.611)	-	46 (8.611)
Magé	1 (657)	41 (9.202)	45 (3.896)	87 (13.755)	14 (1.801)	101 (15.556)
Nilópolis	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Nova Iguaçu	-	73(25.232)	94(20.902)	167 (46.134)	82 (20.169)	249 (66.303)
S. João de Meriti	-	59(12.204)	51 (9.712)	110 (21.916)	27 (6.326)	137 (28.242)
T O T A L	6(1.505)	218(59.541)	268(47.785)	492(108.831)	180 (42.503)	672(151.334)
3. Itaboraí	-	52 (6.190)	36 (1.605)	88 (7.795)	4 (385)	92 (8.180)
Niterói	1 (235)	50(29.153)	13 (1.736)	64 (31.124)	33 (5.639)	97 (36.763)
São Gonçalo	-	67(29.031)	30 (6.149)	97 (35.180)	101(10.214)	198 (45.394)
T O T A L	1 (235)	169(64.374)	79 (9.490)	249 (74.099)	138(16.238)	387 (90.337)
4. Nova Friburgo	-	95(12.553)	78 (2.525)	173 (15.078)	22 (2.450)	195 (17.528)
Petrópolis	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Teresópolis	-	27 (5.394)	64 (3.542)	91 (8.936)	2 (95)	93 (9.031)
T O T A L	-	122(17.947)	142 (6.067)	264 (24.014)	24 (2.545)	288 (26.559)
5. Araruama	-	61 (5.604)	29 (1.257)	90 (6.861)	4 (303)	94 (7.164)
Cabo Frio	2 (41)	25 (4.584)	25 (2.200)	52 (6.825)	3 (507)	55 (7.332)
São Pedro d'Aldeia	-	19 (2.384)	13 (403)	32 (2.787)	2 (100)	34 (2.887)
Saquarema	-	12 (1.931)	38 (1.302)	50 (3.233)	-	50 (3.233)
Maricá	-	43 (3.898)	3 (151)	46 (4.049)	-	46 (4.049)
T O T A L	2 (41)	160(18.401)	108 (5.313)	270 (23.755)	9 (910)	279 (24.665)

ZONAS E MUNIC.	DEP. ADMINIS	ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO				ENSINO PARTICULAR	TOTAL GERAL
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL PÚBLICO		
6. Cachoeiras de Macacu	-		13 (2.713)	24 (7.121)	37 (9.834)	3 (336)	40 (10.170)
Casimiro de Abreu	-		24 (1.749)	3 (187)	27 (1.936)	1 (39)	28 (1.975)
Rio Bonito	-		35 (4.199)	31 (1.678)	66 (5.877)	2 (278)	68 (6.155)
Silva Jardim	-		18 (1.458)	27 (789)	45 (2.247)	-	45 (2.247)
T O T A L	-		180(10.119)	85 (9.775)	175(19.894)	6 (653)	181 (20.547)
7. Miguel Pereira	-		17 (2.308)	18 (441)	35 (2.749)	-	35 (2.749)
Paraíba do Sul	-		32 (4.132)	16 (669)	48 (4.801)	3 (280)	51 (5.081)
Rio das Flores	-		10 (3.375)	2 (54)	12 (3.429)	2 (86)	14 (3.515)
Três Rios	-		19 (4.518)	51 (2.696)	70 (7.214)	6 (604)	76 (7.818)
Valença	-		24 (5.826)	13 (605)	37 (6.431)	-	37 (6.431)
Vassouras	-		31 (3.260)	41 (1.787)	72 (5.047)	12 (1.558)	84 (6.605)
T O T A L	-		133(23.419)	141 (6.252)	274(29.671)	23 (2.528)	297 (32.199)
8. Barra do Pirai	-		33 (6.861)	24 (1.382)	57 (8.243)	9 (1.111)	66 (9.354)
Barra Mansa	1 (128)		45 (8.290)	55 (4.079)	101(12.497)	8 (625)	109 (13.122)
Paulo de Frontin	-		19 (3.351)	4 (247)	23 (3.598)	3 (494)	26 (4.092)
Mendes	-		6 (1.229)	10 (846)	16 (2.075)	2 (81)	18 (2.156)
Pirai	s/d		s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Paracambi	-		2 (1.005)	7 (448)	9 (1.453)	7 (1.232)	16 (2.685)
Resende	-		30 (7.806)	37 (1.383)	67 (9.189)	5 (603)	72 (9.792)
Rio Claro	-		10 (996)	11 (315)	21 (1.311)	-	21 (1.311)
Volta Redonda	1 (128)		21(10.649)	17 (6.399)	39(17.176)	32 (7.300)	71 (24.476)
T O T A L	2 (256)		166(40.187)	165(15.099)	333(55.542)	66 (11.446)	399 (66.988)
9. Angra dos Reis	-		8 (3.888)	23 (661)	31 (4.549)	7 (203)	38 (4.752)
Mangaratiba	-		21 (1.922)	-	21 (1.922)	5 (402)	26 (2.324)
Parati	-		16 (1.483)	7 (235)	23 (1.718)	-	23 (1.718)
T O T A L	-		45 (7.293)	30 (896)	75 (8.189)	12 (605)	87 (8.794)

DEP. ADMINIST. ZONAS E MUNIC.	ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO				ENSINO PARTICULAR	TOTAL GERAL
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL PÚBLICO		
10. Bom Jardim	-	54 (3.197)	15 (235)	69 (3.432)	-	69 (3.432)
Cordeiro	-	20 (2.110)	3 (91)	23 (2.201)	1 (25)	24 (2.226)
Sta. Maria Madalena	-	33 (1.825)	10 (219)	43 (2.044)	1 (4)	44 (2.048)
Trajano de Moraes	-	30 (2.025)	6 (106)	36 (2.131)	-	36 (2.131)
São Sebastião do Alto	-	29 (2.145)	15 (415)	44 (2.560)	-	44 (2.560)
T O T A L	-	166 (11.302)	49 (1.066)	215 (12.368)	2 (29)	217 (12.397)
11. Cantagalo	-	40 (2.441)	3 (83)	43 (2.524)	-	43 (2.524)
Carmo	-	20 (1.393)	6 (140)	26 (1.533)	1 (29)	27 (1.562)
Duas Barras	-	27 (1.491)	2 (63)	29 (1.554)	-	29 (1.554)
Sapucaia	-	19 (1.459)	19 (462)	38 (1.921)	1 (86)	39 (2.007)
Sumidouro	-	26 (1.141)	21 (458)	47 (1.599)	1 (22)	48 (1.621)
T O T A L	-	132 (7.925)	51 (1.206)	183 (9.131)	3 (137)	186 (9.268)
12. Cambúci	-	64 (4.118)	17 (679)	81 (4.797)	-	81 (4.797)
Itaocara	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Miracema	-	74 (4.573)	35 (401)	109 (4.974)	-	109 (4.974)
Stº Antônio de Pádua	-	65 (4.782)	28 (449)	93 (5.231)	-	93 (5.231)
São Fidelis	-	71 (5.094)	40 (1.198)	111 (6.292)	1 (108)	112 (6.400)
T O T A L	-	274 (18.567)	120 (2.727)	394 (21.294)	1 (108)	395 (21.402)
13. Bom Jesus Itabapoana	-	62 (5.588)	15 (613)	77 (6.201)	2 (106)	79 (6.307)
Itaperuna	-	72 (7.656)	96 (2.880)	168 (10.536)	7 (386)	175 (10.922)
Nativ. Carangola	-	70 (4.141)	32 (605)	102 (4.746)	1 (75)	103 (4.821)
Porciúncula	-	19 (1.677)	25 (725)	44 (2.402)	1 (43)	45 (2.445)
Rageão Muriaé	-	35 (1.660)	4 (126)	39 (1.786)	-	39 (1.786)
T O T A L	-	258 (20.722)	172 (4.949)	430 (25.671)	11 (610)	441 (26.281)
TOTAL DO ESTADO	11 (2.037)	2.098 (310.162)	1.509 (114.790)	3.709 (426.989)	480 (78.771)	4.189 (505.760)

4.2. Ensino Médio:

Ao compararmos o número de pessoas efetivamente escolarizadas na faixa etária de 11 a 14 anos e o número real de matrículas encontradas no 1º ciclo de nível médio, verificaremos que una das zonas geo-econômicas que apresenta maior percentagem de atendimento escolar para a população de 11 a 14 anos é a que compreende Itaboraí, Niterói e São Gonçalo - 84,82% - índice superior ao alcançado na faixa etária de 7 a 10 anos, que é de 84,21%. À primeira vista, o observadormenos aterto poderia pensar que, ao nível quantitativo, o atendimento do ensino de 1º ciclo médio era bastante satisfatório. Entretanto, o número real de matrículas em todos os ramos de ensino do 1º ciclo de nível médio é bastante inferior ao número de escolarizados nesta faixa etária supracitada: 43.483 habitantes entre 11 e 14 anos possuem escolarização, mas apenas 49,37%, ou seja, apenas 21.468 pessoas estão efetivamente matriculadas no 1º ciclo de nível médio.

As percentagens das demais zonas em relação ao atendimento escolar no 1º ciclo médio são flagrantemente inferiores como, aliás, já comentamos de passagem; oscilam entre 20 e 30%, sendo que a zona com atendimento mais baixo é a que engloba Araruama, Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia, Saquarema e Maricá, apresentando 13,47% na relação entre população escolarizada entre 11 e 14 anos e matriculados no 1º ciclo médio.

É de se notar que estas percentagens não traduzem efetivamente a escolarização de 1º ciclo médio da população na faixa etária em questão, uma vez que esta constitui apenas o limite minimo de idade para o referido curso; mas não dispomos de meios para verificar mais exatamente qual o contingente de 11 a 14 anos que está cursando este nível de ensino.

Uma observação do quadro referente ao ensino médio retirado dos dados fornecidos pelo SEEC nos mostra que no Estado do Rio predominam os cursos secundários de nível médio. Não existe nenhum município que não disponha de pelo menos um estabelecimento deste nível ministrando curso de 1º ciclo.

A quase totalidade das matrículas é encontrada nos cursos secundários, o que vem confirmar a orientação preferencial dos pais entrevistados aos filhos em todos os municípios.

A seguir, constata-se maior incidência relativa de cursos comerciais de 1º ciclo. As únicas zonas que não apresentam curso comercial também não apresentam outro tipo de ensino médio de

1º ciclo que não o secundário, são as que compreendem: Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Silva Jardim; Bom Jardim, Cordeiro, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto; Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Sapucaia e Sumidouro; Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São Fidelis; e Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna, Natividade e de Carangola, Porciúncula e Lage do Muriaé. São flagrantemente as zonas de menor índice de urbanização, provavelmente dedicadas à atividade agro-pecuária.

Os cursos comerciais parecem não obedecer a nenhum critério de localização estratégica, que tivesse o índice de urbanização pelo menos como variável fundamental. O Município de Campos, por exemplo, cujo índice de urbanização é de 45%, possui 6 escolas comerciais, enquanto que Niterói e Caxias respectivamente com 93% e 72%, possuem 3 e 2 escolas comerciais e em Nilópolis, com 100% de urbanização, registra-se apenas 1.

A situação é a mesma para as escolas industriais e agrícolas, além de seu número ser bem mais baixo. Registram-se no Estado 9 estabelecimentos que ministram ensino industrial ao nível do 1º ciclo médio e apenas 3 escolas agrícolas, das quais uma localizada em Pinheiral, município de Pirai, zona classificada como industrial numa primeira abordagem.

Esta situação parece favorecer os projetos de instalação do ginásio orientado para o trabalho, que permitiria a existência de uma unificação do ensino ao nível do 1º ciclo médio ao invés da diversificação atualmente em vigência, o que possibilitaria à clientela uma escolha realmente vocacional em estágio posterior sem que fôsse necessário violentar o consenso existente na população quanto ao tipo de ensino a ser ministrado neste nível.

ENSINO MÉDIO - 1º CICLO

Recomendações quanto a:

1. Currículo:

- a)- obrigatoriedade e gratuidade dos 4 anos do 1º ciclo para as zonas urbanas; para as zonas rurais obrigatoriedade e gratuidade dos 2 primeiros anos e gratuidade dos outros dois subsequentes (metas a atingir até 1976);
- b)- planejamento do currículo de acordo com o meio em que se acha inserido. No caso, ênfase na problemática fluminense;

- c)- orientação vocacional, não profissionalizante:
- 1) extinção gradual dos cursos técnicos de 1º ciclo e sua substituição pelo ginásio orientado para o trabalho;
 - 2) enquanto não se processa a substituição, introdução de matérias teóricas que permitam maior opção ao aluno quanto ao prosseguimento do curso;
 - 3) orientação da prática às ~~atividades predominantes no~~ meio-ambiente;
- d)- disponibilidade de material didático:
- 1) bibliotecas;
 - 2) livros-texto MEC-USAID.

2. Prédios:

- a)- melhor utilização das instalações existentes;
- b)- adaptação das escolas profissionais de 1º ciclo para as necessidades do ginásio orientado para o trabalho;
- c)- construção de novas instalações nos municípios com grande número de formados no primário, dentro de escala de prioridades;
- d)- construção de ginásios públicos nos municípios (lista anexa) que só têm rede de ensino privado. Verificar-se já existe ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

3. Corpo Docente:

- a)- maior produtividade do corpo docente atualmente disponível:
 - 1) aumento salarial;
 - 2) transição para o regime de tempo integral efetivo, diferente do regime de dedicação integral;
- b)- sendo o corpo docente tradicionalmente egresso dos quadros de formados das Faculdades de Filosofia:
 - 1) estimular nestas a formação de professores para as matérias mais ligadas ao desenvolvimento;
 - 2) utilização de normalistas com treino extra de 1 ano nas Faculdades de Filosofia.

4. Corpo Discente:

- a)- promoção automática da 4ª série primária ao 1º ano do ginásio;
- b)- estabelecimento de um sistema de bolsas de estudo para anuidades e gastos pessoais.

ENSINO MÉDIOMUNICÍPIOS QUE SÓ TÊM REDE DE ENSINO PRIVADO

Cachoeiras de Macacu	São João de Meriti
Araruama	São Pedro d'Aldeia
Magé	São Sebastião do Alto
Casimiro de Abreu	Rio Claro
Carmo	Três Rios
Parati	Sumidouro
Paraíba do Sul	Silva Jardim
Paracambi	Saquarema
São Gonçalo	Trajano de Moraes
Rio Bonito	Sapucaia
Resende	Cordeiro
Porciúncula	Conceição de Macabu
Maricá	São Fidelis
Mendes	Santa Maria Madalena
Miracema	Lage do Muriaé
Natividade do Carangola	Itaguaí
Vassouras	Itaboraí
Nova Friburgo	Paulo de Frontin
Rio das Flores	Duas Barras
São João da Barra	

ENSINO MÉDIOMUNICÍPIOS QUE TÊM OUTRAS FORMAS DE ENSINO MÉDIO
QUE NÃO PARTICULAR, QUANTO À MANUTENÇÃO

MANUT. MUNIC.	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIP.	PART.	TOTAL
Cambuci.....	-	-	2 (355)	2 (236)	4 (591)
Caço Frio.....	-	4 (778)	-	-	4 (778)
B.J.Itabapoana	-	1 (113)	-	7(1103)	8(1216)
Bom Jardim....	-	2 (127)	-	-	2 (127)
Barra do Pirai.	-	3 (909)	-	6(1102)	9(2011)
Volta Redonda.	-	-	2 (973)	21(7326)	23(8299)
Mangaratiba...	-	1 (68)	-	4 (238)	5 (306)
M.Pereira.....	1 (80)	-	-	4 (483)	5 (563)
Niterói.....	-	4 (2811)	-	56(9248)	60(12.059)
SºAnt.Pádua...	-	1 (171)	-	4 (471)	5 (742)
Valença.....	-	3 (924)	-	4 (170)	7(1094)
Teresópolis...	-	4 (604)	-	4 (337)	8 (941)
Macaé.....	-	4 (1273)	-	5 (867)	9(2140)
Nova Iguaçu...	-	3 (1603)	-	19(5978)	22(7581)
Cantagalo.....	-	3 (3621)	-	3 (413)	6(4034)
Barra Mansa...	-	3 (845)	-	7(1188)	10(2033)
A.dos Reis....	1 (304)	2 (469)	-	-	3 (773)
Itaperuna.....	-	4 (1131)	-	5(1182)	9(2313)
D.Caxias.....	-	3 (1233)	1 (295)	12(3650)	16(5178)
TOTAL.....	2 (384)	45(16680)	5(1.623)	163(34.092)	215(52.779)
Só Part.(39Mun.	-	-	-	164(23.328)	164(23.328)
TOTAL GERAL...				327(57.420)	379(76.107)

FONTE: Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro
COMPLAN - 1966.

RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO ESCOLARIZADA NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A
14 ANOS E AS MATRÍCULAS NO 1º CICLO MÉDIO EM 1964.

ZONAS	POP.ESCOLARIZA DA 11/14	MATRÍCULAS 1º CICLO	%
1	30.461	9.120	29,93
2	73.747	18.880	25,60
3	43.483	21.468	49,37
4	18.509	7.335	39,62
5	8.599	1.159	13,47
6	5.220	1.186	22,72
7	12.833	4.018	31,30
8	26.467	8.402	31,74
9	3.568	737	20,65
10	4.226	946	22,38
11	3.717	776	20,87
12	10.003	2.945	29,44
13	9.644	2.576	26,71

FONTES: Censo Escolar do Brasil -1964.
Ensino Médio por Municípios do SEEC-1964/65.

ENSINO MÉDIO - 2º CICLO

Continuação necessária do 1º ciclo, a primeira observação importante seria o número de alunos formados no nível anterior e sua comparação com o número dos matriculados no 2º ciclo.

Assim, verificamos que, se é verdade que uma grande parte dos pais prefere destinar seus filhos para o curso secundário no 1º ciclo médio, concentrando-se neste ramo a quase totalidade das matrículas, a frequência dos mesmos no nível do 2º ciclo é bastante inferior.

Registra-se um aumento considerável dos cursos comerciais, principalmente na zona de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo.

O grande canalizador da clientela ao nível do 2º ciclo médio, porém, é efetivamente o curso normal - destinado à formação de professores primários.

Segundo o Levantamento Sócio-Econômico e o SEEC, apenas 10 municípios, dentre os 63 que formam o Estado do Rio, não possuem o seu curso normal. Fontes informais nos comunicaram a existência de escolas ou cursos normais em alguns destes municípios; - não corrigimos a listagem posterior, no entanto, por nos faltarem dados comprobatórios.

Utilizando como medida de produtividade numa primeira abordagem a relação professor-aluno nos cursos do 2º ciclo, teremos que apenas os cursos normais apresentam uma relação que poderia conduzir a um bom rendimento dos corpos discente e docente no 2º ciclo. Mesmo assim, em alguns municípios e zonas as relações são bem baixas.

Os cursos industriais são muito poucos e o número de matrículas é baixíssimo. Por exemplo, a zona que compreende Duque de Caxias, Itaguaí, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, zona com alto índice de urbanização, densidade demográfica bastante elevada e cuja ocupação fundamental é a indústria - acrescida do fato de estar situada em local onde se faz sentir forte a influência do Estado da Guanabara - apresenta apenas 2 cursos industriais de 2º ciclo com 45 matrículas registradas em 1964, enquanto que possui 8 cursos comerciais com 584 matriculados no mesmo ano.

Os cursos agrícolas de 2º ciclo, três para o total do Estado, como já nos referimos ao analisar o 1º ciclo médio, apresentavam, em 1964, 331 alunos matriculados e formavam neste mesmo a

no 63 técnicos - para o total de um Estado com vastas zonas agrícolas, a exemplo da de Campos e a quase totalidade dos municípios situados a nordeste do Estado.

Esta situação nos mostra que, dos jovens destinados inicialmente ao ensino tradicional, cursando o secundário, grande parcela encontra uma maior especialização ao nível do 2º ciclo, quando se orienta preferencialmente para os cursos normais e comerciais no Estado do Rio.

Seria este mais um argumento a favor do ginásio orientado para o trabalho, desde que se introduzisse, no currículo deste, motivações suficientes que causassem uma mudança na destinação dos jovens ao ingressarem no 2º ciclo médio, enfatizando a necessidade da formação de técnicos industriais e agrícolas para o desenvolvimento tanto do Estado, como regional e nacional.

Recomendações para o 2º ciclo médio:

1. Poderia ser diferenciado em 3 tipos:
 - a) orientação para o ensino superior - constante de 2 anos e mais um propedêutico, a fim de eliminar a defasagem existente entre o nível médio e superior - e, por conseguinte, os "cursinhos" e vestibulares - no menor espaço de tempo possível;
 - b) orientação profissional - visando a formação de técnicos de nível médio em 3 anos para os setores da economia. Seriam os cursos industriais, agrícolas e comerciais; nesta subdivisão se engloba ainda as normalistas, formadas pelos cursos normais;
 - c) orientação para a formação da mão-de-obra qualificada e semi-qualificada.

ENSINO SECUNDÁRIO

1. Deverá ser centrado principalmente nas zonas urbanas que ofereçam condições para tanto.
2. Os currículos deverão atender às necessidades de desenvolvimento regional.
3. A última série, propedêutica, visará fornecer os conhecimentos necessários para que se evite a transição brusca para o ensino superior.

ENSINO INDUSTRIAL

1. Verificação da localização das escolas aonde possam ter melhor rendimento em termos da formação da mão-de-obra técnica de nível médio em relação ao mercado de trabalho.
2. Expansão, através de crescentes estímulos, para atender às necessidades de setores de produção em crescimento.
3. O ensino industrial deverá evitar a especialização excessiva, devido ao constante progresso tecnológico, para permitir a readaptação dos alunos às novas técnicas.
4. O treinamento industrial paralelo à formação teórica permitirá a complementação da formação do técnico de nível médio.

ENSINO AGRÍCOLA

1. Melhor aproveitamento da capacidade das escolas.
2. Verificação da produtividade do estabelecimento em relação às necessidades de mão-de-obra da área em que se encontra.
3. Evitar a especialização excessiva.
4. Estágios de treinamento práticos.

Os municípios que mais solicitaram a instalação de cursos e escolas técnicas são os de economia prioritariamente agrícola, a saber: São Pedro d'Aldeia, São Sebastião do Alto, Vassouras, Itaocara, Miracema, Cordeiro, Duas Barras, Carmo, Sumidouro, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Mendes, Laje do Muriaé, Porciúncula e Natividade do Carangola.

ENSINO COMERCIAL

1. Sugere-se o levantamento dos estabelecimentos dêste tipo no Estado.
2. Os currículos deverão ser reestruturados, visando o atendimento das necessidades do setor terciário.
3. Verificação da localização dos estabelecimentos e ampliação do número dos mesmos nas áreas em que se fizerem necessários, para o atendimento do mercado de trabalho.

ENSINO NORMAL

1. Deve-se sustar a ampliação do número de escolas normais e promover sua melhoria qualitativa.
2. Reformulação curricular, notadamente no que diz respeito ao conhecimento dos problemas da Região e do Estado.
3. Estágios práticos para as normalistas nas férias - podem ser utilizadas para a recuperação dos repetentes.

4. Melhor aproveitamento do contingente de diplomadas. Para tanto:
 - a) concursos municipais que possibilitem uma melhor distribuição do contingente de diplomadas;
 - b) cursos de aperfeiçoamento e supervisão.
5. Verificação do número de normalistas formadas por escola por ano e necessidades anuais para o ensino primário no Estado.
6. Verificação do número de normalistas que não exercem a carreira, bem como os motivos.

CURSOS DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

(população na faixa etária correspondente ao nível médio, porém de currículos de nível primário).

1. Ampliação dos cursos tipo SENAI/SENAC, visando a integração imediata da mão-de-obra no mercado de trabalho.
2. Verificação das necessidades de mão-de-obra por setor em cada município do Estado para a formulação dos cursos.

Municípios que não possuem curso normal: 10 em 63:

Engº Paulo de Frontin	Mendes
Sapucaia	Rio Claro
Rio das Flôres	São João da Barra
São Pedro d'Aldeia	São Sebastião do Alto
Saquarema	Silva Jardim

Municípios que possuem curso industrial-2º ciclo: 4 em 63:

Duque de Caxias	Itaguaí
Niterói	Volta Redonda

Municípios que possuem curso agrícola-2º ciclo: 3 em 63:

Itaguaí	Pirai
Campos	

Municípios que não possuem curso: secundário-2º ciclo: 42 em 63: comercial-2º ciclo: 24 em 63:

São João da Barra	Conceição de Macabu
Magé	Araruama
São Pedro d'Aldeia	Saquarema
Maricá	Cachoeiras de Macacu
Casimiro de Abreu	Silva Jardim
Rio das Flôres	Engº Paulo de Frontin
Pirai	Paracambi
Rio Claro	Bom Jardim
Cordeiro	Santa Maria Madalena
Trajano de Moraes	São Sebastião do Alto
Duas Barras	Sumidouro
Miracema	Laje do Muriaé

Além dos listados acima não possuem também curso secundário de 2º ciclo os municípios de: (42 em 63):

São João de Meriti
Itaboraí
Teresópolis
Rio Bonito
Miguel Pereira
Paraíba do Sul
Bon Jesus do Itabapoana
Natividade do Carangola
Porciúncula

Mendes
Mangaratiba
Parati
Cantagalo
Carmo
Sapucaia
Cambuci
Itaocara
São Fidelis

FONTE: Ensino Médio por Município - 64/65 - SEEC-MEC.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO Nº 1: POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO- Características Gerais e índice de escolarização por município e zonas geo-
-econômicas:

DADOS REL. À POPULAÇ. ZONAS E MUNICÍPIOS	DADOS POPULACIONAIS				POP. NA FAI XA ETÁRIA DE 7 / 10 ANOS	POP. ESCO- LARIZADA DE 7 / 10 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARI- ZAÇÃO	POP. NA FAI XA ETÁRIA DE 11 / 14 ANOS	POP. ESCO- LARIZADA DE 11 / 14 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARI- ZAÇÃO
	POP. TOTAL	POP. URBANA	ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO	DENS. DE- MOGRÁFICA						
1. Campos	339.544	153.309	45	76	34.049	26.709	78,44	27.981	21.859	78,12
Macaé	68.311	27.427	40	34	7.060	4.763	67,45	5.904	4.154	70,35
S. João Barra	63.699	9.991	15	3.884	7.280	4.691	64,43	5.695	3.481	61,12
Con. Macabu	11.303	4.386	39	36	1.195	904	75,64	1.272	967	76,02
T O T A I	482.857	195.113	40,40	57 h/km²	49.584	37.067	74,75	40.852	30.461	74,56
2. D. Caxias	283.002	204.807	72	640	27.058	19.654	72,63	19.987	15.480	77
Itaguaí	39.980	6.961	17	62	4.485	3.175	70,79	3.690	2.715	74
Magé	67.626	34.485	51	94	8.680	5.827	67,13	8.047	6.002	75
Nilópolis	112.162	112.162	100	11.216	11.056	9.833	88,93	8.784	7.851	89
N. Iguaçu	417.459	299.146	72	536	45.485	32.892	72,31	35.511	27.277	77
S. J. Meriti	222.729	222.729	100	6.551	22.152	18.179	82,06	17.256	14.422	84
T O T A I	1.142.958	880.290	77,01	436 h/km²	118.916	89.560	75,31	93.275	73.747	79,06
3. Itaboraí	48.485	10.978	23	92	5.515	3.676	66,65	4.652	3.012	65
Niterói	285.149	266.049	93	12.193	24.492	21.716	88,66	21.211	19.063	90
São Gonçalo	287.806	227.537	79	1.262	31.110	26.078	83,82	25.398	21.408	84
T O T A I	621.440	504.564	81,19	702 h/km²	61.117	51.470	84,21	51.261	43.483	84,82
4. N. Friburgo	81.485	64.648	79	81	7.520	6.113	81,28	6.785	5.623	83
Petrópolis	174.598	139.531	80	162	14.553	11.292	77,59	12.239	9.608	79
Teresópolis	60.775	34.571	57	71	6.051	4.287	70,84	4.956	3.278	66
T O T A I	316.858	239.750	75,66	107 h/km²	28.124	21.692	77,12	23.980	18.509	77,18

DADOS REL. À POPULAÇÃO ZONAS E MUNICÍPIOS	DADOS POPULACIONAIS				POP. NA FAIXA ETÁRIA DE 7 / 10 ANOS	POP. ESCOLARIZADA DE 7 / 10 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO	POP. NA FAIXA ETÁRIA DE 11 / 14 ANOS	POP. ESCOLARIZADA DE 11 / 14 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO
	POP. TOTAL	POP. URBANA	ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO	DENS. DE MOGRÁFIC.						
5. Araruama	35.899	6.871	19	56	3.764	2.539	67,45	2.733	2.024	74
Cabo Fric	31.877	23.409	73	63	3.657	2.637	72,10	2.958	2.324	79
S.P.d'Aldeia	22.531	4.049	18	70	2.527	2.041	80,76	1.886	1.377	73
Saquarema	23.076	3.644	16	68	2.561	1.699	66,34	1.981	1.424	72
Maricá	22.615	2.906	13	67	2.452	1.791	73,04	2.019	1.450	72
T O T A L	135.998	40.879	30,05	63 h/km²	14.961	10.707	71,56	11.577	8.599	74,27
6. Cach. Macacu	31.439	8.987	29	30	3.137	1.682	53,61	2.512	1.323	53
Cas. Abreu	15.244	3.695	24	22	1.385	879	63,46	1.170	768	66
Rio Bonito	32.170	14.685	46	70	3.235	2.397	74,09	2.880	2.168	75
Silva Jardim	17.687	2.740	15	18	1.894	1.236	65,25	1.570	961	61
T O T A L	96.540	30.107	31,18	30 h/km²	9.651	6.194	64,17	8.132	5.220	64,19
7. M. Pereira	17.387	6.741	39	75	1.413	1.083	76,64	1.171	914	78
P. do Sul	29.632	13.058	44	47	2.901	2.136	73,62	2.383	1.710	72
P. das Flores	9.569	2.084	22	21	889	585	65,80	892	577	65
Três Rios	51.769	30.800	59	99	5.516	4.269	77,39	4.655	3.593	77
Valença	49.687	27.511	55	38	4.787	3.555	74,26	4.363	3.361	77
Vassouras	47.425	12.221	26	50	4.691	3.394	72,35	3.689	2.678	73
T O T A L	188.082	85.674	45,55	46 h/km²	20.197	15.022	74,37	17.153	12.833	74,81
8. B. Pirai	52.701	37.576	71	81	5.610	4.648	82,85	4.567	3.777	83
B. Mansa	74.130	59.868	81	87	7.764	6.006	77,35	5.923	4.888	83
Paulo Front.	13.870	6.049	44	94	1.279	992	77,56	1.075	857	80
Mendes	15.268	8.186	54	198	1.580	1.157	73,22	1.324	1.012	76
Pirai	26.776	9.751	36	44	2.644	1.861	70,38	2.291	1.652	72
* Paracambi	18.135	8.415	46	s/d	1.839	1.453	79,01	1.476	1.140	77
Resende	56.686	34.463	61	40	6.238	4.448	71,30	5.063	3.614	71
Rio Claro	17.696	4.215	24	20	1.500	794	52,93	1.111	660	59
Volta Redon.	103.086	97.548	95	614	12.788	10.667	83,41	9.979	8.867	89
T O T A L	378.368	266.071	70,32	79 h/km²	41.242	32.026	77,65	32.809	26.467	80,66

DADOS REI.A POPULAÇ. ZONAS E MUNICIPI.	DADOS POPULACIONAIS				POP.NA FAI XA ETÁRIA DE 7/10 ANOS	POP.ESCO- LARIZADA DE 7/10 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARI- ZAÇÃO	POP.NA FAI XA ETÁRIA DE 11/14 ANOS	POP.ESCO- LARIZADA DE 11/14 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARI- ZAÇÃO
	POP. TOTAL	POP. URBANA	ÍNDICE DE URBANIZAÇ.	DENS.DE- MOGRÁF.						
9. A.dcs Reis Mangaratiba Parati	33.424 14.701 14.039	15.542 6.278 7.293	46 42 52	41 51 15	3.306 1.478 1.343	2.263 990 887	68,45 66,98 65,04	2.733 1.244 1.001	2.024 824 720	74 66 72
T O T A L	62.164	29.113	46,83	30 h/km ²	6.127	4.140	67,56	4.978	3.568	71,67
10. B.Jardim Cordeiro S.ªMadalena T.ªle Moraes S.ªSeb. Altº	21.772 11.671 17.139 18.379 13.653	2.944 7.093 2.906 2.740 1.452	14 61 17 21 11	42 54 20 30 39	2.073 1.168 1.573 1.651 1.297	1.206 868 847 1.004 906	58,17 74,31 53,84 60,81 69,85	1.925 1.007 1.336 1.460 924	1.208 783 710 896 629	63 78 53 61 68
T O T A L	82.614	17.135	20,74	32 h/km ²	7.762	4.831	62,23	6.652	4.226	63,82
11. Cantagalo Carmo Duas Barras Sapucaia Sunidouro	20.170 13.509 11.671 19.133 12.375	5.672 3.380 7.093 6.918 1.224	28 25 61 36 10	25 38 54 40 35	2.023 1.381 1.093 2.071 1.200	1.203 920 639 1.080 655	59,46 66,61 58,46 52,14 54,58	1.642 932 1.012 1.538 1.092	1.036 700 566 869 546	63 75 56 57 50
T O T A L	76.858	24.287	31,59	33 h/km ²	7.768	4.497	57,89	6.216	3.717	59,79
12. Cambuci Itaocara Miracema S.ªAnt. Pádua São Fidelis	35.992 25.915 24.615 37.509 44.974	8.049 4.917 2.906 10.773 11.000	22 19 13 29 24	45 59 67 49 44	3.332 2.550 2.540 3.829 4.103	2.118 1.874 1.989 2.871 2.748	63,56 73,49 78,30 74,98 66,97	2.935 2.183 2.148 3.365 3.732	1.896 1.525 1.651 2.400 2.531	65 70 77 71 68
T O T A L	169.005	37.645	22,27	50 h/km ²	16.354	11.600	70,93	14.363	10.003	69,64

DADOS REL.À POPUIAÇ. ZONAS E MUNICÍP.	DADOS POPULACIONAIS				POP.NA FAI XA ETÁRIA DE 7/10 ANOS	POP.ESCO- LARIZADA DE 7/10 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARI- ZAÇÃO	POP.NA FAI XA ETÁRIA DE 11/14 ANOS	POP.ESCO- LARIZADA DE 11/14 ANOS	ÍNDICE DE ESCOLARI- ZAÇÃO
	POP. TOTAL	POP. URBANA	ÍNDICE DE URBANIZAÇ.	DENS.DE- MOGRÁFIC.						
13.B.J.Itabap.	44.565	10.839	24	76	3.816	2.670	69,96	3.300	2.314	70
Itaperuna	74.948	24.199	32	53	6.881	4.649	67,56	5.826	4.140	71
Nat.Carango.	28.761	6.465	22	47	2.610	1.775	68,00	2.253	1.576	70
Porciúncula	17.772	6.408	36	65	2.208	1.574	71,28	1.373	973	71
☒ Lage Muriaé	15.813	2.269	14	s/d	1.011	702	69,43	945	641	68
T O T A I	181.859	50.180	27,59	62 h/km ²	16.526	11.370	68,80	13.697	9.644	70,40
TOTAL DO ESTADO	3.952.214	2.413.250	61,06	93 h/km ²	398.329	300.176	75,35	324.945	250.477	77,08

FONTES: População total e população urbana: Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro-COMPLAN 1966.
População escolarizável e escolarizada p/faixa etária: Censo Escolar do Brasil - 1964.

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MOBILIDADE ESCOLAR E OPORTUNIDADES DE ENSINO

QUADRO Nº 2

ZONAS E MUNICÍPIOS	MATRÍCULAS EFETIVAS (64)				CONCLUSÕES DE CURSO (64)				CORPO DOCENTE (64)				Nº DE CURSOS (65)														
	1º CICLO		2º CICLO		1º CICLO		2º CICLO		1º CICLO		2º CICLO		1º CICLO		2º CICLO												
	SE	IND	COM	AGR	SE	IND	COM	AGR	SE	IND	COM	AGR	SE	IND	COM	AGR											
Miguel Pereira	337	-	-	-	-	-	-	77	25	-	-	-	-	-	-	27	27	-	-	-	-	-	6	2	-	-	-
Paraíba do Sul	469	-	-	-	-	64	-	113	54	-	-	-	-	15	-	28	23	-	-	-	-	7	-	12	2	-	-
Rio das Flores	73	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Três Rios	126	-	-	46	-	110	-	211	182	-	-	-	-	36	-	73	61	-	-	8	-	19	-	19	5	-	1
Valença	1022	-	158	-	110	-	74	-	254	157	-	15	-	25	-	21	77	-	9	-	8	-	12	-	25	6	1
Vassouras	698	-	-	20	-	70	-	127	99	-	-	-	-	24	-	32	63	-	-	8	-	14	-	14	7	-	1
T O T A L	3860	-	158	-	176	-	318	-	782	529	-	15	-	25	-	96	-	243	262	-	9	-	24	-	52	-	70
B.do Pirai	931	-	100	-	65	-	107	-	368	152	-	28	-	12	-	37	-	113	54	-	7	-	11	-	12	-	24
B.Mansa	504	-	-	-	35	-	93	-	287	251	-	-	-	8	-	12	-	60	110	-	-	-	14	-	12	-	26
P.Frontin	114	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Mendes	218	-	150	-	-	-	38	-	31	-	30	-	-	6	-	20	-	12	-	-	-	13	-	-	2	-	1
Pirai	516	-	-	179	-	-	-	121	34	56	-	-	28	-	-	3	-	30	-	16	-	-	-	12	5	2	-
Paracambi	87	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Resende	923	-	210	-	103	-	95	-	142	127	-	32	-	30	-	18	-	41	45	-	16	-	7	-	12	-	13
Rio Claro	38	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Volta Redonda	3022	410	-	-	465	115	190	-	399	345	46	-	-	149	26	83	-	60	127	26	-	41	41	27	-	26	8
T O T A L	7334	104	60	179	665	115	523	121	1230	1001	46	90	28	199	26	156	32	74	409	26	35	16	73	41	76	12	94
A.dos Reis	258	-	-	-	245	-	24	-	33	29	-	-	72	-	9	-	13	8	-	-	-	23	-	7	-	6	1
Mangaratiba	216	126	30	-	-	-	33	-	51	39	26	-	-	-	11	-	24	7	6	13	-	-	-	5	-	1	1
Parati	107	-	-	-	-	-	9	-	24	26	-	-	-	-	-	9	7	-	-	-	-	-	-	5	-	1	-
T O T A L	581	126	30	-	245	-	66	-	108	94	26	-	72	-	20	-	46	22	6	13	-	23	-	17	-	16	3
Bom Jardim	198	-	-	-	-	-	-	-	63	33	-	-	-	-	-	19	7	-	-	-	-	-	-	-	-	12	1
Cordeiro	344	-	-	-	-	-	-	-	84	62	-	-	-	-	-	23	18	-	-	-	-	-	-	-	7	2	-
S.MªMadalena	180	-	-	-	-	11	-	-	62	37	-	-	-	11	-	24	9	-	-	-	-	-	-	9	-	13	1
Traj.de Morais	157	-	-	-	-	-	-	-	37	21	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	9	1	-
S.Sebast.Alto	67	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
T O T A L	946	-	-	-	-	11	-	-	246	156	-	-	-	11	-	66	68	-	-	-	-	-	-	6	-	41	7

ZONAS E MUNICÍPIOS	MATRÍCULAS EFETIVAS (64)					CONCLUSÕES DE CURSO (64)					CORPO DOCENTE (64)					Nº DE CURSOS (65)																								
	1º CICLO		2º CICLO			1º CICLO		2º CICLO			1º CICLO		2º CICLO			1º CICLO		2º CICLO																						
	SEC	IND	COM	AGR	RS	SEC	IND	COM	AGR	RS	SEC	IND	COM	AGR	RS	SEC	IND	COM	AGR	RS	SEC	IND	COM	AGR	RS	SEC	IND	COM	AGR	RS										
Cantagalo	235	-	-	-	-	62	-	84	42	-	-	-	-	-	-	21	-	26	12	-	-	-	-	-	-	9	-	13	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Carmo	175	-	-	-	-	19	-	38	28	-	-	-	-	-	-	10	-	11	12	-	-	-	-	-	-	6	-	9	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Duas Barras	68	-	-	-	-	-	-	19	11	-	-	-	-	-	-	-	-	5	9	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapucaia	208	-	-	-	-	16	-	39	56	-	-	-	-	-	-	9	-	13	13	-	-	-	-	-	-	5	-	6	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Sumidouro	90	-	-	-	-	-	-	44	17	-	-	-	-	-	-	-	-	15	10	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	776	-	-	-	-	97	-	224	154	-	-	-	-	-	-	40	-	70	53	-	-	-	-	-	-	20	-	47	6	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Cambuci	422	-	-	-	-	38	-	118	64	-	-	-	-	-	-	18	-	27	28	-	-	-	-	-	-	7	-	9	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Itacara	566	-	-	-	-	38	-	182	80	-	-	-	-	-	-	-	-	50	30	-	-	-	-	-	-	5	-	15	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Miracema	537	-	-	-	24	30	-	201	83	-	-	-	-	9	13	-	45	29	-	-	-	-	7	12	-	21	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-		
SªAnt. de Pádua	826	-	-	-	57	97	-	208	121	-	-	-	-	16	30	-	51	35	-	-	-	-	9	8	-	20	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
São Fidélis	594	-	-	-	-	30	-	159	68	-	-	-	-	-	10	-	31	33	-	-	-	-	-	11	-	24	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
TOTAL	295	-	-	-	81	233	-	869	416	-	-	-	-	25	71	-	184	155	-	-	-	-	16	43	-	89	16	-	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-		
B.J. Itabapicena	574	-	-	-	-	92	-	238	128	-	-	-	-	-	30	-	59	41	-	-	-	-	-	25	-	30	3	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-		
Itaperuna	1421	-	-	-	87	106	-	404	264	-	-	-	-	13	30	-	117	70	-	-	-	-	13	8	-	17	3	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-		
Nat. Carangolá	337	-	-	-	-	67	-	121	61	-	-	-	-	-	14	-	34	25	-	-	-	-	-	6	-	7	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
Porciúncula	177	-	-	-	-	41	-	68	38	-	-	-	-	-	13	-	17	12	-	-	-	-	-	12	-	12	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
Lagoa Muriaé	167	-	-	-	-	-	-	73	23	-	-	-	-	-	-	-	21	10	-	-	-	-	-	-	-	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL	576	-	-	-	87	306	-	904	514	-	-	-	-	13	87	-	248	187	-	-	-	-	13	51	-	76	10	-	-	-	-	2	-	5	-	-	-	-		

FONTE: Ensino Médio por Município - SEEC-MEC - 64/65.

4.3. - FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADAINTRODUÇÃO

Preliminarmente, para que se trate de Educação Técnica ou Profissional é necessário que se traga alguns conceitos da distribuição em Categorias ou níveis profissionais como aparecem dentro das estruturas industriais modernas. A presente conceituação e classificação obedece a um critério puramente didático.

A estrutura do pessoal na empresa é quase sempre piramidal, assim sendo para sua representação poderíamos ter o seguinte quadro:



Direção Superior: São os profissionais de t^opo da indústria. A êle estão afetos os encargos de organização, gestão e contrôle das empresas.

Engenharia: São os profissionais de nível superior formados nas Escolas de Engenharia e tradicionalmente conhecidos.

Técnico Industrial: Intermediário entre os profissionais de nível superior (engenharia) e os Superiores (Mestres, Contra-Mestres, etc.); auxiliar direto de direção superior. Formação escolar de 2^o ciclo (curso Técnico Industrial). Sólida base científica e tecnológica e suficiente capacidade de execução. Domínio experimental dos processos tecnológicos. Sua afinidade com os engenheiros exige formação de tipo semelhante embora de nível médio.

São exemplos os técnicos industriais de Máquinas e Motores, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Química, Estradas, etc.

Auxiliar Técnico: Auxiliar da direção intermediária ou de execução, em campo muito limitado de trabalho. Formação escolar normalmente de 1^o ciclo. Preparação especializa

da teórico-prática de curta duração.

São exemplos os Desenhistas, Contraladores de Qualidade, Cronometrista, Laboratorista, etc.

Supervisores: São os profissionais que respondem pela execução correta da programação traçada pela direção. Ocupam, simultaneamente, a posição de líder dos operários e intérprete, junto aos mesmos, dos pensamentos e das decisões da direção.

O bom desempenho de suas funções requer personalidade favorável e qualidades de liderança. Treinamento profissional abrangendo desenvolvimento da personalidade, organização de trabalho e técnica de supervisão.

São exemplos os vários mestres, contra-mestres, encarregados, supervisores etc.

Operário Qualificado: É o profissional que executa todas as operações de um ofício. Possui aptidões psico-motoras e mentais, e conhecimentos tecnológicos da especialidade. O seu trabalho é variado e não sujeito ao automatismo. Sua formação profissional, realiza-se normalmente através de uma aprendizagem de duração relativamente longa.

São exemplos: Ajustador, Torneiro, Mecânico de Manutenção, Serralheiro, Soldador, Fresador, Eletricista Instalador, Carpinteiro, Estofador, etc.

Operário Semi-Qualificado: É o que executa operações simples e repetidas, exigindo sobretudo atenção e coordenação motora. O seu trabalho é sujeito ao automatismo. Sua instrução é normalmente primária. Sua preparação se faz através treinamento no próprio local de trabalho, em tempo relativamente curto, mediante adestramento de poucas operações e explicações tecnológicas elementares.

Alguns exemplos: Furador, Trefilador, Rebitador, Isolador, Bobinador, Tecelão, Laminador, etc.

Operário Braçal: Desempenha trabalhos de carga, descarga, transporte, armazenamento, limpeza, vigilância, utilizando ou não aparelhamentos mecânicos. Escolaridade primária. Necessita de adaptação ao trabalho (economia de movimentos, material e energia), formação de atitudes e consciência de responsabilidade.

O exemplo mais comum é o Servente.

1.1 - SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA FLUMINENSE

(Comparativo e Composição da Mão-de-Obra)

Apresentamos preliminarmente para efeito de estudos os dados estatísticos sobre a indústria fluminense, referentes aos anos de 1960 e 1965, e o percentual de empregados por ano.

REGISTRO INDUSTRIAL

GRUPOS INDUSTRIAIS	1 9 6 0		1 9 6 5		% de aumento ou diminuição de Pessoal P/ Ano
	Nº estabelecimentos	Nº ocupadas	Nº de estabelecimentos	Nº de pessoas ocupadas	
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	162	2.332	180	1.821	- 5,6%
Indústria de transformação:					
Minerais não Metálicos	742	11.445	684	9.807	- 3,2%
Metalurgia	202	21.431	263	28.614	+ 6,6%
Mecânica	34	1.440	45	1.476	+ 0,4%
Material Elétrico e Material de Comunicações	19	821	26	978	+ 3,8%
Material de Transporte	45	7.539	37	14.286	+ 17%
Madeira	427	1.958	300	1.393	- 8%
Mobiliário	209	1.701	246	2.196	+ 5,8%
Papel e Papelão	27	2.957	39	3.984	+ 6,8%
Borracha	10	928	23	2.004	+ 23%
Couros, Peles e Produtos Similares	28	92	31	390	+ 65%
Química	82	7.897	85	11.207	+ 8,4%
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	29	812	41	1.995	+ 29%
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	38	522	38	614	+ 3,4%
Produtos de Matérias Plásticas	8	402	16	198	- 31%
Têxtil	102	22.356	95	19.240	- 3,2%
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	180	1.784	182	1.899	+ 1,2%
Produtos Alimentares	1.817	18.682	2.152	27.549	+ 9,6%
Bebidas	153	1.911	229	2.300	+ 4%
Fumo	2	68	4	74	+ 1,6%
Editorial e Gráfica	158	1.235	146	1.206	- 0,4%
Diversas	60	1.165	83	1.276	+ 1,9%
T O T A I S	4.534	109.478	4.945	134.507	+ 4,5%

DADOS DE 1960 - FONTE IBGE

DADOS DE 1965 - FONTE IBGE - PROCESSADOS PELO LEVANTAMENTO SOCIO-ECONÔMICO E CODERJ.

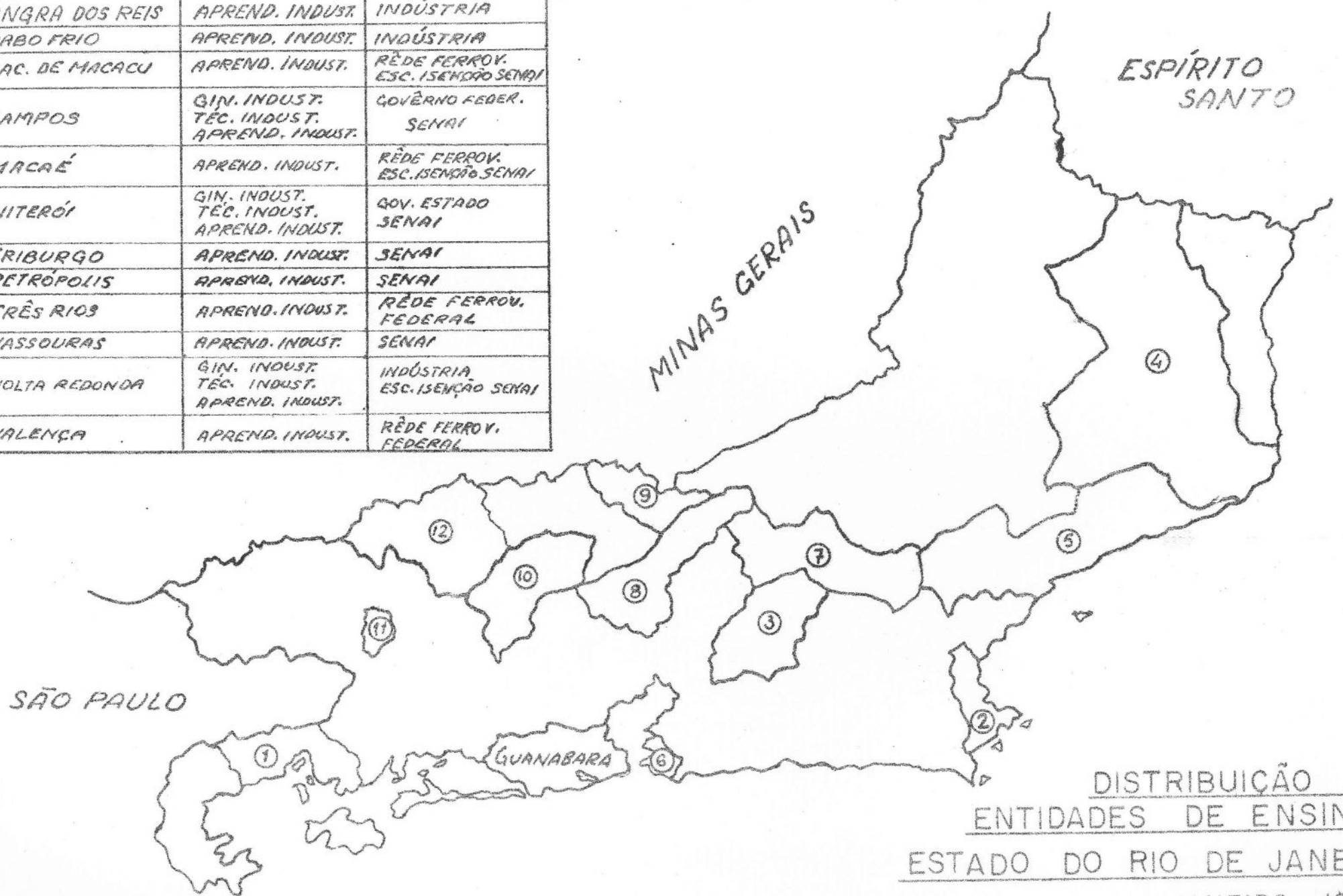
A dificuldade de dados estatísticos é uma tônica em todos os setores brasileiros. Encontramos por vezes discordâncias de números, como, por exemplo, o número total de pessoas ocupadas no Estado, publicado em recente trabalho, que tem como fonte o Departamento de Arrecadação e Fiscalização do IAPI e que no ano de 1963 apresenta 164.572 pessoas empregadas na indústria. Deve-se considerar ainda, que os números constantes dos Registros Industriais não arrolam os empregados em empresas de construção civil e produtoras de energia elétrica bem como as obras públicas executadas diretamente por órgãos governamentais; êste motivo talvez compense aquêle desencontro de números.

O número do pessoal na indústria tem grande importância, inclusive porque salienta bem a pujança industrial do Estado que ocupa a 5ª parcela nacional em pessoal empregado neste setor. Também em termos de educação técnica a sua importância é relevante, pois a grandeza industrial é que ditará os maiores e ou menores produtos na preparação técnica. A educação técnica deve ser o mais possível imediatista, dirigida sempre no sentido de suprir e abastecer com recursos humanos, as necessidades da indústria.

Pesquisas especializadas, levantamentos estatísticos fiéis e outros estudos, devem ser procedidos com o fim de fornecer aos educadores, elementos seguros de demanda e composição da mão-de-obra, que orientarão as suas atividades.

Infelizmente, no Estado, como em outros, não se processaram pesquisas com êstes objetivos.

	CIDADES	ATIVIDADES	ENTIDADES
①	ANGRA DOS REIS	APREND. INDUST.	INDÚSTRIA
②	CABO FRIO	APREND. INDUST.	INDÚSTRIA
③	CAC. DE MACACU	APREND. INDUST.	RÊDE FERROV. ESC. ISENÇÃO SENAI
④	CAMPOS	GIN. INDUST. TEC. INDUST. APREND. INDUST.	GOV. FEDER. SENAI
⑤	MACAÉ	APREND. INDUST.	RÊDE FERROV. ESC. ISENÇÃO SENAI
⑥	NITERÓI	GIN. INDUST. TEC. INDUST. APREND. INDUST.	GOV. ESTADO SENAI
⑦	FRIBURGO	APREND. INDUST.	SENAI
⑧	PETROPOLIS	APREND. INDUST.	SENAI
⑨	TRÊS RIOS	APREND. INDUST.	RÊDE FERROV. FEDERAL
⑩	VASSOURAS	APREND. INDUST.	SENAI
⑪	VOLTA REDONDA	GIN. INDUST. TEC. INDUST. APREND. INDUST.	INDÚSTRIA ESC. ISENÇÃO SENAI
⑫	VALENÇA	APREND. INDUST.	RÊDE FERROV. FEDERAL



DISTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES DE ENSINO N
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JANEIRO - 1967

1.2. - SITUAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dados Estatísticos do Ensino Técnico Fluminense

A - Números totais em 1965

Número de escolas - 15

Número de matrículas - 2.381

Número de conclusões - 496

Cursos de aprendizagens:

	Matrículas	conclusão
1) Ajustador	587	119
2) Torneiro mecânico	196	78
3) Ajustador torneiro mecânico .	96	-
4) Mecânico de automóveis	209	59
5) Serralheiro	85	7
6) Caldereiro	75	-
7) Ferreiro	10	-
8) Caldereiro Ferreiro	78	-
9) Mecânico ferroviário	138	-
10) Operador mecânico ferroviário	17	-
11) Chapeador naval	69	11
12) Carpinteiro naval	40	10
13) Marceneiro	198	42
14) Fundidor	20	-
T O T A L	1.818	326

Cursos de formação de adultos:

	Matrículas	Conclusão
1) Ajustador	239	-
2) Torneiro	44	10
3) Mecânico de automóveis	18	7
4) Marceneiro	4	-
5) Eletro-mecânico	74	-
6) Fundidor	5	-
7) Soldador elétrico	13	11
8) Caldereiro	2	-
T O T A L	399	28

Cursos de especialização:

	Matrículas	Conclusão
1) Desenho de máquina	13	12
2) Eletricista enrolador	11	8
3) Construção naval	140	122
T O T A L	164	142

Obs: - Os dados referentes à Escola Técnica Industrial de Campos não foram computados por falta de informações precisas.

2. SITUAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO2.1. FORMAÇÃO DO TÉCNICO INDUSTRIAL

Para caracterizar bem a necessidade de formação deste profissional, alguns estudos foram feitos, sendo o mais interessante o que fornece o número de engenheiros para cada milhão de habitantes.

EE.UU.	12.450
RUSSIA	10.350
FRANÇA	9.630
CANADA	7.440
BRASIL	450

Aproximadamente

Outros estudos estatísticos efetuados assinalaram que: o número de Técnicos Industriais trabalhando na indústria brasileira é aproximadamente igual ao número de Engenheiros. Considerando-se que em outros países o número de técnicos por engenheiro oscila entre 3 a 5, os educadores vêm apontando para o atual estágio industrial brasileiro como razoável a proporção mínima de 2 técnicos para cada engenheiro.

A grande lacuna que apresenta a carência deste profissional no Estado do Rio, e o desconhecimento do seu emprêgo ou sua melhor utilização, tem motivado os mesmos efeitos observados em outros Estados, qual seja a utilização de engenheiros em função de técnico (o que é um desperdício de engenheiros, cujo número já é reconhecidamente escasso) ou de supervisores que são alçados à posição de técnico sem a devida preparação.

Até poucos anos atrás, somente na cidade de Volta Redonda funcionava um estabelecimento escolar que se

dedicava à preparação deste profissional. Atualmente, também em Niterói e Campos, estabelecimentos vêm iniciando esta formação.

Não há grande risco em acentuar que, os esforços desenvolvidos não são suficientes a promover o atendimento da demanda.

Desta forma sugere-se o incremento das atividades educacionais nesta área obedecendo ao seguinte critério:

- a) Transformação das unidades de ensino que anteriormente se dedicavam à formação de artífices em colégios Técnicos de Nível Médio, e criação de novas unidades.
- Reaparelhamento de oficinas, aquisição de equipamentos modernos e instalação de laboratórios para ensaios tecnológicos.
- b) Instalação de cursos, mediante pesquisa adequada do mercado de trabalho.
- c) Correto levantamento de necessidades da indústria.
- d) Escolha adequada do local ou região para sua implantação.

2.2. AUXILIAR TECNICO:

Recente estudo efetuado pelo SENAI - Fundação Getúlio Vargas e Ministério da Educação e Cultura revelou um número apreciável de profissionais desta categoria (cêrca de 32.000) trabalhando nas indústrias, o que corresponde a aproximadamente 1% do contingente total empregado, calculado em aproximadamente 3.000.000 em todo o Brasil.

Vem corroborar com tal constatação, a preocupação dos educadores em iniciar esforços nesta área, e o trabalho de determinadas emprêsas que, para suprirem seus quadros, vêm promovendo treinamentos internos para o atendimento de suas necessidades, se bem que de forma insuficiente.

O sistema de ensino industrial fluminense, até o presente, não vem se dedicando a um trabalho profundo de preparação, em regime escolar, destes profissionais. Considerando que estes profissionais gravitam em torno do profissional de nível superior ou técnico, a quem prestam assistência direta, a sua formação escolar sistemática

ca é fundamental para as atividades técnicas. Considerando que a sua utilização é, não somente na área industrial, mas também em áreas de serviços, urge que se instale ou se propicie às instituições mais relacionadas, um esquema eficaz de formação.

Sugere-se também a preparação deste profissional pelas entidades de preparação técnica profissional tradicionais, como as Escolas Técnicas e o Sistema de Aprendizagem, SENAI e também a Universidade Federal Fluminense, através do seu Colégio Universitário em estreita coordenação com as escolas de nível superior.

Concluimos por recomendar este esquema, pois as Faculdades possuem instalações, equipamentos e pessoal docente adequados ao bom desenvolvimento do ensino nesta área.

Apresentamos alguns exemplos de auxiliares técnicos e suas vinculações ou relacionamento com as profissões de nível superior para melhor compreensão do esquema proposto.

	(Cronometrista
	(Controlador de Qualidade
ENGENHARIA	(Desenhistas (Mecânico, Instalações Elétricas, Instalações Hidráulicas, etc.)
	(Topógrafo
	(Almoxarife
MEDICINA	(Laboratorista Análises
ODONTOLOGIA	(Protético
ECONOMIA	(Calculador de Custo

e outros mais

2.3. SUPERVISORES:

A Supervisão, de modo geral, corresponde a uma promoção na linha do trabalho. Habitualmente, as funções de supervisão são alcançadas por razões de confiança e qualificação profissional. Como a responsabilidade da produção é um dos encargos da supervisão, o supervisor desempenha papel preponderante na estrutura da empresa. A preparação dos profissionais deste nível não é feita em nosso Estado, por qualquer sistema de ensino. O que normalmente ocorre, é o aperfeiçoamento do pessoal já engajado.

jado na categoria, através de cursos de curta duração de treinamento onde são fornecidos temas de desenvolvimento da personalidade, organização do trabalho e técnica de supervisão. Deve-se acentuar, os bons trabalhos que realizam nesta área o SENAI e algumas grandes empresas.

Conclui-se pois que, seria de grande alcance que os estabelecimentos de ensino pudessem proporcionar cursos de preparação à supervisão.

Os currículos destes cursos compreenderiam além das áreas acima assinaladas que seriam tratadas com maior profundidade, também matérias técnicas específicas a cada especialidade, em regime de extensão como por exemplo: prática profissional, organização de oficina, tecnologia, desenho, etc.

Os candidatos a tais cursos deveriam trazer:

- a) Formação profissional, adquirida preferencialmente em cursos de aprendizagem ou artífices.
- b) Tempo de aplicação do exercício da profissão na indústria, mínimo de 3 anos.

2.4. OPERARIO QUALIFICADO

É uma das categorias profissionais de maior importância na produção industrial. A sua atuação tem profundas repercussões nos índices de produtividade das empresas.

Sua formação é efetuada através da aprendizagem, que pode ocorrer em regime escolar ou no próprio local de trabalho. A responsabilidade deste sistema de ensino está predominantemente afeta ao serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI que desenvolve um trabalho de melhor qualidade, reconhecido até internacionalmente.

A manutenção do SENAI, decorre da contribuição de 1% sobre as folhas de salários das empresas que é da responsabilidade do empregador. Constata-se no Estado, como em outros, a impossibilidade de uma maior ampliação da rede de ensino do SENAI, pois, os recursos de sua manutenção não cresceram na ordem esperada, estando a sua atual receita bastante comprometida na manutenção da rede existente.

Como solução para o SENAI, entende-se, atualmente, que somente com a elevação do percentual de arrecadação é que se poderá ampliar o sistema e proporcionar o su

ficiente atendimento de necessidades, sem prejuízo da qualidade atual do ensino.

Propõe-se a seguir um estudo, de caráter puramente teórico, do que seriam em projeção estatística as necessidades da mão-de-obra no Estado para o ano de 1967.

O critério de avaliação de necessidades obedecerá estritamente às diretrizes propostas pelo Prof. Italo Bologna, atual Diretor Nacional do SENAI, em seu opúsculo "Demanda de Mão-de-Obra Especializada no atual surto industrial brasileiro", de onde também foram extraídos grandes subsídios ao presente trabalho.

"A incorporação anual de novos contingentes de mão-de-obra tem por fim atender a duas cotas: uma de Reposição (substitui os que abandonam o trabalho por morte, invalidez, tempo de serviço ou velhice) outra de Crescimento (atende à expansão das atividades produtoras).

Taxa de Incorporação (TI) = Taxa de Reposição (TR) + Taxa de Crescimento (TC).

Taxa de Reposição - seu cálculo depende de composição da população ativa (14 a 65 anos) e se baseia nas tabelas de mortalidade, invalidez e aposentadorias por idade e tempo de serviço.

TR = Taxa de mortalidade + taxa de invalidez + taxa de aposentadoria. Critério simplificado (Segundo Roberto Mange): admitida uma vida média profissional de 30 anos, as baixas anuais somam 1/30 do pessoal existente, donde:

TR = 3,3 ao ano.

Taxa de Crescimento - é função do ritmo de desenvolvimento de cada setor industrial, dos equipamentos e da tecnologia empregada.

Em rigor, as taxas de crescimento são específicas para cada espécie de mão-de-obra e cada período de tempo. Todavia, estatísticas globais fornecem indicações sobre ampliação dos quadros em conjunto."

Como exemplo, reportando-nos ao quadro do registro industrial, onde observamos um crescimento conjunto por ano da ordem de 4,5%.

Por inexistência de pesquisas especializadas não se conhece os percentuais de composição da mão-de-obra no Estado, avultando dentre eles o de operários qualificados para cada grupo industrial.

Traremos para o nosso estudo os índices de operários qualificados por grupo industrial, obtidos nas pesquisas do Departamento Regional do SENAI de São Paulo, índices estes que acreditamos sofrerem majoração em nosso Estado, pois o "status" industrial paulista, mais avançado, em confronto com o fluminense, bem

como a variação de atividades industriais, impõem em sua estrutura de pessoal menor utilização de operários qualificados e maior de semi-qualificados.

Assim teríamos o seguinte demonstrativo de avaliação de demanda de operários qualificados no Estado do Rio de Janeiro:

GRUPOS INDUSTRIAIS	PESSOAL OCUPADO		Taxa Cresc. p/ano	Taxa Reposição	Taxa Incorporação	%Operários Qualif.	Demanda total qualif.
	1960	1965					
Metalúrg.,--Mecânico--Mat. Elétr.e Comun.Material Transporte	31.231	45.354	9%	3%	12%	27%	1.459
Madeira e Mobiliário	3.659	3.589	0%	3%	3%	28%	13
Têxtil e Art.Borracha	23.284	21.244	0%	3%	3%	7%	44
Químicas--Farm.Medic. Perfum.Mat.Plásticos	9.633	14.014	0%	3%	12%	10%	168
Alimentícias	18.682	27.549	9%	3%	12%	13%	291
Editorial e gráfica	1.235	1.206	0%	3%	3%	37%	13
Diversos	21.754	21.551	1%	3%	4%	19%	163
T O T A I S	109.478	134.507					2.151

FONTES: IBGE - LSE e CODERJ.

Média Brasileira Percentual de Operários Qualificados.

A estimativa de operários qualificados seria de aproximadamente 2.151 que seriam absorvidos pelas indústrias fluminenses no ano de 1967.

Considerando que os resultados obtidos em média por ano, por toda rede de ensino nesta área, não ultrapassa a 600 conclusões de cursos.

É importante, porém, acentuar os trabalhos que desenvolvem as empresas, principalmente as de maior porte, através de Centros de Treinamento que possibilitam, através de um método mais dinâmico de ensino, a preparação do pessoal necessário aos seus quadros.

As conclusões sobre o problema de preparação técnica neste nível seriam as seguintes:

1. Haveria um "deficit" quantitativo de aproximadamente 2/3 de pessoal preparado, em relação às necessidades de novos empregados para indústria.

2. Seria acrescentado a este número o "deficit" do passado, que obrigou a admissão para funções qualificadas de elementos sem a devida preparação. Estes elementos, apesar de já empregados, teriam que sofrer quase que completo processo de formação profissional.
3. Necessidades de re-treinamento para atualização dos profissionais já militantes, com a moderna tecnologia e equipamentos.

Dentre as medidas imediatas para tratamento do problema recomenda-se:

- a) Realização de pesquisa e levantamento da indústria fluminense que atenda aos seguintes fins:
 1. cadastramento das indústrias no Estado, por municípios;
 2. levantamento do pessoal empregado na indústria, em todo o Estado e por municípios por grupos industriais;
 3. determinação da composição da mão-de-obra fluminense e por categorias de mão-de-obra.
- b) Com base nos dados que se obtivessem da pesquisa sugerida no item anterior, recomendar-se-ia a construção e instalação de novas unidades de ensino industrial.

RESUMO DAS OBSERVAÇÕES

A análise anterior das diversas categorias profissionais permite concluir que:

1. Os resultados obtidos pelo sistema de ensino industrial no Estado são insuficientes em face à demanda.
2. A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino no Estado deixa áreas a descoberto, algumas em franco desenvolvimento industrial, motivando:
 - a) migração interna, com o conseqüente desajuste do homem à nova comunidade;
 - b) engajamento para funções técnicas de elementos sem a devida preparação, refletindo efeitos na baixa dos índices de produtividade.

Exemplo típico - a Região da Baixada, abrangendo os municípios limítrofes ao Estado da Guanabara.

3. Inexistência na estrutura educacional estadual de um setor especializado, que mantenha uma rede de ensino industrial e que coordene e oriente os esforços educacionais nesta área.

4. A análise superficial dos Documentos Municipais revela a solicitação de educação profissional por tôdas as comunidades.

A questão exige muita cautela, para que se não caracterize aquêle quadro indesejável, citado no documento que fundamenta a criação do Levantamento Sócio-Econômico do Estado do Rio de Janeiro como "coronelismo moderno", em que os elementos mais eminentes das comunidades exercem as mais diversas pressões para a instalação de estabelecimentos de ensino em seus municípios.

Principalmente no ensino profissional, pois êste é uma decorrência da demanda de profissionais no mercado de trabalho.

A instalação de uma unidade de ensino industrial deve ocorrer em área onde é acentuado o florescimento industrial e onde a demanda garante a absorção, por lapso de tempo longo, do produto do estabelecimento.

Se não se considerar com o devido cuidado aquelas premissas poderá o ensino vir a atuar como fator de desagregação das comunidades, pela migração ou desajuste de alguns de seus membros.

SUGESTÕES APRESENTADAS

Afora as sugestões já apresentadas na análise de cada categoria profissional, apresentam-se outras de caráter mais geral, como:

1. Dentre os sistemas mais atuais para preparação de pessoal para indústria, ressalta-se o Treinamento.

Por Treinamento entende-se um sistema de ensino que pretende efetuar a preparação profissional através de:

- a) uma mais clara definição do objetivo a ensinar, eliminando os conhecimentos não necessários;
- b) curto prazo e intensividade de ensino;
- c) emprêgo de metodologia mais moderna e dinâmica.

Recomenda-se, pois, que a ênfase da preparação profissional seja dada ao Treinamento. Principalmente do adulto, pois êste, nesta condição, apresenta melhor receptividade ao ensino, por maior:

- a) desenvolvimento físico e mental;
 - b) motivação
 - c) definição vocacional.
2. Construção de Unidades de Ensino Flexíveis:

Observa-se no Estado a necessidade de construção e instalações de novos estabelecimentos de ensino industrial.

Sugere-se que êstos estabelecimentos a serem construídos funcionem como Centros de Tecnologia. Êstes Centros de Tecnologia se caracterizariam por:

- a) construção simples e funcional, com 2 ou mais salas de aula e uma área livre com capacidade para 3 ou 4 oficinas;
 - b) completa flexibilidade de cursos, de modo a atender às variações de necessidades da Região;
 - c) oficinas com instalações para permitir mobilidade dos equipamentos de outros ou para Centros em decorrência do comportamento do mercado de trabalho próprio a cada Região;
 - d) êstes Centros teriam Conselhos compostos por educadores, industriais e operários, que deliberariam sobre suas atividades;
 - e) os Centros só ministrariam ensino específico (prático relacionado e tecnológico). Os treinandos fariam nos estabelecimentos próprios os seus estudos de Cultura Geral, em época anterior ou simultânea a aquêles estudos.
3. Criação, dentro da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado, de uma divisão ou setor especializado que organizasse, subordinasse e orientasse o ensino industrial fluminense.
4. Programa intensivo de preparação da mão-de-obra industrial:

Cabe também registrar no bôjo dêste trabalho alguns resultados obtidos pelo Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial.

Êste Programa foi criado em 1963 pela Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, com os seguintes objetivos:

- a) especializar, re-treinar e aperfeiçoar o pessoal empregado na indústria;
- b) habilitar novos profissionais para a indústria;
- c) preparar pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino industrial.

Como meio a atingir êstes objetivos o Programa vem promovendo:

- a) a capacitação de empresas industriais para ministrarem o treinamento do seu próprio pessoal.

Neste sentido a Coordenação Regional do Estado vem mantendo convênios com as seguintes indústrias fluminenses: Fábrica Nacional de Motores, Cia. Comércio e Navegação, Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Nacional de Alcalis, Cia. Industrial S. Matilde e Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil.

- b) Capacitação das escolas industriais federais, estaduais, municipais, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e particulares relativamente a pessoal, instalações, equipamentos e material didático para que melhor possam contribuir para a formação, aperfeiçoamento, re-treinamento e especialização da mão-de-obra industrial. Também dentro desta orientação mantêm convênios com o Colégio Industrial Henrique Lage, Escola Técnica Federal de Campos e o Sistema de Aprendizagem do SENAI. Outras instituições do Estado ainda mantêm convênio com o Programa, como o Centro de Produtividade Industrial, Escola Fluminense de Engenharia e a Comissão de Águase Engenharia Sanitária.

Por êstes convênios são firmados Têrmos Aditivos específicos a cada Projeto de Preparação Profissional, que recebe integral cobertura financeira para sua execução. Os números obtidos com a participação dêste Programadizem bem da aceitação e eficácia do seu trabalho.

Foram realizados, desde 1964 até 1966, 476 cursos de preparação profissional; foram inscritos 7.505 treinandos; já concluíram os cursos 5.075 pessoas, encontram-se ainda em treinamento 1.635 e aplicaram-se recursos da ordem de aproximadamente Cr\$ 203.512.668.

Ê este Programa essencialmente uma atividade de coordenação e incentivo à preparação profissional e não um executor direto dos trabalhos.

A execução se faz pelas próprias instituições e os recursos do Programa permitem e incentivam a ampliação dos seus trabalhos.

Dado o seu caráter experimental e não definitivo, a sua continuidade somente se justificará enquanto persistirem insuficiências materiais para que as instituições tradicionais desempenhem plenamente suas atividades.

Sugere-se, portanto, a divulgação de suas atividades para que as comunidades fluminenses também possam pleitear e valer-se dos seus serviços na solução dos seus problemas de preparação técnica e que possam decididamente concorrer na promoção social do trabalhador fluminense.

4.0.- EDUCAÇÃO4.4.- ENSINO SUPERIORII - DESENVOLVIMENTO2.0.- IMPORTÂNCIA DO SUB-TEMA NA CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O sub-tema tem grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, pois dêle dependem:

- a) o surto desenvolvimentista fluminense, na indústria, na agricultura e no comércio;
- b) o bem-estar de uma comunidade de mais de 4.000.000 de habitantes;
- c) a expansão da cultura num Estado tradicionalmente culto;
- d) a formação de profissionais que se destinam a diversos campos de atividades no Brasil inteiro e mesmo no exterior.

A mais disto, ressalte-se que há no Estado três Universidades e seis escolas superiores isoladas, com cursos em diversas cidades fluminenses.

2.1.- DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

O ensino superior no Estado do Rio de Janeiro constitui um sistema complexo que compreende:

I - A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, com as seguintes Unidades e Sub-unidades:

Denominação	Cidade	Nº de alunos	
1 - Conservatório Fluminense de Música	Niterói		40
2 - Escola de Enfermagem	Niterói		43
3 - Curso de Biblioteconomia	Niterói		48
4 - Escola de Engenharia	Niterói	527	
4.1-Curso de Metalurgia	V.Redonda	<u>134</u>	661
5 - Escola de Serviço Social	Niterói	197	
5.1-Curso do S.Norte Fluminense	Campos	<u>64</u>	261
6 - Faculdade de Ciências Econômicas	Niterói		219
7 - Faculdade de Direito	Niterói		2.510
8 - Faculdade de Farmácia e Bioquímica	Niterói		193
9 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Niterói		774
10- Faculdade de Medicina	Niterói		515
11- Faculdade de Odontologia	Niterói		511
12- Faculdade de Veterinária	Niterói		<u>186</u>
T o t a l			5.961

II- A UNIVERSIDADE RURAL DO BRASIL, com as seguintes Unidades:

Denominação	Cidade	Nº de alunos
1 - Escola Nacional de Agronomia	Itaguaí	507
2 - Escola Nacional de Medicina Veterinária	Itaguaí	279
3 - Escola de Engenharia Florestal	Itaguaí	5
4 - Escola de Administração Doméstica e Educação Familiar	Itaguaí	20
5 - Escola de Técnicas Agrícolas	Itaguaí	<u>13</u>
T o t a l		824

III- A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS, com as seguintes Unidades:

1 - Faculdade de Direito	166
2 - Faculdade de Engenharia Industrial	212
3 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	<u>165</u>
	543

IV- As FACULDADES ISOLADAS DE CAMPOS, ou seja:

1 - Faculdade de Direito de Campos	215
2 - Faculdade de Filosofia	<u>279</u>
	494

V - A FACULDADE DE FILOSOFIA, de Nova Friburgo.... 138

VI- O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO NORMAL	Duque de Caxias	<u>78</u>
TOTAL GERAL		8.038

Obs.: - 1 - Não há dados sobre:

- a) Faculdade de Direito de Barra Mansa
- b) Escola Militar de Agulhas Negras

2 - Consta que há na Universidade Rural do Brasil, um curso de Química

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Matrícula em 1966 - Distribuição por cursos e séries:

CURSOS	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	Doutorado		T O T A L
							1º ano	2º ano	
1. Conservatório Fluminense de Música									40
2. Curso de Biblioteconomia	24	13	11						48
3. Escola de Enfermagem	16	18	9						43
4. Escola de Engenharia								527	
4.1 - Curso de Metalurgia (V.Redonda)								134	661
5. Escola de Serviço Social	73	55	69	✕				197	
5.1 - Curso do S.N.F. (Campos)	19	23	22	✕				64	
	<u>92</u>	<u>78</u>	<u>91</u>						261
6. Faculdade de C.Econômicas	69	62	50						219
7. Faculdade de Direito	636	473	500	431	290		149	31	2.510
8. Faculdade de Farmácia e Bioquímica	47	43	77	26					193
9. Faculdade de Filosofia, C.e L.									
9.1 - Curso de Letras	39	-	-	-					39
9.2 - Curso de Literatura e L.P.	33	9	16	21					79
9.3 - Curso de Português-Francês	10	6	6	4					26
9.4 - Curso de Português-Latim	15	2	-	-					17
9.5 - Curso de Português-Espanhol	3	4	4	-					11
9.6 - Curso de Português-Inglês	-	12	30	7					49
9.7 - Curso de Português-Grego	-	2	-	-					2
9.8 - Curso de Português-Italiano	-	1	-	-					1
9.9 - Curso de Letras Neolatinas	-	-	-	3					3
9.10 - Curso de Letras Clássicas	-	-	-	1					1
9.11 - Curso de L.Anglo-Germânicas	-	-	-	1					1
9.12 - Didática da Língua Inglesa	-	-	-	24					24
9.13 - Didática da Língua Francesa	-	-	-	3					3
9.14 - Curso de Matemática	40	24	10	10					84
9.15 - Curso de História	34	24	34	27					119
9.16 - Curso de Pedagogia	23	28	19	36					106
9.17 - Curso de Ciências Sociais	25	14	14	-					53
9.18 - Curso de Geografia	54	32	34	36					156
	<u>276</u>	<u>158</u>	<u>167</u>	<u>173</u>					774
10. Faculdade de Medicina	179	60	99	52	75	50			515
11. Faculdade de Odontologia	114	83	181	133					511
12. Faculdade de Veterinária	49	53	45	39					186
T O T A I S									<u>5.961</u>

* Na Escola de Serviço Social não funcionou a 4ª série em 1960, devido ao regime de três anos que vigorou até 1965.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSECURSOS DE NÍVEL MÉDIO

<u>CURSO</u>	<u>1ª</u>	<u>2ª</u>	<u>3ª</u>	<u>4ª</u>	<u>1ªsérie</u>	<u>2ªsérie</u>	<u>3ªsérie</u>	<u>TOTAL</u>
1.Colégio Universitário							110	110
2.Curso de Auxiliar de Enfermagem(Niterói)	16	31						
3.Curso de Auxiliar de Enfermagem(V.Red.)	<u>15</u>							
	<u>31</u>	<u>31</u>						<u>62</u>
T O T A L							<u>172</u>

UNIVERSIDADE RURAL DO BRASIL

Não há dados sobre o Colégio Universitário da U.R.B. nem sobre outros cursos de nível médio que lá possivelmente funcionem.

2.2.- ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E COMPARAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMATIVOS

2.2.1 - Os estudantes de curso superior no Estado do Rio de Janeiro, em 1966, achavam-se distribuídos pelas seguintes cidades, em função dos cursos que segiam:

<u>CIDADE</u>	<u>ESTUDANTES</u>
Niterói	5.763
Petrópolis	543
Itaguaí	824
Campos	558
Volta Redonda	134
Nova Friburgo	138
Duque de Caxias	78
Resende	Não há dados
Barra Mansa	Não há dados
	<u>8.038</u>

Considerando-se o zoneamento adotado pela Universidade Federal Fluminense em seu Plano de Expansão, pode-se organizar o seguinte quadro, com as observações que a êle se seguem:

Setor	População	Nº de estudantes de c/s.	Percentagem
I - Setor da Capital (Vit)	904.000	5.763	0,6%(p/mais)
II- Setor Norte (Campos)	872.000	558	0,06%(p/mais)
III-Setor Centro-Norte (Nova Friburgo)	236.000	138	0,06%(aprox)
IV - Setor da Baixada (Nova Iguaçu)	1.252.500	902	0,07%(aprox)
V - Setor Centro-Sul (Petrópolis)	454.000	543	0,1%(aprox)
VI- Setor Sul (Volta Redonda)	<u>464.000</u>	<u>134</u>	<u>0,03%(p/menos)</u>
T O T A I S ...	4.182.500	8.038	0,2%(p/menos)

Observações: a) No Setor da Capital há estudantes de todo o Estado, além de grande número de estudantes de outros Estados e do estrangeiro.

b) Os estudantes do Setor da Baixada, em sua quase totalidade, não são da região.

c) No Setor Sul, os estudantes do Curso de Metalurgia provêm de todos os pontos do País. Não se acham incluídos no número indicado (134), os estudantes da Faculdade de Direito de Barra Mansa e os da Escola Militar de Agulhas Negras (êstes de todo o País), por falta de dados.

2.2.2 - Nas Faculdades e Escolas Superiores do Estado do Rio de Janeiro é elevado o número de estudantes de outros Estados e mesmo estrangeiros. Os estudantes estrangeiros vêm estudar nas Faculdades e Escolas Superiores do Estado por força de convênios internacionais firmados pelo Itamarati. Por outro lado, a limitação do número de vagas no curso superior faz com que numerosos candidatos a ingressos nos cursos de graduação, procedentes sobretudo da Guanabara (dada a proximidade de Niterói), de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, recorram ao Estado do Rio. Além disso, o Concurso de Habilitação para ingresso nas Faculdades de Medicina da UFF (até 1956) e de Engenharia Industrial da... UCP e na Escola de Engenharia da UFF realizam-se na Guanabara, em comum com as Unidades congêneres, diminuindo as possibilidades de ingresso aos candidatos fluminenses. Não dispomos de elementos para

levantar um quadro completo das matrículas, indicando os candidatos de fora do Estado. Como destaque, para demonstrar a importância desses dados, consideremos, apenas, que só na Faculdade de Medicina da UFF, em Niterói, cerca de 10% dos estudantes são estrangeiros (50 em 515) - alunos-convênio, procedentes da Bolívia, Peru, Colômbia, Panamá, Equador, Venezuela, Chile e Portugal. Na Faculdade de Odontologia da UFF há 33 alunos-convênio, e na Escola de Engenharia, em Niterói, 34. O Curso de Metalurgia da Escola de Engenharia, em Volta Redonda, é destinado a alunos de todo o Brasil; recebe alunos de 18 Escolas de Engenharia, a partir do 3º ano. O mesmo se deve dizer dos cursos da Universidade Rural do Brasil. Na Faculdade de Medicina e na Escola de Engenharia da UFF, a maior parte dos alunos é da Guanabara.

- 2.2.3 - Ainda sob o aspecto quantitativo releva notar que é insignificante o número de formandos em algumas profissões de alta demanda no Estado; a comunidade fluminense carece de médicos, de dentistas, de professores de ensino médio, etc. Há municípios de cerca de 20.000 h. sem um único médico. Os estabelecimentos de ensino médio são obrigados a lançar mão de professores improvisados, para preencher a deficiência de pessoal docente.

No Norte fluminense (Inspetoria Seccional do Ensino Secundário, de Campos) foram concedidas, só em 1966, mais de novecentas autorizações provisórias a pessoas sem formação pedagógica, para lecionarem em estabelecimentos de ensino médio. Dos 184 professores que constituem o corpo docente do Liceu Municipal Prefeito Cordolino Ambrosio, em Petrópolis (cidade onde há Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), só 133 são licenciados. Estas citações são feitas à guisa de exemplos ilustrativos.

- 2.2.4 - Em contrapartida, é excessivo o número de bacharéis em Direito.
- 2.2.5 - Aos concursos de habilitação para o ingresso nas Faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas da

U.F.F., costumam acorrer candidatos em número algumas vezes superior ao de vagas. No corrente ano, para as 120 vagas da Faculdade de Medicina estão concorrendo 1.489 candidatos, isto é, mais de 12 candidatos para cada vaga. Para confronto e deduções, apresentamos o quadro de inscrições no Concurso de Habilitação de 1967:

<u>CURSO</u>	<u>INSCRIÇÕES</u>
Biblioteconomia	38
Ciências Econômicas	975
Direito	2.068
Enfermagem	61
Farmácia e Bioquímica	48
Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia	132
História da Faculdade de Filosofia	184
Pedagogia " " " "	112
Geografia " " " "	100
Letras " " " "	377
Matemática" " " "	97
Medicina	1.489
Música	11
Odontologia	334
Serviço Social	174
Veterinária	<u>173</u>
T O T A L	6.403

Para as 6.403 inscrições, a Universidade Federal Fluminense oferece apenas 1.420 vagas.

- 2.2.6 - Algumas Faculdades e Escolas funcionam em apenas um turno e no período da noite.
- 2.2.8 - Os prédios e instalações da Universidade Federal Fluminense em geral não são satisfatórios. Há alguns em construção ou ampliação; são muitos, também, os projetos de construção ou de aquisição de imóveis. A Universidade Rural do Brasil acha-se instalada em área ampla, com prédios apropriados e instalações excepcionais. Faltam dados a respeito, assim como sobre a Universidade Católica de Petrópolis. A Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia de Campos têm como entidade mantenedora a Fundação Benedito Pereira Nunes. O patrimônio imobiliário

consiste num terreno de 2.500 m², com três prédios cuja área construída vai a 3.000 m².

A Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo ocupa um prédio próprio, novo, perfeitamente adequado às suas finalidades, com ótimas salas, boa biblioteca e instalações cabais. Em breve passará a denominar-se Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, em consequência de se ter desmembrado da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, cujo tronco foi transferido para São Paulo.

2.2.8 - Tomando-se por base as dotações operativas dos orçamentos respectivos, foi o seguinte o curso-aluno por Unidade (em 1965):

I - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

<u>Unidade</u>	<u>Despesa s/investim.</u>	<u>Nº de alunos</u>	<u>Custo aluno-ano</u>
Curso de Biblioteconomia	13.933	53	263.000
Escola de Enfermagem	122.524	94	1.303.000
Escola de Engenharia	640.800	596	1.075.000
Escola de Serviço Social	163.543	274	597.000
Fac.de Ciências Econômicas	101.597	195	521.000
Faculdade de Direito	290.211	2.102	138.000
Fac.de Farm.e Bioquímica	170.548	134	1.273.000
Faculdade de Filosofia	398.333	658	605.000
Fac.de Medicina	599.279	402	1.491.000
Faculdade de Odontologia	496.169	532	933.000
Faculdade de Veterinária	268.112	165	1.625.000

II - UNIVERSIDADE RURAL DO BRASIL

Escola Nacional de Agronomia	507
Escola Nacional de Veterinária	279
Escola de Engenharia Florestal	5
Escola de Educação Familiar	20
Escola de Técnicas Agrícolas	13
	<u>824</u>

III-UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS

Faculdade de Direito	166
Faculdade de Filosofia	212
Faculdade de Engenharia	165
	<u>543</u>

IV - Faculdade de Direito de Campos	215
V - Faculdade de Direito de Barra Mansa	
VI - Faculdade de Filosofia de N.Friburgo	138
VII - Escola Militar de Agulhas Negras	
VIII - Faculdade de Filosofia de Campos	279
IX - Curso de Formação de P. de D.C.	78

2.2.9 - Era a seguinte a proporção de pessoal docente, pessoal discente e pessoal administrativo e auxiliar, por Unidade, em 1966:

I - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

<u>Unidade</u>	<u>C.Docente</u>	<u>C.Discente</u>	<u>P.Adm.e Aux.</u>
Conservatório F.de Música	23		
Curso de Biblioteconomia	9	48	
Escola de Enfermagem	24	105	45
Escola de Engenharia	203	661	55
Escola de Serviço Social	58	261	
Faculdade de C.Econômicas	23	219	18
Faculdade de Direito	67	2.510	50
Fac.de Farm.e Bioq.		193	33
Faculdade de Filosofia	127	774	29
Faculdade de Medicina	163	515	46
Faculdade de Odontologia	176	511	51
Faculdade de Veterinária	64	186	

2.2.10- Apesar de haver capacidade ociosa no que concerne a prédios, instalações, pessoal docente, administrativo e auxiliar, resiste-se tenazmente à ampliação dos cursos e ao aumento do número de vagas, ou pelo temor de se baixar o nível do ensino, ou pelas implicações administrativas, ou porque isso iria redundar em maior dedicação ao trabalho, sobretudo para aqueles que já têm sua vida arrumada em múltiplas e diversas ocupações, com as horas do dia rigorosamente divididas e empenhadas.

2.2.11- mesmo passo que se reconhece ser insignificante o número de estudantes nos cursos superiores, paradoxalmente coloca-se à porta de entrada um gargalo estrangulante, invertendo-se a posição do funil: daí para a frente abre-se um estuário de facilidades. Nos cursos de graduação não se instalou ainda um sistema de triagens sucessivas, destinado a conter, nos escalões intermediários, os menos capacitados ou os de habilidades específicas, e a forçar os mais bem dotados a um aprimoramento maior. Todos saem formados, com o mesmo grau e, quase sempre, para a mesma finalidade. Esse estado de coisas é um resíduo da época em que a educação (sobretudo a superior) constituía privilégio e servia para garantir ao indivíduo o status compatível com a sua origem familiar, sem se cuidar da sua utilidade social. Em razão de defesa econômica, ou mesmo de

preconceitos, combate-se ou impede-se a formação de técnicos, sob a alegação de que se daria o aviltamento das profissões de nível superior. Enquanto isso, permanece-se nos extremos: ou o médico de seis anos de curso, ou os "profissionais de medicina" (dos "práticos de farmácia" aos curandeiros); ou a enfermeira diplomada, ou a "curiosa"; ou o dentista, ou o "prático"; ou o engenheiro civil, ou o "empreiteiro", quase analfabeto; ou o licenciado por Faculdade de Filosofia, ou o "professor autorizado", e assim por diante. Os cursos superiores (assim como os de nível médio) permanecem surdos às solicitações do mercado de trabalho: não lhe oferecem os técnicos de que necessita, sempre em número maior, e o obrigam a um recrutamento improvisado e deficiente.

2.2.12- O número de profissionais que as Unidades habilitam anualmente, é irrisório, não só em função do custo operativo (veja-se o quadro de p.4.58.), mas sobretudo em face das necessidades da comunidade. Há cursos que se dão ao luxo (e num País pobre) de manter tóda uma equipe de professôres para um único aluno; e quase sempre tais cursos têm pouca utilidade social. São vários os cursos que contam com mais professôres do que alunos.

2.2.13- Sob o aspecto qualitativo, embora o corpo docente seja bom, o ensino carece de objetividade e atualização. Em algumas Unidades, as aulas se repetem no mesmo tom acadêmico do século passado, desligadas da contextura do atual e do cotidiano. Em algumas delas o treinamento profissional é mínimo, ou mesmo nulo. Praticamente não se faz pesquisa. A apresentação da matéria, a pretensa assimilação e a verificação de aprendizagem procedem-se exclusivamente à luz dos livros (ou apostilhas), por meio dêles, com êles e para êles, sem partir do fato para o conceito, sem experimentação e sem comprovação.

Em certos casos pode-se afirmar que predomina a pseudo-aprendizagem, ou melhor, aprendizagem nenhuma.

- 2.2.14- As Unidades, em sua maioria, vivem em regime de clausura, emparedadas diante do mundo exterior, não participando dos problemas do meio, sem influir nêles e sem beneficiar-se das experiências que êle largamente oferece. Via de regra não há consciência de que ensino significa investimento e que é preciso fazê-lo render para o desenvolvimento e em benefício da comunidade, em quantidade e qualidade.
- 2.2.15- É mínima a preocupação com o aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo. São raríssimos os cursos e estágios que visem a essa finalidade.
- 2.2.16- As Universidades ainda não se capacitaram do seu papel nas comunidades em que se acham inseridas. Não promovem nada com vistas à educação popular, nem no terreno da ciência, das letras, das artes, da religião e de outras necessidades próprias à pessoa humana, nem no que se refere à educação física, aos esportes e à recreação orientada.
- 2.2.17- As Universidades e Escolas não se utilizam, para a educação popular, dos meios de comunicação, tais como a televisão, o rádio, a imprensa, livros e folhetos instrutivos, o cinema, as projeções de toda espécie, etc.
- 2.2.18- Reina indiferença completa quanto ao destino de milhares de jovens, muitos dêles capazes, que são barrados no Concurso de Habilitação. Raciocina-se em termos de conveniência administrativa, diante de um problema que envolve pessoas humanas, seu futuro e o direito que têm, numa democracia, de se prepararem para competir e para conquistar o seu status na sociedade.

III - CONCLUSÃO

- 3.1.- Há bom número de escolas superiores no Estado do Rio de Janeiro. O número de estudantes de curso superior é muito baixo em relação à população. Acresce que um grande contingente dêles é de fora. Há capacidade ociosa no que concerne a pessoal, locais e instalações. Há necessidade de introduzir melhorias nos prédios e instalações.
- A estrutura das Universidades e Escolas é arcaica, onero-

sa e de pequeno rendimento.

Faltam alguns cursos, como o de formação de professores de Educação Física, de Artes, etc.

A comunidade necessita de maior número de médicos, dentistas, professores de ensino médio, etc.

A comunidade fluminense reclama técnicos de toda a natureza para o desenvolvimento do Estado.

Há muito desperdício: cursos praticamente sem alunos, prédios e instalações sem uso quase o dia todo, cursos repetidos inútilmente.

A Universidade Federal Fluminense e a Universidade Católica de Petrópolis estão praticamente insuladas em Niterói e Petrópolis, respectivamente.

A Universidade Rural do Brasil é muito mal aproveitada.

As Universidades e as Escolas não têm comunicação com o grande público nem exercem sobre êle as influências que deveriam exercer.

As Universidades Federais carecem de reforma administrativa urgente, sobretudo a U.F.F., para a integração de suas Unidades e maior rendimento do serviço com menor despesa.

3.2.- Soluções possíveis

Aumento do número de vagas para estudantes.

Investimentos mais ousados em prédios e instalações.

Adoção da Reforma Universitária em prazo curto para reestruturar inteiramente a administração e o ensino.

Criação dos cursos que faltam. Aglutinação dos cursos afins.

Adoção do sistema de créditos para uma profissionalização mais rápida.

Criação dos quadros profissionais dentro das carreiras, com diplomas intermediários.

Melhor aproveitamento da capacidade ociosa.

3.3.- Sugestões

3.3.1 - Convênio da UFF com a SEC do Estado do Rio de Janeiro para a criação, em 1967, da Escola de Educação Física, no Caio Martins.

3.3.2 - Convênio da UFF com a URB para a instalação de um curso básico de Ciências Biológicas na Universidade Rural, com 4 classes de 50 alunos cada uma.

3.3.3 - Convênio da UFF com as Faculdades de Filosofia de Campos, de Petrópolis e de Nova Friburgo para a expansão de seus cursos.

- 3.3.4 - Convênio da UFF com a Fundação Getúlio Vargas para a transformação do Colégio Nova Friburgo numa Faculdade de Educação, com cursos rápidos de formação de professores de curso médio para o interior, ao lado de um colégio de aplicação - semi-internato.
- 3.3.5 - Convênio do Colégio Universitário com estabelecimentos de ensino do interior e com empresas para a instituição de cursos técnicos de nível médio, colegiais ou pós-colegiais.
- 3.3.6 - Instituição do sistema de créditos nas unidades e com a gama de profissões intermediárias.
- 3.3.7 - Reformulação do ensino, ligando-o à vida econômica e social das comunidades.
- 3.3.8 - Instituição de um órgão autônomo de pesquisa e planejamento para orientar o ensino em face das necessidades presentes e futuras do Estado do Rio de Janeiro.
- 3.3.9 - Implantação dos serviços de televisão educativa e da imprensa universitária.
- 3.3.10- Realização de cursos contínuos para aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo.
- 3.3.11- Intercâmbio com outras Universidades, nacionais e estrangeiras, visando ao aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo.

4.5. Educação Alimentar:II - DESENVOLVIMENTO

2.0. A Educação Alimentar pode ser encarada sob 5 ângulos:

- a) Investimento, com economia de tempo-escolaridade através dos seus reflexos primários (maior frequência e apetência);
- b) Terapêutica Preventiva, com as conseqüências secundárias na saúde do escolar, proporcionando maior defesa orgânica;
- c) Atividade Progressiva, com o surgimento de áreas de consumo devido à criação de novos hábitos alimentares;
- d) Desenvolvimento Comunitário, com o estímulo às comunidades para o fornecimento dos gêneros complementares e participação na cobertura de outros custos;
- e) Educação Social, com as favoráveis influências psicológicas na criança, proporcionando a vinculação aluno-família-escola.

2.1. Dos estudos realizados, a "Educação Alimentar" representa parte importante do tema "Educação" e tem relativa participação nos temas "Saúde" e "Serviço Social". Dos documentos e relatórios, depreende-se que os programas carecem de aprimoramento, aperfeiçoamento e desenvolvimento. Em todos os estudos onde o tema foi ventilado, ficou certo que as atividades de "Educação Alimentar" devem ser melhor equacionadas. O órgão federal que trata do assunto, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, mantém 6 (seis) depósitos regionais onde há setores de autonomia administrativa. O órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado é o Serviço de Merenda Escolar que dispõe de supervisoras em 45 municípios e de uma verba de Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros). Os transportes até os depósitos regionais são custeados pela CNAE. O SME só possui um depósito de farinhas nutritivas em Niterói e, em alguns municípios, de pequenos cômodos para guarda de saldos. Os transportes ferroviários são gratuitos. A CNAE dispõe de 8 utilitários para transportes rápidos; o SME não dispõe de veículos. Quando são necessários caminhões, outros órgãos federais e estaduais são solicitados.

2.2. Na área das Prefeituras a deficiência em atendimento vai à ordem de 20% e na do Estado à ordem de 25% e cerca de 45% às

escolares da Secretaria de Educação e Cultura não recebem assistência alimentar embora haja excedentes de alimentos e capacidade para atendimento integral.

O Govêrno do Estado carece de uma estrutura de depósitos, transportes e recursos para a aquisição dos alimentos complementares. O anexo compara os fornecimentos de alimentos por parte dos dois órgãos.

Os Govêrnos Municipais e do Estado não dispõem de pessoal especialmente treinado para as tarefas de preparação dos alimentos. O único treinamento já efetuado foi realizado para as Supervisoras e destinado a ministrar conhecimentos para a coordenação dos programas.

III - CONCLUSÕES

São os seguintes os fatos configurados:

1. Não existe perfeita integração entre os órgãos federal e estadual.
2. Os recursos humanos existentes são escassos e mal treinados.
3. Os recursos materiais do SME são ínfimos e não atendem à real necessidade.
4. A estrutura do SME é de administração central e a da CNAE é de administração descentralizada.

SOLUÇÕES POSSÍVEIS

1. Desmembramento do SME com a criação de órgãos regionais para acompanharem os setores da CNAE e manutenção do atual sistema de supervisores do SME nos municípios.
Construção de depósitos (ou adaptação de prédios) para o SME em cada órgão regional e equipá-los com caminhões.
2. A supervisão do SME carece de formação técnica especializada. O máximo de escolas a ser coordenado por um Supervisor não deverá exceder a 25.
Haveria cursos de treinamento para merendeiras que só seriam admitidas após os mesmos ou através de concursos.
3. O Govêrno do Estado forneceria uma verba de acôrdo com as necessidades regionais. Essa verba seria aplicada pela dirigente ou "Encarregada de Merenda" dos grupos e as contas deveriam ser aprovadas pela maioria absoluta das professoras e a comprovação seria feita no terceiro mês se -

guinte ao do recebimento, condição para manutenção do fornecimento dos suprimentos.

Esta verba poderia ser aplicada na aquisição dos alimentos complementares e no pagamento das merendeiras, que devam ser treinadas em cursos especiais.

oooOooo

CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - R.J.

SETORES REGIONAIS

BARRA DO PIRAI:

Valença
Mendes
Miguel Pereira
Vassouras
Paulo de Frontin
Barra do Pirai

BARRA MANSA:

Angra dos Reis
Barra Mansa
Resende
Rio Claro
Volta Redonda

MACAÉ:

Cabo Frio
Casimiro de Abreu
Conceição de Macabu
Macaé
São Pedro d'Aldeia
Silva Jardim
Trajano de Morais

NILÓPOLIS:

Duque de Caxias
Itaguaí
Mangaratiba
Nilópolis
Nova Iguaçu
Paracambi
Petrópolis
São João de Meriti
Sapucaia
Três Rios

CAMPOS:

Bom Jesus do Itabapoana
Cambuci
Campos
Itaocara
Itaperuna
Laje do Muriaé
Miracema
Natividade do Carangola
Porciúncula
Santa Maria Madalena
Santo Antônio de Pádua
São Fidelis
São João da Barra

MUNICÍPIOS VINCULADOS DIRETAMENTE À REPRESENTAÇÃO

Araruama
Bom Jardim
Cachoeiras de Macacu
Cantagalo
Carmo
Cordeiro
Duas Barras
Itaboraí

Magé
Maricá
Niterói
Nova Friburgo
Rio Bonito
Saquerema
São Gonçalo
São Sebastião do Alto.

oooOooo